

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

IGOR SOUZA DE ABREU

**Experiências Espaciais de Condições Violentas e Histórias
de Vida: narrativas sobre violências, tráfico de drogas e
sociabilidades em duas favelas brasileiras**

Campos dos Goytacazes/RJ

2023

IGOR SOUZA DE ABREU

Experiências Espaciais de Condições Violentas e Histórias de Vida: narrativas sobre violência, tráfico de drogas e sociabilidades em duas favelas brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

Campos dos Goytacazes – RJ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

A162 Abreu, Igor Souza de.

"Experiências Espaciais de Condições Violentas e Histórias de Vida : narrativas sobre violências, tráfico de drogas e sociabilidades em duas favelas brasileiras" / Igor Souza de Abreu. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

141 f.
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Roberto Dutra Torres Junior.

1. História de Vida. 2. Favela. 3. Violência. 4. Sociabilidades. 5. Drogas. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Experiências Espaciais de Condições Violentas e Histórias de Vida: narrativas sobre violência, tráfico de drogas e sociabilidades em duas favelas brasileiras

IGOR SOUZA DE ABREU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

Aprovada: 23/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Júnior (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Presidente)

Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto – Universidade Federal do Rio de Janeiro - (UFRJ)

Profa. Dra. Juliana Blasi Cunha - (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Profa. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (Sociologia Política – UENF) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Campos dos Goytacazes – RJ

2023

Dedicatória

Dedico este trabalho a Dona Zuleica. Levo no coração as lembranças dos bons tempos. Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do PPGSP/UENF pelas contribuições e ensinamentos ao longo desses dois anos. Aos meus colegas de turma da graduação e do mestrado, perto e longe, agradeço a todos! A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço ao Roberto Dutra, meu orientador, pela confiança depositada e pelos muitos diálogos possíveis ao longo de nossas orientações. Por me apresentar novos autores e perspectivas para pensarmos os problemas da sociedade, sobretudo os que neste trabalho se fazem presentes, agradeço imensamente!

A Juliana Blasi agradeço o aceite em participar da banca e por ter me proporcionado minha primeira experiência como pesquisador e me ensinado a importância da alteridade como fundamento para pesquisa científica. Agradeço a Wania Mesquita e Davi Maciel pela participação e contribuições na banca.

A professora Luciane Soares e Palloma Menezes, agradeço suas contribuições e apontamentos fundamentais ao longo da trajetória desta pesquisa.

Em especial, agradeço duas grandes amigas, Patrícia e Daniele pela amizade e apoio ao longo deste processo.

Ao meu padrasto Felipe e ao meu irmão Ivan, agradeço por todos os ótimos momentos de confraternização, pelas conversas e debates de sempre! A Helena, minha sobrinha amada e fonte de inspiração!

E a minha mãe e colega de mestrado Marlene, minha principal referência de ser humano, agradeço imensamente pela oportunidade de poder compartilhar essa jornada com você! Sou grato pelas leituras, sugestões e trocas ao longo desse processo. Agradeço a confiança que sempre depositou em mim e só posso aqui reafirmar o que sempre te digo: te amo e me orgulho muito por ter você como mãe.

Resumo

No Brasil, a violência constitui a principal causa de morte de homens adolescentes e jovens entre as faixas-etárias de 15 a 29 anos. Apenas nos últimos doze anos, foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil, prevalecendo entre os índices, uma concentração de homens e mulheres negras como vítimas de homicídio. As explicações para isso variam entre a posição vulnerável que esses grupos ocupam na hierarquia social, além de serem estes os alvos prioritários do sistema de justiça criminal, sobretudo se forem residentes de favelas e periferias brasileiras. Apesar da atividade do tráfico de drogas não estar restrita às camadas mais pobres e vulnerabilizadas, os preceitos e roteiros típicos produzidos pelo sistema de justiça criminal passou a associar criminalidade à pobreza, contribuindo para legitimar a imagem de que o crime de tráfico de drogas é cometido quase que exclusivamente por sujeitos pobres e moradores da favela, contribuindo para que a violência se concentre de maneiras diferentes dentro da cidade. Se a construção do sujeito criminal, produzida pela interpelação da polícia e da moralidade pública, como indicou Misse (2010), tem sido fundamental para a categorização de pessoas com o rótulo de “bandido”, nosso intento ao longo da pesquisa foi compreender o que pensam os moradores de favela a respeito do cenário em que estão inseridos, entendendo o papel que as experiências espaciais de condições violentas ocuparam dentro de suas trajetórias de vida, salientando a perspectiva de duas moradoras de duas diferentes favelas, a Baleeira no município de Campos dos Goytacazes e a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. A metodologia empregada foi a história de vida, sobretudo pela possibilidade de trabalharmos com a memória das interlocutoras. A memória contribuiu para a (re)construção e (re)significação de experiências trazidas ao longo das narrativas, fornecendo os repertórios e estratégias que dizem respeito às formas com as quais nossas interlocutoras habitam o mundo. Como resultado, evidenciamos a partir dos relatos que a violência constitui um elemento presente na vida dos moradores de favelas e aparece sob as mais diversas roupagens. Destacamos falas sobre os castigos e execuções perpetrados pelo tráfico aqueles que transgridem as regras, as estratégias traçadas para lidar com a criminalização que incidem sobre esses territórios, e como a segurança e insegurança são percebidas pelas duas moradoras.

Palavras-chave: História de Vida. Favela. Violência. Sociabilidades. Drogas

Abstract

In Brazil, violence is the leading cause of death for male adolescents and young men between the ages of 15 and 29. In the last twelve years alone, 333,330 young men and women (15 to 29 years old) were victims of lethal violence in Brazil. The explanations for this vary from the vulnerable position that these groups occupy in the social hierarchy, to the fact that they are the priority targets of the criminal justice system, especially if they are residents of Brazilian favelas and peripheries. Although the activity of drug trafficking is not restricted to the poorest and most vulnerable layers, the precepts and typical scripts produced by the criminal justice system associate criminality with poverty, contributing to legitimize the image that the crime of drug trafficking is committed almost exclusively by poor subjects and favela residents, contributing to the fact that violence is concentrated in different ways within the city. If the construction of the criminal subject, produced by the interpellation of the police and public morality, as pointed out by Misse (2010), has been fundamental to the categorization of people with the label "bandit", our intent throughout the research was to understand what favela residents think about the scenario in which they are inserted, understanding the role that spatial experiences of violent conditions occupied within their life trajectories, highlighting the perspective of two women who live in two different favelas, Baleeira in Campos dos Goytacazes and Cidade de Deus in Rio de Janeiro. The methodology used was life history, mainly because of the possibility of working with the memory of the interlocutors. The memory contributed to the (re)construction and (re)signification of experiences brought along during the narratives, providing the repertoires and strategies that relate to the ways in which our interlocutors inhabit the world. As a result, we can see from the reports that violence is an element present in the lives of slum dwellers and appears under the most diverse guises. We highlight statements about the punishments and executions carried out by the drug traffickers on those who break the rules, the strategies to deal with the criminalization that affects these territories, and how safety and insecurity are perceived by the two women.

Keywords: Life History. Slum. Violence. Sociabilities. Drugs

SUMÁRIO

Introdução	10
A. Apresentação do Tema e Contexto de Análise.....	10
B. Delimitação do objeto e as dificuldades de se discutir a violência.....	14
C. Desafios teóricos e metodológicos e os interlocutores da pesquisa.....	17
D. Sobre a divisão dos capítulos.....	22
Capítulo 1– “Guerra às drogas” ou “Guerra contra pessoas?”: como violência e criminalidade são percebidas por uma moradora da favela Cidade de Deus.....	24
1.1 Construindo histórias de vida: relatos sobre família e infância de uma moradora da Cidade de Deus.....	26
1.2 “O dinheiro trás o status e o status trás essas coisas”: as percepções, moralidades e o juízo de valor de Raquel sobre usuários de drogas e mulheres na favela.....	32
1.3 “Era mais tranquilo aqui na época da UPP”: diferenças e estereótipos acerca dos “bandidos” e dos “trabalhadores” na Cidade de Deus.....	37
1.4 Considerações Preliminares: a raça como predecessora do perfil criminal.....	45
Capítulo 2– Um entre-lugar de múltiplas infâncias: as fronteiras entre trabalho, brincadeiras e violências na trajetória de vida de uma moradora da favela da Baleeira.....	55
2.1 Infância, Adversidades e Brincadeiras: percursos preliminares da trajetória de vida de Marta na favela da Baleeira.....	58
2.2 “Foi nesse momento que eu comecei a ter entendimento da vida, tanto sobre o que é enganar as pessoas quanto do valor do dinheiro”: a importância do trabalho e do jogo do bicho na infância de Marta.....	62
2.3 “É uma teia né, um sistema pesado e cruel”: relatos sobre políticas habitacionais e a centralidade dos comércios ilegais na favela frente à presença/ausência do Estado.....	69
Capítulo 3– Experiências Espaciais de Condições Violentas: o poder, o prestígio e o punitivismo em duas favelas brasileiras.....	80
3.1 “Naquela época era bom ter esse status de ser chefe de uma gangue”: sobre as possibilidades de experimentar o “poder” e a sociabilidade violenta sendo moradora de favela.....	81
3.2 “Não é uma lei imposta, é natural. Existem regras, mas é difícil explicar”: quando as relações cotidianas são atravessadas por conflitos e/ou violências.....	88
3.3 “Nunca quis ser delegada pra prender pobre, eu sempre quis ser delegada pra prender rico”: a corrupção policial e os impactos da criminalização de condutas pelo olhar de moradoras da favela.....	96
3.4 “Mataram ele assim, furado mesmo”: valores do mundo do crime e os episódios de violência vivenciados na favela.....	109
3.5 Algumas considerações preliminares: o carnaval e o Juventude da Baleeira..	115
Considerações finais.....	121
Referências.....	129

INTRODUÇÃO

A) Apresentação do Tema e Contexto de Análise

No Brasil temos assistido a um aumento considerável das taxas de mortalidade e violência que, majoritariamente, tem afetado de modos distintos os diversos segmentos da sociedade. Segundo Peres et al (2021), a violência tornou-se um fenômeno constante na vida da população de modo que, em se tratando dos moradores das favelas e periferias brasileiras, o que se tem visto é que o país atravessa um estado de violência letal endêmica, que contribui cotidianamente para que os índices de mortalidade entre jovens e negros moradores de comunidades aumente.

Segundo Hirata et al (2021), a eleição de 2018 que culminou com a vitória de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República, primou desde sua campanha em centralizar a violência como importante tema de segurança pública a ser debatido na agenda política nacional. As propostas que se dividiram entre aumentar o encarceramento massivo de criminosos e desregulamentar os registros de armas de fogo, foram a tônica da campanha eleitoral do ex-presidente que mobilizou e reforçou em seu discurso, um sentimento de medo com avanço da criminalidade violenta no país, o que paulatinamente contribuiu para a vitória do então candidato e da consequente propagação de discursos de ordem no país (HIRATA et al, 2021, p.2).

Ainda segundo os autores, num país onde as taxas de mortes violentas intencionais são altíssimas, o plano para redução da violência (homicídios, roubos e estupros) escolhido por 57, 8 milhões de eleitores foi:

- 1° Investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais!
- 2° Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!
- 3° Reduzir a maioria penal para 16 anos!
- 4° Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!
- 5° Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do **excludente de ilicitude**. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela Nação Brasileira!
- 6° Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro.

7° Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81.

8° Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência. (HIRATA et al, 2021, p.3)

A proposta do presidente não só ganhou coro e foi abraçada por muitos, como contribuiu para que diversas medidas fossem colocadas em prática pelo governo por meio de programas, políticas, decretos ou pacotes legislativos implementados (Hirata et al, 2021). Segundo Cerqueira et al (2021) com a ascensão de grupos políticos conservadores de extrema direita, pelo menos desde 2019 “já foram editados mais de trinta instrumentos, dentre os quais se destacam decretos, portarias e projetos de lei, que objetivam ampliar o acesso da população às armas e munições” (p.91).

De acordo com os dados do 14° Anuário Brasileiro de Segurança Pública [FBSP, 2020], só no ano de 2019 observou-se “um aumento de 65,6% do número de registros de posse de armas de fogo ativos em relação ao ano de 2017, atingindo o assustador número de 1.056.670 registros” (HIRATA et al, 2021, p.5). O discurso pró-armas do ex-presidente Jair Bolsonaro não só encontrou seu espaço de apreciação na sociedade, como conciliou os interesses de três grandes frentes parlamentares, a “bancada da bala”, do “boi” e da “Bíblia”. Segundo Vieira (2021), a campanha de Bolsonaro simbolicamente já demonstrava a quais interesses sua gestão pretendia atender

[...] a campanha do candidato se apropriou fortemente dos símbolos nacionais, tais como esquema de cores e bandeira nacional, bem como se utilizou de forte tônica nacionalista como se destaca do seu slogan de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O tema das armas de fogo foi igualmente importante, sendo que o sinal imitando armas de fogo com os dedos indicadores e polegares se tornou o principal sinal de sua campanha, utilizado tanto por Bolsonaro como por seus apoiadores. (VIEIRA,2021, p.123)

O Decreto nº. 9.685/2019 que “alterou o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004 que então regulamentava o Estatuto do Desarmamento, dando novas diretrizes sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição”, foi o primeiro decreto presidencial sancionado no governo Bolsonaro acerca da pauta armamentista (VIEIRA, 2021, p.126). A assinatura do Decreto, segundo Vieira (2021) foi emblemática ao representar os ritos simbólicos produzidos por Bolsonaro e seus companheiros parlamentares que pairavam a favor

das convenções armamentistas. Todos faziam o sinal das armas enquanto Bolsonaro assinava o decreto, enaltecendo simbolicamente a conquista alcançada.

De acordo com Vieira (2021), a mudança mais significativa do Decreto nº. 9.685/2019, foi a alteração do parágrafo 7º, inciso IV do art. 12 do Estatuto do Desarmamento. De acordo com o texto:

§ 7º Para a aquisição de armas de fogo de uso permitido, considera-se presente a efetiva necessidade nas seguintes hipóteses:

[...]

IV - residentes em áreas urbanas com elevados índices de violência, assim consideradas aquelas localizadas em unidades federativas com índices anuais de mais de dez homicídios por cem mil habitantes, no ano de 2016, conforme os dados do Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2019a, online).

Segundo Vieira (2021), na prática quando analisamos que os índices anuais de violência em todos os Estados da Federação ultrapassam mais de dez homicídios por cem mil habitantes, o que o Decreto 9.685 de 15 de janeiro de 2019 fez, foi criar “a presunção de efetiva necessidade em todo o território nacional [...] da aquisição de arma de fogo” (p.127). Nesse sentido, as mudanças postas em vigor pelo governo Bolsonaro na contramão da construção de políticas públicas de segurança baseadas em evidência, apenas contribuiu para fortalecer o cenário de violência no país, onde o discurso da luta contra a criminalidade, traduzida em “guerra às drogas”, passa a dispor do meio pelo qual são legitimadas ações repressivas e punitivas que partem do Estado, agravando a seletividade do sistema de justiça criminal.

Essa perspectiva fica ainda mais clara quando consideramos o foco das propostas do governo para a segurança pública, especialmente nas alterações legislativas que culminaram no chamado “Pacote Anticrime”, proposto ao congresso pelo ex-ministro Sérgio Moro (HIRATA et al, 2021, p.12). Dentre as principais alterações incluídas nesse ‘pacote’ segundo os autores, estão:

(i) o aumento da pena máxima de 30 para 40 anos; (ii) o estabelecimento de regras mais rígidas para a concessão de livramento condicional; (iii) a ampliação de hipóteses para causas impeditivas de prescrição de crimes e (iv) a duplicação da pena imposta para casos de roubo com emprego de armas de uso restrito. Entre as diversas alterações introduzidas no Código Processual Penal, destaca-se a criação da figura do juiz de garantias – cuja viabilidade

ainda se encontra, no presente momento, sob a apreciação do Poder Judiciário. (HIRATA et al, 2021, p.12)

Além destas, outras mudanças promovidas pelo Pacote Anticrime foram:

[...] alterações (i) na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), ampliando o rol de crimes assim classificados – incluindo certas modalidades de roubo, furto e sequestro, posse e porte de armas de uso proibido, tráfico de armas e organização criminosa; (ii) na legislação referentes aos presídios federais e de segurança máxima (Lei 11.671/08), ampliando o período legal de permanência sob o RDD de um máximo de um ano para três anos renováveis indefinidamente, bem como autorizando a suspensão de direitos de progressão de pena, liberdade condicional e outros benefícios no caso de haver “elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo” do preso com alguma organização criminosa. (HIRATA et al, 2021, p.13)

Num âmbito geral, as medidas focaram num recrudescimento da lei penal, resultando essencialmente no aumento do encarceramento e na restrição de direitos e garantias das pessoas presas (Hirata et al, 2021). Em outras palavras, o ‘pacote’ propôs o encarceramento massivo e a diminuição das possibilidades de saída do sistema prisional, o que torna ainda mais relevante pensarmos qual o perfil ‘típico’ da população carcerária, ou seja, quem de fato se quer privar da liberdade e do direito a estar na sociedade.

Frente a esse panorama, percebemos que os impactos da política penal brasileira tendem a afetar de modos distintos os diferentes grupos da sociedade, e apesar de aqui não ser nosso intento discutir exatamente o sistema prisional, entendemos que a forma como tais políticas são pensadas tendem a produzir sobre determinados grupos um estigma de que são apenas eles os propiciadores da violência urbana.

Na presente pesquisa, o que nos propomos foi inverter essa lógica e pensar o tema da violência por um outro espectro, ou seja, dar centralidade às narrativas de um grupo populacional ao qual cotidianamente é imputada a responsabilidade pelos índices de violência crescente no país: moradores de favela. Ao longo da pesquisa nosso interesse voltou-se a seguinte questão: compreender o que pensam os moradores de favela a respeito do cenário em que estão inseridos, ou seja, entender o papel que as experiências espaciais de condições violentas ocupam dentro de suas trajetórias de vida e a partir disso, entender os papéis que essas experiências desempenharam nos diferentes momentos de suas trajetórias de vida,

influenciando não apenas nas sociabilidades e laços produzidos dentro e fora da comunidade, mas igualmente nas percepções de mundo que foram construídas, que versam inclusive sobre as políticas produzidas pelo estado brasileiro. Mas para tal fim, somos levados a discutir brevemente também as dificuldades de determinar um conceito de violência para o que aqui nos objetivamos apresentar.

B) Delimitação do “objeto” e as dificuldades de se discutir a violência

É fato que as mobilizações e medidas que objetivam sanar o problema da violência urbana não são recentes na sociedade. Segundo Adorno e Salla (2007), desde meados da década de 1960 e 1970, a sociedade brasileira vem experienciando o aumento progressivo do crime urbano violento. A rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontram suas raízes, conforme indicam os autores, “nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano” (ADORNO; SALLA, 2007, p.10). O neoliberalismo, a globalização econômica, o desenvolvimento tecnológico provocaram mudanças significativas no cenário econômico, político e social brasileiro favorecendo a formação não apenas de processos de segregação socioespacial, mas também a instituição de “novas formas de desigualdades sociais [...], em especial desigualdades de direitos, que condenam parcelas expressivas de populações urbanas de baixa renda à vida social imersa no mundo das ilegalidades” (ADORNO e SALLA, 2007, p.10).

No Brasil, esse cenário é ademais agravado pela crise da segurança pública, que vem se arrastando ao menos por três décadas. Os crimes cresceram e se tornaram mais violentos; a criminalidade organizada se disseminou pela sociedade alcançando atividades econômicas muito além dos tradicionais crimes contra o patrimônio, aumentando as taxas de homicídios, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos [...]. Não obstante, as políticas públicas de segurança permaneceram sendo formuladas e implantadas segundo modelos convencionais, envelhecidos, incapazes de acompanhar a qualidade das mudanças sociais e institucionais operadas no interior da sociedade. O crime se modernizou; porém, a aplicação de lei e ordem persistiu enclausurada no velho modelo policial de correr atrás de bandidos conhecidos ou apoiar-se em redes de informantes. (ADORNO e SALLA, 2007, p.100)

Se até meados dos anos de 1960, crimes ligados ao consumo e tráfico de drogas não provocavam tamanha inquietação coletiva, foi a partir da década de 1980 que a criminalidade organizada passou a delimitar um perfil de delinquência totalmente novo e singular. A crescente adesão de jovens ao mundo do crime, especialmente no comércio varejista de drogas ilícitas, passou a orientar uma nova forma de criminalidade urbana, marcada sobretudo por sua

hierarquização, organização e sobretudo por sua adaptabilidade e reprodutibilidade, bem de acordo com os avanços neoliberais da época (ADORNO e SALLA, 2007).

Segundo Fernando Salla, Maitê Gauto e Marcos César Alvarez (2006), se nos períodos compreendidos entre os anos de 1950 e 1970, as políticas de contenção da criminalidade tinham como diretriz que “a sociedade era em parte responsável pela emergência dos crimes e, como tal, deveria assumir a tarefa de recolocar o indivíduo em seu seio” com o novo padrão de criminalidade e as mudanças advindas dos processos de globalização e transformações econômicas, tal perspectiva foi, segundo os autores, drasticamente deslocadas de seu viés social anterior, sendo reformuladas e estabelecendo como novo paradigma as políticas de “Tolerância Zero”¹ que essencialmente elencaram como prioridades dos governos o endurecimento penal e formas radicais de controle das pequenas ilegalidades (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006, p.330).

Salla, Gauto e Alvarez (2006) indicam que a ruptura estabelecida a partir dos anos de 1970 com as formas de se pensar a política de segurança pública que vinha sendo trabalhada nos períodos anteriores, marcada sobretudo pelo abrandamento das penas e a oposição sistemática à pena de morte e a prisão perpétua, foram a partir da década de 1970 alteradas de modo que a própria ideologia até então predominante centrada na concepção de reabilitação dos criminosos foi sendo paulatinamente substituída, envolvendo como indicam os autores:

[...] uma concepção de controle severo sobre as ilegalidades populares, a adoção de sofisticados mecanismos (muitos deles eletrônicos) de imposição de punições legais e restrições à liberdade de locomoção, privatização dos serviços de segurança, com as milícias particulares e, ao mesmo tempo, com a presença cada vez mais acentuada de empresas de prestação de serviços para as prisões e mesmo de sua gestão direta. (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006, p.331).

Apesar de atividades como o tráfico de drogas não estarem restritas às camadas mais pobres e vulnerabilizadas como ficou claro em meados da década de 1990², os preceitos e

¹ Segundo Travis Wendel e Ric Curtis (2002), a política de “tolerância zero” tem suas raízes na “teoria das janelas quebradas”, de Wilson e Kelling. A premissa que defendia tal teoria, era a de que tolerância e desordem seriam a semente para a ocorrência de crimes mais sérios, portanto, pequenas infrações e atos de desordem deveriam ser evitados, não deixando com que se abrisse na sociedade precedentes à ocorrência de crimes mais sérios. Nessa perspectiva a política de “tolerância zero” nasceu como uma resposta do Estado em evitar quaisquer chances de crimes, desde os mais “brandos” até os considerados hediondos.

² Ver: Fiuza G. Meu nome não é Johnny. Rio de Janeiro: Record; 2004.

roteiros típicos produzidos pelo sistema de justiça criminal passou a associar criminalidade à pobreza, contribuindo para legitimar a imagem de que certos crimes eram cometidos apenas por sujeitos pobres e sobretudo por moradores da favela e periferia (MISSE, 1995). A criminalização da pobreza passou a explicitar, em grande medida, o funcionamento da política e da lógica penal brasileira. Wacquant já havia apontado que

[...] o surgimento do Estado Penal é o resultado de uma política de penalização da miséria, que responde ao crescimento da insegurança salarial e ao aprofundamento do gueto como mecanismo de controle de uma população duplamente marginalizada no duplo plano material e simbólico. (WACQUANT, 2008, p.488)

Tendo como repertório determinados segmentos da sociedade, a construção do sujeito criminal, produzida pela interpelação da polícia e da moralidade pública, como indicou Misse (2010), tem sido fundamental para a categorização de pessoas com o rótulo de “bandido” dentro da sociedade brasileira. Diferente de outros sujeitos incriminados, o autor destaca que ao bandido muitas vezes é desejado o seu desaparecimento ou morte, uma vez que a ele “são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos” (Misse, 2010, p.17). O acúmulo social de violência que esses sujeitos vivenciam, pode, como denominou Misse (2010), ser sintetizado da seguinte forma:

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. Além da associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos “tipos sociais”, desenvolveu-se um persistente processo de “sujeição criminal” de uma parcela de agentes de práticas criminais. Tal dinâmica terminou por constituir algo como uma “cultura” associada a esses sujeitos. (MISSE, 2010, p.18)

Ao longo da pesquisa, essas questões atravessam os discursos de Marta e Raquel, respectivamente moradoras da favela da Baleeira em Campos dos Goytacazes e da Cidade de Deus no Rio de Janeiro. As duas mulheres são interlocutoras da presente pesquisa e versam sobre as precariedades e baixas expectativas que afetam os moradores de favela quanto às oportunidades de educação e trabalho, discutem as relações desenvolvidas no território com o tráfico de drogas local, as formas de se relacionar com a polícia, narram episódios de execuções

e corrupções que partem de ambos os sistemas (polícia e tráfico) e ainda assim, as dificuldades que atravessam o cotidiano tendo em vista a incriminação e discriminação que sofrem por serem moradoras de favelas.

Por razões como estas elencadas acima, nos propomos a pensar a violência de modo mais abrangente, não nos limitando exclusivamente por um só conceito ou definição. Estaremos aqui, nos guiando a pensá-la a partir das contribuições de autores como Marilena Chauí (2007), Luíz Antônio Machado da Silva (2010), Alba Zaluar (1999) dentre tantos outros autores. Nossas motivações vão de encontro a multiplicidade de questões e perspectivas apresentadas por Marta e Raquel ao longo de suas narrativas. Mesmo porque, nosso intento ao utilizar a técnica de história de vida foi trabalhar com a memória das interlocutoras e como a antropologia³ já nos demonstrou, o recurso da memória é potente na medida em que é capaz de (re) ativar sentimentos de pertencimento, dor, tristeza, alegria, e apatia, mesmo que nem sempre estes sentimentos se apresentem tão bem definidos pelas próprias interlocutoras.

São nesses sentimentos, contraditórios por vezes, que se revelam as posições dos sujeitos frente a sociedade, a memória contribui na (re)construção e (re)significação de experiências, sejam elas inclusive violentas ou traumáticas (Das 2011; Vianna, 2020). A memória fornece repertórios e estratégias que dizem respeito às formas das pessoas de habitarem o mundo, apesar de todo o contexto de violência que porventura possam rodeá-las, ponto este, central na análise aqui apresentada.

C) Desafios teóricos e metodológicos e os interlocutores da pesquisa

Silva et al (2007) acrescenta que uma característica importante das metodologias qualitativas de pesquisa são as possibilidades de construirmos pontes entre o individual e o social, de termos o acesso a uma realidade que ultrapassa o próprio narrador. Por meio da história de vida “contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo

³ Segundo Gilberto Velho (2011), para a antropologia, a importância da memória está na sua possibilidade de servir como recurso organizador da subjetividade e das relações entre os indivíduos. O autor pontua que: “A antropologia nas metrópoles e nos grandes centros urbanos em geral defronta-se cada vez mais com novos e velozes sistemas de comunicação e informação, que se agregam e interagem com redes de relações e categorias sociais das mais variadas características. Embora isso se desenvolva nas sociedades como um todo, num processo de interação entre correntes de tradição cultural, mais ou menos longevas (Barth 1989), é no meio urbano contemporâneo, com sua complexidade e dinamismo, que esses fenômenos aparecem com mais intensidade e nitidez. O estudo das gerações, seus valores, atitudes e projetos sugerem trilhas e possibilidades de conhecimento em que a interdisciplinaridade torna-se cada vez mais prioritária” (2011, p.178).

do qual ele faz parte. Isto nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais” (SILVA et al, 2007, p.31).

Barros (2000) também indica que ao narrar nos apropriamos do social inscrevendo nele nossa marca, de tal modo que por meio de subjetividade, o interlocutor tende a retratar não apenas uma “apresentação de si” mas uma “produção de si”. Ao relatar, o interlocutor narra o processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido. “Ao se trabalhar o vivido e o subjetivo dos sujeitos, através do método de História de vida, temos acesso à cultura, ao meio social, aos valores que ele elegeu e, ainda, à ideologia” (SILVA et al, 2007, p.32). Por razões como estas é que não nos fechamos a nenhum conceito à priori, ainda que ao longo do trabalho estejamos problematizando as falas pelas colocações de diversos autores.

Nosso objetivo foi antes, compreender o que pensam os moradores de favela a respeito do cenário em que estão inseridos, entendendo o papel que as experiências espaciais de condições violentas ocuparam dentro de suas trajetórias de vida, salientando a perspectiva de duas moradoras de duas diferentes favelas, a Baleeira no município de Campos dos Goytacazes e a Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. O exercício aqui proposto é dialogar a partir dos relatos de Marta e Raquel com os trabalhos de distintos teóricos da sociologia, antropologia e outras áreas, pensando as contribuições destes na explicação do que nos é relatado ao longo das histórias de vida aqui apresentadas.

Inicialmente a pesquisa tinha por objetivo principal compreender o funcionamento da cadeia produtiva do tráfico de drogas por meio do diálogo com pessoas que já haviam trabalhado na periferia desse comércio varejista. A proposta partia do interesse em entender como essas pessoas avaliavam o tráfico de drogas, o que incluía compreender se elas o percebiam como um trabalho ou uma atividade profissional. Para além disso, interessava naquele momento apreender se a participação no tráfico de alguma forma havia alterado ou reestruturado suas relações e sociabilidades dentro do seu território.

Ao longo do trabalho de campo, fui percebendo que uma das minhas principais dificuldades, como apontado por Anthony Giddens e outros tantos teóricos, sobretudo da Antropologia⁴, seria a de estabelecer laços e relações de confiança com essas pessoas. Ao longo do campo conheci e conversei com pessoas que haviam trabalhado no tráfico de drogas, todas

⁴ Ver: Sylvia Caiuby Novaes (2012).

“convertidas ao Evangelho”. Esse aspecto foi interessante e mereceria uma pesquisa à parte, mas uma coisa que percebi é que mesmo com o aceite e conscientes sobre os objetivos da pesquisa, conversei com pessoas que estavam mais interessadas em me relatar sua conversão religiosa do que adentrar com profundidade no período em que trabalharam ou exerceram alguma função dentro do tráfico de drogas. Era completamente compreensível naquela altura os seus anseios, afinal, mesmo garantindo o anonimato, uma outra preocupação era o medo de que qualquer aspecto da transcrição pudesse levar ao reconhecimento de suas identidades.

Não eram infundados os seus anseios. Uma destas pessoas, que chamarei aqui de Joaquim, havia fundado uma ONG na favela, tinha preocupações em não estremecer seus contatos com a Prefeitura da cidade de Campos dos Goytacazes e muito menos com os traficantes da localidade em que vivia. Joaquim participava ativamente do tráfico e me relata toda a dificuldade que significou conseguir deixar dessa atividade. Dedé, outro personagem com quem pude conversar, por sua vez converteu-se alguns anos após ter atentado contra a vida de um colega de trabalho na “boca” da favela, a mando do chefe do tráfico da época. O colega em questão era parceiro na venda de drogas (cocaína) e havia sido descoberto batizando a droga para tirar um rendimento particular. Após a tentativa de matar o antigo companheiro, não efetivada com sucesso, Dedé ficou durante alguns anos no Rio de Janeiro escondido, jurado de morte pela família do “colega” da boca. Ele relata que o tráfico o instruiu a se deslocar para o Rio de Janeiro mas sem garantias de sua proteção. Após o chefe que o tinha designado para matar o colega que “batizava as drogas” ter sido executado por um membro da facção rival, ainda no Rio de Janeiro Dedé entrou para a Igreja e converteu-se. Só assim, conseguiu voltar a sua cidade natal e viver na favela em ‘segurança’. O colega que tivera a morte encomendada àquela altura já havia sido morto

Minhas dificuldades com os relatos de Joaquim e Dedé eram os hiatos e lacunas que se faziam presentes dentro de suas histórias. Fui percebendo que meus objetivos primeiros da pesquisa não seriam de fato alcançados, as histórias por mais interessantes que me parecessem, não eram suficientes para responder aos problemas de pesquisa. Minha conclusão: optei por alterar meu problema de pesquisa central. A violência era o elemento com maior centralidade nos relatos que obtive, se fazendo presente em absolutamente todas as narrativas. Me chamou atenção nos relatos que certos episódios de violência eram narrados com grande naturalidade, como se o costume de presenciar eventos tipicamente tidos como violentos os tornassem um fenômeno rotineiro e habitual na vida dessas pessoas.

Nesse ponto, ainda que considere os relatos de Joaquim e Dedé importantes e essenciais para minha própria compreensão sobre a realidade de moradores de favelas, acredito que suas respectivas participações merecem um adendo. Considero que parte do interesse de Joaquim e Dedé em narrar suas histórias objetivaram, acima de tudo, reforçar suas transformações pessoais por meio da conversão religiosa, ponto que me lembrou o trabalho de Arlindo Netto quando discute o fenômeno das biografias de quase-morte.

O trabalho de Netto (2019), ainda que discuta o tema das narrativas autobiográficas de quase-morte pensando-as em contextos de experiências terapêuticas e/ou espirituais, avalio que muitas de suas constatações sobre os impactos de “Viver a Quase-Morte” possuem valor nas histórias que recolhi de Joaquim e Dedé. Segundo Netto (2019) as narrativas autobiográficas estão quase sempre embasadas numa transformação pessoal. Narrar não se resume apenas a contar algo, “narrar pode também ser entendido como um ato reflexivo, no qual se pensa sobre os sentidos, os significados das experiências e os sentimentos derivados delas” (NETTO, 2019, p.165).

Segundo Netto:

[...] as narrativas de quase-morte assemelham-se às narrativas terapêuticas, a partir de dois aspectos: (1) ambas experiências são desestruturantes para o indivíduo, uma vez que implicam no abandono de antigas referências emocionais e modelos de conduta em contextos de sofrimento e dor, e (2) consiste na eficácia de tal desestruturação, onde ambas experiências colocam em cena um conflito de ordem cósmica, a qual está vinculado à uma organização divina com acontecimentos para além das vontades individuais. (NETTO, 2019, p.165)

Netto (2019) acrescenta que as narrativas individuais tendem a revelar dimensões não só particulares, mas coletivas de experiências e uma característica muito comum após experiências traumáticas, segundo o autor, seria o momento em que os informantes desqualificam as noções de si de “antes” da experiência de transformação.

A desqualificação do estilo de vida e das próprias noções que tinham de si antes da experiência, são modos de legitimar a constituição da nova pessoa e de um novo projeto de vida assumidos após a experiência, posto que ela acontece sem a vontade ou iniciativa do informante, não existindo, como vimos nas narrativas, a procura prévia pelo alívio de qualquer crise ou sofrimento, seja moral ou físico. Nesse sentido, a revelação ou a conscientização, se daria de modo “espontâneo”, mas igualmente influenciada por uma agência externa, a qual seria responsável por revelar os

pontos negativos, os erros e os equívocos vividos por eles. (NETTO, 2019, p.167)

A passagem pelo tráfico me foi relatada como um “divisor de águas”, antes Joaquim e Dedé tinham medo da morte, sentiam-se envergonhados com a família, não confiavam nos companheiros, após a conversão os valores construídos sobre si tinham se invertido. “*Deus tem uma obra bonita na vida de cada um da gente*”, essa frase aparecia como vírgula nos diálogos que estabeleci com Joaquim. A religião significou para Joaquim um renascimento, não só pela fé, mas para uma vida política. Em nossas conversas, mais de uma vez ele citou se enxergar como um novo Mandela⁵, que seu propósito e o propósito da ONG fundada era livrar os jovens da comunidade do tráfico de drogas. Em nossas últimas conversas seu problema maior era um jovem aluno das aulas de musicalização na ONG, por ser sobrinho do chefe do traficante. Joaquim antevia uma “*linda obra*” na vida do rapaz, mas a posição do tio como chefe do tráfico era um empecilho. Depreendo que do ponto de vista de Joaquim e Dedé possivelmente a agência externa responsável por revelar os pontos negativos de suas “vidas anteriores” foi a Igreja, especialmente pela centralidade que ela possuía em nossas conversas.

Não pretendo com essa perspectiva, invalidar ou depreciar as narrativas que os dois interlocutores me relataram, mesmo porque acredito que elas também capturam importantes formas de ser e estar no mundo social, expressam elas próprias práticas e ações singulares e sobretudo recursos que revelam como eles se veem, se pensam e querem ser vistos pelos demais. Mas novamente, frente aos hiatos, optei por centralizar as narrativas de Marta e Raquel. As duas interlocutoras me possibilitam entender com maior profundidade a realidade dos moradores de favelas, captando não só o aspecto que poderia ser interpretado como “negativo”, ou seja os impactos da violência e do luto na dinâmica da favela, mas igualmente os “positivos” por assim dizer, a importância dos festejos e dos laços produzidos e criados naquele espaço.

⁵ Consideramos que a relação de Joaquim com a imagem de Nelson Mandela e nossas interações ao longo da pesquisa podem ser traduzidas brevemente nos apontamentos de Regina Novaes. Segundo a autora: “o tema da violência também é mobilizador para a participação social. Como sabemos, jovens com histórias ligadas à criminalidade tornaram-se público alvo (nos bairros, nas prisões, em espaços onde cumprem medidas sócio-educativas) de políticas públicas para a juventude. E, também, por vezes, tornam-se eles mesmos agentes de instituições (organizações juvenis, de ONGs, de grupos ligados às Igrejas) voltadas para o combate à violência policial e, como eles dizem, “para tirar os jovens do tráfico”. Em seu trabalho, utilizam seus próprios depoimentos sobre a experiência de envolvimento em situações de risco social. Não por acaso, reações contra mortes violentas de jovens nas mãos da polícia e ações contra a situação precária dos jovens nas prisões estão presentes tanto nos documentos de organizações juvenis quanto de organizações que trabalham com jovens” (2007, p.6)

Para tal fim, destaquei a perspectiva de duas moradoras de duas diferentes favelas, Marta (49 anos) e Raquel (28 anos) que, como supracitado, são moradoras respectivamente das favelas da Baleeira em Campos dos Goytacazes e Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Ambas foram importantes pontes de comunicação com meu campo quando ainda tinha como tema o outro objeto de pesquisa. As conheci em diferentes momentos em atividades acadêmicas ainda no período da minha graduação. Apesar de conhecê-las e saber que as duas eram moradoras de favela, não conhecia com profundidade suas histórias de vida e tampouco tinha conhecimento sobre as duas favelas em que elas viviam.

Marta e Raquel me narram a vida na favela sempre enaltecendo a história dos seus respectivos territórios, dos espaços em que cresceram e reforçando como estes reúnem muito além do que só exclusão e violência, ponto este que me trouxe a necessidade de buscar outros trabalhos e autores para também conseguir abarcar as expectativas que elas próprias tinham com meu trabalho. Ainda que a pesquisa não tenha se desenvolvido *in loco*, no processo de relacionamento com Marta e Raquel pude ter acesso a duas diferentes realidades sociais, conhecendo práticas, experiências e o cotidiano não só de duas mulheres, mas igualmente das duas favelas em que desenvolveram parte de suas sociabilidades.

D) Sobre a divisão dos capítulos

Marta e Raquel construíram suas vidas em territórios dominados pelo tráfico, suas falas expressam os conflitos que rodeiam a realidade dos moradores da favela, especialmente daqueles que não fazem parte dessa cadeia produtiva, a não ser como telespectadores. Suas histórias foram aqui escolhidas por duas razões, primeiro pela oportunidade de termos conversas constantes com ambas as interlocutoras, o que propiciou uma oportunidade maior de aprofundamento, e segundo por que as duas histórias expressam posições bem antagônicas: são duas mulheres que divergem frente a questões como tráfico de drogas, papel da polícia, justiça, moralidade, além de ambas apresentarem importantes perspectivas sobre o impacto do tráfico e das ilegalidades que circundam esse território na vida dos moradores que não estão diretamente ligados às atividades do tráfico de drogas⁶.

⁶ Segundo Regina Novaes, “[...] definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida” (2007, p.1). Destacamos esse aspecto trazido pela autora para chamar atenção para as diferenciações que se fazem presentes nos relatos de Marta e Raquel. Cada uma delas experienciou de maneiras distintas e em períodos diferentes, as etapas de suas vidas (infância, juventude, maturidade), acreditamos que muitos dos desafios que enfrentaram estão atrelados aos processos políticos, sociais, culturais e econômicos que se faziam presentes dentro do período e etapa da vida em que elas se encontravam.

Frente às diferenças que se apresentam em seus relatos, consideramos ser necessário apresentar separadamente ao longo do primeiro e segundo capítulo as histórias de Raquel e Marta. Assim, no primeiro capítulo intitulado **“Guerra às drogas” ou “Guerra contra pessoas?”: como a violência e a criminalidade são percebidas por uma moradora da favela Cidade de Deus**, apresentamos e discutimos a história de vida de Raquel, sua infância, suas percepções sobre segurança e insegurança dentro da favela Cidade de Deus, a avaliação que faz sobre determinados grupos que vivem em sua comunidade, sobretudo os moradores de rua usuários de drogas. Apresentamos também seu olhar sobre políticas que se voltam a favela em que vive, destacando sobretudo a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

No segundo capítulo, intitulado **Um entre-lugar de múltiplas infâncias: as fronteiras entre trabalho, brincadeiras e violências na trajetória de vida de uma moradora da favela da Baleeira**, apresentamos a história de vida de Marta. Retomamos episódios de sua infância em que junto a mãe dividia-se nos afazeres domésticos e no trabalho realizado no barzinho da família em que escrevia o jogo do bicho, episódio que a fez inclusive ter acesso a uma outra dimensão da realidade, quando a certa altura podia proporcionar a si mesma, bens materiais com o dinheiro das apostas do avô no jogo do bicho. Apresentamos também os desafios da vida na favela da Baleeira e especialmente os problemas estruturais da favela desde o seu surgimento. E destacamos o episódio da perda do irmão, Everson, que propiciou a formulação de um ritual familiar cumprido pelo núcleo familiar durante 7 anos.

No terceiro capítulo, intitulado **Experiências Espaciais de Condições Violentas: o poder, o prestígio e o punitivismo em duas favelas brasileiras**, apresentamos as narrativas de Marta e Raquel concomitantemente, destacando a centralidade da “lei da comunidade” no cotidiano da favela, as punições aplicadas aos transgressores, a centralidade do tráfico de drogas no território da favela no controle da população local, as formas de lidar com a imprevisibilidade produzida pela ação dos traficantes. Destacamos ainda no último tópico, o relato de Marta sobre a formação do bloco de carnaval “Juventude da Baleeira”, que inicialmente surge com a ação de jovens moradores, mas depois passa a ser comandado por traficantes, perdendo aos olhos de Marta, a essência da formação do bloco e o papel de representatividade das demandas dos moradores da favela.

CAPÍTULO 1

“Guerra às drogas” ou “Guerra contra pessoas?”: como a violência e a criminalidade são percebidas por uma moradora da favela Cidade de Deus

Segundo Ribeiro, Santos e Maeso (2010) na contemporaneidade somos interpelados por muitas expressões da violência, por muitas de suas facetas exteriorizadas na política, na dimensão micro das relações cotidianas, violências que não se limitam a um determinado território, mas se fazem presentes em toda a sociedade. Como parte constituinte da cidade, a favela é um espaço que compreende também tal fenômeno, sendo muitas vezes responsabilizada pelos altos índices de criminalidade e violência, especialmente por sua relação com o crime organizado.

Frente às várias definições correntes sobre o crime organizado⁷, tomaremos como nossa definição para pensá-lo, alguns dos critérios apontados por Letícia Maria Schabbach em seu estudo. Podemos considerar, segundo a autora, que o crime organizado:

[...] abrange grupos organizados que reúnem, principalmente, adultos com trajetória delitiva e funcionam como organizações de atividades ilícitas. A sua conformação é hierárquica e permanente, com liderança estável que se impõe através da força e /ou da habilidade criminal. Tais grupos visam o enriquecimento ilícito e o prestígio, embora suas ações nem sempre sejam racionais ou instrumentais, incluindo: o tráfico de entorpecentes, o contrabando e o descaminho, o furto e o roubo de veículos, de cargas e de carros-fortes, o roubo a banco e a outras instituições financeiras, o roubo a postos de pedágio, a extorsão mediante sequestro, etc. Por vezes, estes grupos especializou-se em um ou mais tipo de atividades, podem ter ramificações e comandos dentro das prisões, bem como estabelecem ligações com representantes de profissões convencionais (advogados, contadores, políticos, policiais, juízes, promotores e outros atores), a fim de assegurar a sua impunidade e desenvoltura no mundo legítimo. (SCHABBACH, 2007, p.57)

Mariño (2000) afirma que a economia dos entorpecentes trouxe como um dos seus rebatimentos uma possibilidade para aqueles que eram, em uma determinada leitura, tidos como excluídos dos sistemas sociais, acessarem recursos pelas vias da ilegalidade, fator esse que ganhou grande proporção dentro das economias periféricas. O crime organizado tem ao longo dos últimos anos mobilizado uma ampla massa de trabalhadores precarizados na sua rede de atividade criminal, mas ainda assim é notório que a sua força está, como indica Schabbach,

⁷ Ver: Schabbach (2007), Werner (2009), Cepik e Borba (2011).

na formação de redes “que protegem os seus membros contra a prisão e a condenação, as quais incluem executores da lei, representantes do Estado e políticos” (2007, p.59).

Segundo Schabbach (2007), as ligações estabelecidas nesta rede, em geral disfarçadas por negócios lícitos, é o que produziria dentro dessa nova criminalidade organizada uma integração entre estruturas de oportunidades legítimas e ilegítimas já que “para desenvolverem suas operações e circularem livremente no mundo lícito, os criminosos necessitam de apoio de pilotos, banqueiros, procuradores, advogados, juízes, tesoureiros, etc” (SCHABBACH, 2007, p.59). No entanto, se o crime organizado possibilita vias de integração entre redes lícitas e ilícitas do mercado⁸, como uma de suas graves consequências, exacerbam-se ações punitivas para aqueles que se encontram nas cadeias produtivas mais baixas das atividades que compõem o crime organizado.

Aos moradores de favelas e comunidades resvalam percepções de cumplicidade aos criminosos “sustentadas, reproduzidas e objetivadas pelas próprias políticas sociais e/ou ações filantrópicas destinadas aos moradores da favela em geral” (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007, p.550). Com canais de representação fracos ou mesmo ausentes nas favelas, a estes cidadãos ficam restritas uma participação silenciosa no entremeio do conflito “polícia x bandido”, prevalecendo nos autos criminais, narrativas policiais. O resultado desse panorama, alimentado por ações policiais mal planejadas, canais fracos de representatividade e justificativas enviesadas na mídia que alimentam a centralidade das narrativas policiais, nos fazem refletir sobre quais seriam as reais intenções que têm sido postas e em certa medida naturalizadas na sociedade traduzidas na luta contra as drogas, ainda que tais “intenções” sejam uma parte ínfima e que explica muito pouco a complexidade da vida social.

Por razões como essas, Ribeiro, Santos e Maeso indicam que o trabalho do testemunho, principalmente quando dispõe um modo de representar experiências traumáticas, torna-se central quando a linguagem e a comunicação passam a constituir “um gesto de recomposição que permite a reconstrução de um espaço discursivo em que a voz da vítima da violência não apenas pode articular, mas também ser ouvida” (RIBEIRO; SANTOS; MAESO, 2010, p.3).

⁸ Segundo Mingardi (1998) o tráfico de entorpecentes, as empresas de lavagem de dinheiro e de receptação e o jogo do bicho são algumas das atividades que compõem o crime organizado, sendo estas oriundas de presídios, da união de pequenas quadrilhas, de laços de consanguinidade ou na associação de grupos interessados no monopólio de um serviço ou mercadoria.

Segundo Ribeiro, Santos e Maeso (2010)

É através do ato e do gesto da representação, e no momento em que este ato extravasa as fronteiras do privado e alcança modalidades de expressão e de ressonância públicas, que o sujeito conquista a capacidade de transcender o estatuto de vítima e de afirmar um estatuto de autoridade que exprime a reconquista de uma possibilidade de futuro. Toda a lógica dos sistemas repressivos se dirige não só para o apagamento da identidade, mas também para a produção da exclusão e do esquecimento absolutos. O trabalho da memória – e são múltiplas as formas de que pode revestir-se,[...] enquanto expressão da reconquista de autoridade pelo sujeito vítima da violência, impede a rasura repressiva e traduz a derrota, em última instância, das máquinas de aniquilamento. (RIBEIRO; SANTOS ; MAESO, 2010, p.3).

Posto isto, daremos início apresentado as trajetórias de nossas duas interlocutoras em dois capítulos diferentes, caracterizando as diferenças na infância e criação dentro destas duas favelas. Objetivamos também ao fazer isso, centralizar algumas questões que norteiam o pensamento de cada uma delas, que versam sobre status na favela, trabalho, sentimentos de segurança e insegurança, valores morais, grupos criminosos e outros assuntos que vão surgindo ao longo dos relatos.

Não será nosso enfoque aqui discutir cada nuance ou aspecto de suas falas, em muitos momentos apresentamos trechos mais longos dos relatos, no intuito de explicitar como vários processos e interações se interrelacionam e demarcam toda a complexidade do cenário de vida dessas duas mulheres, além disso são falas que expressam suas próprias visões de mundo e a maneira com a qual vivem e ocupam espaços da cidade. Neste capítulo daremos início a apresentação da trajetória de vida de Raquel (28 anos), moradora da favela Cidade de Deus.

1.1 Construindo histórias de vida: relatos sobre família e infância de uma moradora da Cidade de Deus

Olha, a Cidade de Deus é um ótimo lugar pra se viver, mas tem seus problemas né. Ela é muito grande, e eu moro numa parte que é considerada relativamente tranquila. Aqui tem várias divisões, tem a área da Treze, área da Quinze, Boca dos Apês, enfim uma série de divisões. A Boca dos Apês é a parte onde eu moro que tem os apartamentos, ela é bem mais tranquila. Mais na Área da Treze é onde tem as casas e é onde é o lugar mais perigoso, vamos dizer assim. Porque quando tem operação policial por exemplo, ela começa prá lá, na Treze. Dificilmente eles vêm aqui onde eu moro. As vezes vem pra marcar território e depois vão embora. Eu sempre falo para as pessoas que onde eu moro é muito bom, é muito próximo da Barra da Tijuca, tem shopping perto, tem a praia da Barra como lazer. Daqui até a praia é uns 20 minutos, além de ser também do lado de uma via expressa, chamada linha amarela. O

que atrapalha e é ruim aqui, é a parte do tráfego e atualmente sobretudo os moradores de rua, pessoal usuário de crack. Acho que se não fosse por esses problemas, eu estaria num lugar super de boa pra morar, porque sério é muito perto da Barra, da linha Amarela e do shopping. E eu sempre morei aqui né, frequentava as creches e escolas daqui dentro, então minha infância foi toda aqui dentro, eu só saí para uma escola externa, em outro lugar, quando aqui estava com falta de professor e aí eu falei com minha mãe ‘poxa, me troca de escola, porque aqui não tem professor e tal’ e aí eu fiz a sétima e oitava série em outro colégio. Mas toda minha infância e até a sexta série eu fiz aqui dentro. E aí meus amigos e coleguinhas sempre foram daqui mesmo, a minha mãe e minha avó elas não deixavam eu sair muito pra brincar na rua, eu sempre brincava na frente do meu prédio, no pátio. Quando eu fiz uns 12 anos, é que minha mãe me deixava sair mais, eu tenho muito na memória de infância que eu brincava de escolinha aqui no corredor com os meus amiguinhos da época, raramente eu podia ir pra praça. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Péres e Jardim (2015), na atualidade o modo de vida das crianças moradoras de cidades grandes “sofre uma crescente institucionalização e privatização dos espaços frequentados”. Tal privatização afeta, ainda que de maneiras diferentes, todos os segmentos da sociedade, o que faz com que os momentos de lazer se reproduzam em espaços específicos, institucionalizados e cujas relações se restrinjam aos pares da criança (PÉREZ; JARDIM, 2015). Segundo ainda os autores, com riscos crescentes à segurança nas metrópoles, os momentos de lazer das crianças cada vez mais têm se dado nos *shoppings* e em áreas de recreação dentro dos prédios e condomínios (Pérez; Jardim, 2015). Realidade esta experimentada por Raquel na Cidade de Deus.

A Cidade de Deus, como pontua Diogo Corrêa, surge aproximadamente nos anos de 1960, como um conjunto habitacional “construído pelo governo do estado, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, para abrigar moradores removidos de diversas favelas” (2015, p.64). Segundo o levantamento realizado pelo Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (IETS) divulgado em 2010, a Cidade de Deus conta com uma população de 61.050 pessoas, distribuídas em 17.157 domicílios. A área dessa favela, que anteriormente pertencia ao bairro Jacarepaguá, tornou-se a partir de decreto municipal, “oficialmente o bairro Cidade de Deus, que fica próximo a Gardênia Azul, Freguesia e Taquara” (CORRÊA, 2015, p.64).

Dividida em pelo menos cinco subáreas, a favela é composta e discriminada segundo o IETS da seguinte forma: “área 1- Caratê e adjacências; área 2- CH Gabinal Margarida; área 3- Lazer e adjacências; área 4- Edgar Werneck e adjacências; área 5- Quinze” (CORRÊA, 2015,

p.64). Raquel vive na área 2, mas diferente da classificação do IETS, denomina a área como boca dos *Apês*⁹. Abaixo um mapa das áreas que compõem a subdivisão da Cidade de Deus.

Mapa 1- Áreas que compõem a Cidade de Deus



Fonte: Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (IETS)

Segundo os dados do IETS, metade da população adulta da Cidade de Deus não concluiu o Ensino Fundamental, mas apesar da baixa escolaridade média, existiam avanços na cobertura da educação. Segundo o relatório, 96% das crianças de 7 a 14 anos moradoras da comunidade estavam na escola, no entanto a pré-escola e o Ensino Médio eram menos frequentados¹⁰. Para aqueles matriculados, outros problemas se faziam presentes, segundo o levantamento, em metade das escolas não havia aulas pelo menos uma vez no mês, sendo em 42% em decorrência de razões administrativas e 26% por falta de professores, além disso, a violência não constituía em nenhum dos casos, a razão para não ter aulas (IETS, 2010, p.16).

Segundo Leite (2005), a população que vive na favela, apesar de sua heterogeneidade, é constituída em sua maioria pela presença de trabalhadores “pobres e sem qualificação profissional, analfabetos (as) ou com poucos anos de estudo, cuja fragilidade no mercado de

⁹ Corrêa aponta que algumas regiões da favela Cidade de Deus ao contrário do que apontam o IETS, são denominadas de forma diferentes pelos moradores, como são os casos das área 2 e 4 respectivamente denominadas como área dos “apartamentos” ou dos *Apês*, e na área 4 em sua parte superior localmente chamam-na como Apê da PM e a parte inferior de Mangueirinha ou Bariri (2015, p. 64).

¹⁰ Segundo o relatório, um terço das crianças até seis anos de idade não vão à creche e nem à pré-escola. Na faixa etária de 15 a 18 anos, 77% vão à escola. A área 2 “CH Gabinal Margarida” ou área dos *Apês* constitui a região com maiores índices de crianças de até 6 anos que não frequentam a pré-escola, metade das crianças dessa área não estão em creches ou na pré-escola (IETS, 2010, p.15).

trabalho revela-se nas altas taxas de desemprego e em sua inserção marginal [...] no trabalho informal” (p.67). De fato, é neste contexto que a mãe de Raquel está inserida:

Então, depois que eu nasci, meu pai foi embora. Quando ele foi embora da casa eu não tinha nem um ano de idade ainda. Eles tiveram um monte de briga, minha mãe fala que teve um dia que meu pai foi na creche e me pegou e aí não avisou pra onde ia me levar, me deu vacina, ela quis tacar fogo no carro dele. Então, essa relação de guarda compartilhada entre meu pai e minha mãe não foi muito boa não (risos). E assim, eu não tenho uma boa relação com ele desde sempre, tipo assim, não sei até quando ele estudou e tudo mais, nossa relação é muito restrita. Minha mãe sempre assumiu mais a responsabilidade de dinheiro em casa, porque até uma certa idade, meu pai dava uma mixaria de pensão pra mim e aí em 2006 quando ela teve o AVC e quando ela voltou pra casa, foi um pouco difícil né, aí minha mãe colocou meu pai na Justiça e ela ganhou. Mas minha mãe eu sei que ela estudou até a quarta série, ela tem o fundamental incompleto e ela sempre trabalhou limpando casa e essas coisas, ela chegou a fazer um curso de cabeleireiro e manicure. Aí quando eu era pequena e meu pai saiu de casa, minha mãe se virou no salão como manicure fazendo unha. Mas na carteira de trabalho dela consta que ela já trabalhou como copeira, em hospital, auxiliar de serviços gerais, doméstica. Mas eu lembro que até 2006 ela tava no ramo da manicure ainda, foi na época que ela teve um AVC, até enquanto ela fazia a unha de uma cliente. E meu pai ele instalava antena, atualmente ele é aposentado. Inclusive Minha mãe conheceu meu pai enquanto ele instalava antena num prédio, meu pai até um pouco antes de se aposentar, ele instalava aquelas antenas em prédios, de televisão, internet e tudo mais. Foi assim até que eles se conheceram, e atualmente meu pai tá aposentado e minha mãe faz os bicos dela quando dá, toma conta de criança, agora estamos recebendo o Auxílio Brasil e assim a gente vai seguindo. (Raquel, Cidade de Deus)

Sobre a mãe de Raquel, Pedro de Oliveira Rodrigues (2019) destaca que nem todos os trabalhadores são incorporados ao mercado formal de trabalho, o que por sua vez acaba gerando um excedente de força de trabalho. “Esse excedente está presente em todos os setores da economia, desde os mais arcaicos até os mais automatizados, formais ou informais” (RODRIGUES, 2019, p.3).

A mãe de Raquel sempre foi a chefe de família responsável por prover o sustento dos filhos. Para Neusa Guareschi (1999) parece estar implícito nas comunidades que cabe às mulheres a responsabilidade de tomar conta de tudo e sustentar suas famílias. A autora indica que “são as mulheres que pagam as contas e compram mantimentos e outras coisas que as crianças precisam, como roupas e calçados” (GUARESCHI, 1999, p.38).

E além da exploração que sofrem em seus empregos e a violência doméstica, em muitos casos, não é raro que nesse tipo de realidade econômica ocorra ainda a necessidade de que as mulheres encontrem “modos alternativos de prover o sustento da família e lidar com a pobreza,

a fim de que elas e suas crianças sobrevivam” (GUARESCHI, 1999, p.39). Um exemplo bem ilustrativo para pensar o contexto da mãe de Raquel foram os conflitos pelo direito à pensão, onde só após o AVC, sua mãe acionou a justiça.

Então desde aquele tempo até hoje eu recebo uma pensão que é descontada direto do contracheque dele, então assim quem paga é o governo. Antes ele dava um valor de 180 reais de pensão, só que era assim, tudo que eu quebrava, se eu fosse na casa dele e quebrasse sem querer alguma coisa, ele descontava do valor da pensão. Teve um dia que eu fui botar a máquina para lavar roupa e ela era daquelas de gavetinhas, eu abri e quebrei a tampa dela, meu pai foi na autorizada comprou outra tampa, mas descontou do valor da pensão a tampa porque eu quebrei. Minha mãe ficava revoltada. Isso complicou nossa relação. Hoje ele mora próximo a Rio das Ostras, eu vou lá uma vez por ano, quando muito. (Raquel, Cidade de Deus)

O exemplo citado por Raquel ilustra de modo claro os desafios de sustentar uma família em que uma das partes nunca assumiu suas responsabilidades. Antes da determinação da justiça, o pai de Raquel encontrava maneiras de não pagar o valor integral da pensão aumentando ainda mais os desafios de sua mãe de sustentar a casa e seus dois filhos. Segundo Guareschi (1999), além de serem mães solteiras e terem de tomar conta de toda a casa e dos filhos quase sempre sozinhas, torna-se difícil para as mães de favelas e comunidades conseguirem ou investirem em empregos melhores. Em geral, os únicos trabalhos disponíveis são precarizados e muito pouco estáveis, como é o caso das faxinas.

Guareschi (1999) destaca um outro aspecto interessante. Apesar de haver um reconhecimento da condição das mulheres dentro da comunidade, inclusive pelos filhos que veem suas mães assumindo as responsabilidades do lar na ausência dos pais, existe uma tendência nestes espaços a atribuir uma diferença natural entre papéis desenvolvidos por homens e mulheres na família. Circulam nesses territórios a percepção de que os homens devem trabalhar fora e as mulheres cuidarem do lar e, “apesar dos meninos estarem conscientes da negligência dos homens em relação ao seu papel na família, eles continuam a considerar que o homem deve atuar na esfera pública e que as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas” (GUARESCHI, 1999, p.41).

Tal interpretação, segundo Guareschi (1999), faz com que as mulheres sejam confrontadas com expectativas contraditórias e irreconciliáveis, uma vez que os desvios cometidos pelas crianças acabam sempre sendo de responsabilidade das mães que não o evitaram, já que são elas as responsáveis pela educação e tudo mais que envolve a esfera

privada do lar, o que contraria a própria realidade já que acabam sendo elas próprias a também assumirem a função de prover o sustento de seus lares na ausência dos companheiros. Raquel tem um irmão dez anos mais velho, são filhos de pais diferentes. Em um momento de sua narrativa, ela revela que diante das inúmeras dificuldades financeiras o irmão tentou entrar no tráfico de drogas, pois objetivava adquirir bens que sua mãe não podia comprar.

O meu irmão quando ele tentou entrar no tráfico, aliás ele tentou por dinheiro, não por necessidade, porque nunca passamos exatamente necessidade. Mas ele queria ter coisas que a minha mãe não podia comprar, ele não entendia que ou ela comprava comida pra dentro de casa ou sei lá, comprava um chinelo ou roupa de marca que ele queria. Então não dava pra gente se alimentar nem de chinelo e nem de roupa (risos). Então ele passou alguns dias no tráfico, minha mãe é uma pessoa muito conhecida aqui, então quando ele entrou, um dos bandidos reconheceu ele e falou com minha mãe. Minha mãe tava de butuca já, desconfiada do comportamento dele, então ficou observando e ela sempre conta essa história, que um dia ela foi correr atrás do meu irmão, e aí ela tava na Treze, tinha acabado de sair do trabalho de manicure, tava de casaco preto e capuz porque tava chovendo, aí ela tava escondida com capuz, e aí um bandido veio por trás e colocou o cano da arma nas costas dela, e quando ela abaixou o capuz, o bandido pegou e falou assim “ah, a senhora é a mãe do gordinho? espera, que daqui a pouco ele vai tá em casa”, aí minha mãe foi pra casa, e pouco tempo depois ele chegou. Eu era pequena, mas ela conta que com certeza devem ter ameaçado ele, porque quando ele chegou, ele tava com uma cara assustada com lábios brancos e tal, que depois desse episódio ele nunca mais voltou. Ele não fala sobre isso. (Raquel, Cidade de Deus)

Raquel, ao relatar a incompreensão do irmão diante das dificuldades financeiras da mãe que “ou comprava comida para dentro de casa ou comprava um chinelo ou roupa de marca que ele queria”, remete ao trabalho de Moraes e Siqueira (2019) quando os autores afirmam que no universo simbólico do consumo, as roupas e itens de marcas, tendem a denotar algum tipo de status social para os sujeitos, principalmente quando estes “vivenciam processos de exclusão e invisibilidade nos seus locais periféricos de origem” (p.152).

Raquel diz acreditar que muitos jovens que entram para o mundo do crime, o fazem sobretudo pelo status e dinheiro proveniente da atividade. Além da possibilidade de comprar bens materiais, o *status*¹¹ possibilita que o jovem viva “cercado” de meninas e com “poucas”

¹¹ Como ficará mais claro ao longo da dissertação, apesar de Marta e Raquel evidenciarem que há de fato, um apreço por se ter status na favela, cada uma delas tende a concebê-lo de diferentes maneiras. Raquel associa ao status a possibilidade de se ter dinheiro e bens materiais atestado pela atenção das meninas “interesseiras”. Marta, entretanto, entende por status uma forma de exercer o poder de mando e controle, não estando necessariamente atrelado à posse de bens materiais. Para Marta, o status também não se restringe ao universo masculino como é para Raquel, Marta exemplifica o ganho de status por ela experimentado quando passou a chefiar uma “gangue” na Baleeira.

preocupações sobre o futuro financeiro da família. É neste ponto que consigo compreender mais nitidamente como valores morais perpassam a construção de determinados sujeitos e influenciam as maneiras com as quais Raquel enxerga determinados grupos que assim como ela vivem na Cidade de Deus. No próximo tópico, discutiremos as visões de mundo de Raquel com relação às mulheres e com usuários de drogas que vivem na favela.

1.2 “O dinheiro trás o status e o status trás essas coisas”: as percepções, moralidades e o juízo de valor de Raquel sobre usuários de drogas e mulheres na favela

Acho que muitos meninos entram no tráfico por status né. Por que assim, ainda vou bater na tecla do dinheiro, com dinheiro você consegue comprar roupa, com dinheiro você consegue comprar moto, consegue comprar carro, então às vezes o status de ter dinheiro também faz com que a pessoa queira entrar. E com isso tem mais garotas interesseiras querendo ficar com você, querendo pegar seu dinheiro. Então com certeza, também vem um status quando a pessoa entra pro tráfico, ele anda de moto, com roupas boas, e aí vem mulher interesseira atrás, e eu acho que é isso. E essa questão das mulheres serem interesseiras eu digo no geral, saindo até mesmo do tráfico, por exemplo, o cara que minha mãe trabalhava antes da pandemia, ela recebia 600 reais por mês e limpava a casa dele uma vez por semana, ele tinha dinheiro. O que ele fazia, ele vinha pra cá, pra favela, e pegava um monte de menina que eu conhecia, meninas da minha idade que eu conheço, e tipo assim, ele gastava dinheiro horrores com elas, teve uma menina específica que ele comprou iphone, comprou até moto para ela, então tipo assim, eu acho que essa questão de dinheiro ela sempre vai estar presente, tipo assim, o dinheiro em qualquer circunstância ele te dá status, seja pra pessoa trabalhando como empresário como foi o caso desse chefe da minha mãe ou como traficante. Hoje, esse chefe da minha mãe tá quebrado, pergunta se alguma daquelas meninas ligam pra ele. E ele é mais velho, tem 74 anos, então tipo assim, ele chegava comprava bebida pras meninas, comprava lanche do MC Donalds, ele ajudava as meninas que tinham filhos, comprava comida, roupa e brinquedo pra criança, e essas meninas ficavam lá, sugando e sugando ele. E tinha época que minha mãe meio que controlava né?, as vezes ele sai com a carteira com um bolo de dinheiro, e minha mãe cuidava da carteira dele justamente pra ele não ser roubado. Aí as meninas ficavam chateadas por que minha mãe cuidava da carteira dele ou que minha mãe suspendia a conta pra para de servir bebida e cerveja na mesa delas, entendeu? Então isso tudo é o status. E assim, era horrível, ele por exemplo enchia boca pra falar que tava pegando fulana, comendo mesmo, e eu como mulher ouvindo aquilo era extremamente bizarro, porque de certa forma ele tava objetificando a mulher, então eu ouvindo aquilo achava nojento. Mas ele bancava muita gente. Ele não assumia nenhum relacionamento com elas, era só um pente e rala (risos). Agora que ele tá quebrado, a menina que ele deu iphone e moto, agora ela tá com um traficante, trocou o velho pelo traficante. O dinheiro fala muito mais alto do que as pessoas atualmente. O dinheiro trás o status e o status trás essas coisas, mulher, traz luxos né, vamos dizer assim, de por exemplo você pode ir num restaurante e gastar um dinheiro lá, sem ficar chateado depois porque você gastou muito lá, traz o poder aquisitivo de você poder comprar eletrônicos de última geração, o poder aquisitivo de você poder comprar muitas coisas no mercado, é isso. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Meirelles e Gomez (2009) a invisibilidade social é um dos fatores que contribuiu para a inserção e permanência de muitos jovens no mundo do crime. Na busca de uma identidade social os jovens que enfrentam os desafios da exclusão social tendem a manifestar um fascínio por ter *status*, especialmente por que tal condição é o que “lhes garante o reconhecimento e poder na favela onde vivem” (MEIRELLES; GOMEZ, 2009, p. 1798). Segundo os autores, adotar o comportamento do ‘bandido’ é o que abre a possibilidade de que esses jovens sejam notados, no entanto tal inserção vem acompanhada de frustrações quando percebem as dificuldades que se fazem presentes para se elevar na escala do “movimento”, uma vez que “o baixo status significa muito empenho, pouco dinheiro e pouco poder de se relacionar socialmente na comunidade”, o que torna típico práticas de traição dentre os membros da facção (MEIRELLES; GOMEZ, 2009, p. 1798).

[...] não existe um único motivo, mas uma variedade de situações que vão empurrando o jovem a entrar e posteriormente a sair do tráfico de drogas [...]. A inserção no tráfico de drogas não ocorre apenas para alcançar ganhos econômicos, como frequentemente se propaga, mas, particularmente, para alcançar ganhos simbólicos: [...] dinheiro, mulher, prestígio, metal [arma], bagulho [droga] a toda hora. Os jovens buscam autoestima, respeito, visibilidade social. (MEIRELLES; GOMEZ, 2009, p. 1801).

Para Raquel o *status* está intimamente relacionado à possibilidade de se comprar bens materiais e atrair atenção de mulheres. Acredito nesse ponto ser interessante refletir sobre as contradições que aparecem nos comentários de Raquel sobre o comportamento moral e social de determinadas mulheres. Ao mesmo tempo em que realiza julgamentos morais e aparenta reprovar e condenar as ações de mulheres que determinam suas relações amorosas baseadas no interesse financeiro, deixa claro o incômodo com a objetificação produzida pelo ex-patrão da mãe direcionado a essas mulheres.

A posse de dinheiro ao seu ver é o que garante *status*, aspecto que ela deixa claro na passagem “*ainda vou bater na tecla do dinheiro, com dinheiro você consegue comprar roupa, com dinheiro você consegue comprar moto, consegue comprar carro*” e com isso “*tem mais garotas interesseiras querendo ficar com você, querendo pegar seu dinheiro*”. Em certo momento ela questiona: “*esse chefe da minha mãe tá quebrado, pergunta se alguma daquelas meninas ligam pra ele*”, na sua perspectiva parece haver uma espécie de injustiça com esse homem, pois apesar de fazer comentários ‘*nojentos*’ como afirma, ele “*comprava bebida pras meninas, comprava lanche do Mcdonald's, ele ajudava as meninas que tinham filhos, comprava comida, roupa e brinquedo pra criança*”.

O que parece ficar a largo nessa interpretação é que essas ações também eram por ele, o ex-patrão, realizadas em troca de interesses sexuais, pois ela reconhece que “*ele não assumia nenhum relacionamento com elas, era só um pente e rala*”, mas a recriminação à ele só é exercida nas maneiras com as quais ele se expressa sobre as mulheres, o problema não é ele ‘comprar’ suas relações, mas essas mulheres ‘se venderem’ e não serem leais e fiéis como ela sugere no trecho “*agora que ele tá quebrado, a menina que ele deu iphone e moto, agora ela tá com um traficante, trocou o velho pelo traficante. O dinheiro fala muito mais alto do que as pessoas atualmente*”.

A constatação ‘*O dinheiro falar mais alto do que as pessoas*’ foi muito significativa para entender as colocações de Raquel ao longo do trabalho e o juízo de valor que produz sobre alguns grupos sociais. Ao longo de nossas conversas, enquanto me contava sobre o sentimento de insegurança na Cidade de Deus, ela me relata suas percepções sobre os usuários de drogas da comunidade, grupo que ao seu ver seria responsável por produzir sensação de insegurança dentro do território

Com a pandemia por exemplo, aumentou aqui muito, o número de usuários de crack, muito, muito mesmo. E esses usuários são moradores de rua, então eles ficam aqui na comunidade numa certa região. A Cidade de Deus ela é muito grande, e eu moro numa parte que é considerada relativamente tranquila. O que me deixa um pouco meio aflita aqui na comunidade é essa questão dos usuários de crack mesmo, pra mim é o problema. Eles roubam qualquer coisa, mexem no lixo direto, aqui no meu prédio mesmo teve um episódio de um tentando roubar o cano do gás. Lá na parte da Treze, lá teve muito relato no jornal da comunidade de tipo assim, crackudo entrou dentro da casa dos outros pra roubar coisa. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Ygor Alves (2017), usualmente são produzidos na sociedade discursos criminalizadores quanto ao uso das drogas e seus usuários, o que por sua vez desloca a temática do campo da saúde para o da segurança pública. Ao contrário do que se imagina, segundo Alves (2017), o uso do crack ao mesmo tempo em que produz danos físicos, psicológicos e sociais aos usuários quando há um uso intenso, por outro lado o crack produz implicações diretas na dinâmica social dos sujeitos, pois sob certas circunstâncias, seu uso revela-se empatogênico. De acordo com o autor,

A proximidade desenvolvida ao se compartilhar uma experiência ilícita e prazerosa dá ao usuário um senso de pertencimento a algo especial e impróprio que não é conhecido pelo mundo “careta” (Zinberg, 1984). [...]. Isso o faz se sentir como membro de um “clube”; com relação aos não

usuários, muitos podem sentir estranhamento, inclusive frente a velhos amigos que não usam, por temer críticas e desaprovação. O que faz surgir, aliado a outros fatores como a disponibilidade da droga e vulnerabilidade da população em situação de rua, cenas de uso conhecidas como cracolândias. (ALVES, 2015, p.2)

Segundo Alves (2015), é comum que a realidade dos usuários de crack seja atravessada pela fragilidade com vínculos familiares aliados ao rompimento de vínculos afetivos. Isso produz, uma ‘sintonia’ entre os usuários, que aderem a um estilo de vida próximo ao da “*communitas*”¹², quando rompem os laços “com o sistema comercial legal, e passam a viver em um estado liminar e estabilizado de pobreza” (ALVES, 2015, p.3). Não se trata para o autor de pensar a ideia de estilo de vida como uma escolha ou opção por essa vida, mas como mecanismos que esses sujeitos encontram para conseguir se integrar dentro de uma coletividade.

Enquanto conversava com Raquel, questionei se as pessoas que ela me relatava serem usuárias e moradoras de rua, eram pessoas conhecidas por ela, pois como a Cidade de Deus é uma favela maior e com muitas áreas, tive a curiosidade por entender o quão próximas ou distantes seriam essas relações. O que ela me narra é o seguinte:

Então, sim. Tem umas meninas lá que eu já conheci. Uma menina que tinha lá, eu brinquei com ela quando era pequena, ela já até faleceu por alguma complicação. Já brinquei com ela de barbie e tudo mais, mas eu sei que ela teve alguma complicação e morreu. Não sei exatamente do que. Mas já vi também uma menina que estudou comigo lá usando drogas, a Tainara, já vi algumas vezes, não vejo ela sempre. Não sei se ela mora na rua, ela na verdade acho que ela só fica perambulando, acho que ela tem casa, mas vai lá pra usar droga debaixo do viaduto (da linha amarela). Alguns meninos que já estudaram comigo ou na mesma escola, também estão no tráfico. Então eu vejo algumas pessoas que eu já tive algum tipo de contato, usando drogas ou sei que estão no tráfico, mas eu não tenho relação com elas. Eu acho que eles nem devem saber quem eu sou também, porque tipo assim, como eu falei também, minha mãe não me deixava sair muito, então eu nunca tive um contato tão próximo com algumas delas. Então assim, eu não mantenho muito contato com as pessoas, nem tenho coragem de chegar e falar “ei fulano, você estudou comigo lá no Pedro Aleixo”, porque tipo assim, ele vai olhar pra minha cara e não vai nem lembrar de mim. Mas assim, eu lembro do nome, do colégio que estudei junto, essas coisas. (Raquel, Cidade de Deus)

¹² Ver: Alves (2014)

Segundo Alves (2015) a fragilidade de laços dos usuários com familiares e amigos é o que possibilita que criem entre eles uma relação mais próxima. Raquel relata conhecer algumas pessoas, mas evita contato pois segundo ela, *“ele vai olhar pra minha cara e não vai nem lembrar de mim”*. Na realidade acredito que as razões que estão por trás do contato evitado se dirigem ao que ela havia me apontado anteriormente: *“Eles roubam qualquer coisa, mexem no lixo direto”*. Alves (2015) aponta que ao serem evitados pela sociedade, os usuários tendem a produzir uma dependência social “de todas as relações, vínculos e práticas proporcionadas pelo uso do crack [...]. Dependência social vinculada ao uso de drogas e, particularmente, ao uso de crack está ligada à importância dos vínculos pessoais na vida humana” (2015, p.3).

Raquel concebe como riscos à sua segurança, a presença de moradores de rua, os “cracudos” que vivem na Cidade de Deus. Como ela afirma em uma passagem, sua sensação de insegurança foi ainda intensificada pelo aumento de pessoas em situação de rua na favela, em decorrência da pandemia do Covid-19. Fiore (2012) adverte que em se tratando do tema das drogas, sobretudo ilícitas, sentimentos de segurança/insegurança quando acionados, são o que mobilizam dentro do estatuto do proibicionismo, a imposição de sanções e punições aos sujeitos que vendem ou fazem uso das drogas, todas estas permeadas por um conjunto de valores morais.

Quando atribuímos aqui uma relação entre os relatos de Raquel à uma moralidade que nos parece latente, não é nosso objetivo negar a realidade vivenciada por ela dentro da favela, mas antes chamar atenção para facilidade com a qual ela se utiliza de estereótipos e estigmas para refletir sobre certos grupos que vivem na Cidade de Deus. Não estamos aqui negando a veracidade dos fatos que ela nos apresenta, entendemos que certos estereótipos e estigmas acionados por ela, revelam visões de mundo que encontram coerência com sua realidade. A relação entre uso abusivo de crack e delinquência por exemplo, encontram eco em trabalhos produzidos por muitos teóricos¹³, Toledo, Góngora e Bastos (2017) destacam em seu estudo que na urgência pelo uso do crack e “dada a falta de condições financeiras que sustentem o consumo, os usuários acabavam se engajando em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, roubos e assaltos para custear seu uso” (p.35).

Do mesmo modo, Chaves et al (2011) chamam atenção a partir de um levantamento com aproximadamente 40 usuários e ex-usuários de crack, que o roubo constitui um dos

¹³ Ver: Nappo et al (1999); Chaves et al (2011), Paim Kessler et al (2011)

métodos mais citados para obtenção da droga, juntamente com a prostituição, endividamento e troca de pertences. Neste ponto, destacamos que apesar de Raquel não estar necessariamente errada na relação que estabelece com o uso do estigma, ainda assim é importante considerar que as percepções produzidas por ela, que se farão presentes ao longo de outros relatos, tendem sempre a reduzir sobre o outro a complexidade da situação e contexto de vida em que estes sujeitos estão inseridos. Discutiremos mais essas relações produzidas pela interlocutora ao longo do trabalho.

No próximo subtópico discutiremos a importância da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para Raquel, no que diz respeito ao estabelecimento da paz dentro da Cidade de Deus.

1.3 “Era mais tranquilo aqui na época da UPP”: diferenças e estereótipos acerca dos “bandidos” e dos “trabalhadores” na favela

Na medida em que as drogas assumiram uma posição central no comércio mundial, Fiore (2012) aponta que o estatuto do proibicionismo se tornou o dispositivo que inviabilizou que os lucros dessa economia altamente rentável chegassem a ser partilhados entre todos. O consumo de drogas ilícitas, bem como a sua comercialização, começou a instituir um palco de disputas de ordem econômica, política, social e sobretudo moral. Quando elevada ao patamar de questão social, Medeiros e Tófoli (2018) apontam que a problemática das drogas passou a ser balizada segundo três critérios: a medicalização, a criminalização e a moralização, ambas constituindo os fatores que embasaram a política proibicionista (p.53).

Segundo Medeiros e Tófoli (2018) a gênese do proibicionismo incorporou uma conjunção de fatores como meio de produzir e garantir sua hegemonia na sociedade, dentre eles, a “radicalização política do puritanismo norte-americano, o temor das elites sociais em relação à desordem urbana, os conflitos geopolíticos do século XX e o interesse da indústria médico-farmacêutica pelo monopólio da produção de drogas”, foram os principais mecanismos empregados para construir o discurso do proibicionismo (MEDEIROS e TÓFOLI, 2018, p.53). Como resultado desse processo, os derivados da *cannabis* (maconha), da coca (cocaína/crack) e da papoula (ópio e heroína) tornaram-se então os principais alvos do proibicionismo contemporâneo.

Associadas ao uso dessas drogas, a primeira premissa proibicionista segundo Fiore (2012, p.11) pregava que a ingestão de qualquer substância ilícita proscrita seria fisiológica e

mentalmente danosa, pois além de causar a dependência, às drogas potencializam outros transtornos, tanto de natureza psíquica (depressão, psicose, esquizofrenia), quanto sociais (comportamento descontrolado e deterioração dos laços sociais). Segundo o autor, nesse discurso, um dos problemas causados pelo consumo das drogas seria que,

Na medida em que seus efeitos suspendem o julgamento normal dos indivíduos, essas drogas levam a ações inconsequentes e, muitas vezes, violentas, agravadas pela incapacidade que muitos dependentes enfrentam para bancar a compra de novas doses. (FIORE,2012, p.11)

E segundo Fiore (2012) é em vistas aos transtornos que produzem, que se perfaz a segunda premissa proibicionista, que consiste em combater as drogas criminalizando sua circulação e consumo, sendo aí fortalecida a atuação do Estado. Em decorrência desta perspectiva, o consumo e comercialização de drogas, segundo Jesus (2019), tem sido representado como principal responsável pela onda de criminalidade que atravessa a sociedade brasileira. A justiça criminal seria “essencial” como o meio pelo qual a tranquilidade da população, a paz e a estabilidade das relações familiares e sociais pudessem novamente ser estabelecidas contra o caos e o temor que temos presenciado frente aos problemas causados pelas “drogas”, sobretudo as ilícitas (JESUS, 2019).

No relato de Raquel, o projeto que contribuiu para retomada da segurança na favela foi a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Segundo Machado da Silva e Menezes (2020) no ano de 2008 começou a ser testado no Estado do Rio de Janeiro, o projeto das UPPs, num contexto em que os governos “federal, estadual e municipal, depois de décadas de disputas intensas, estavam trabalhando juntos para que o Rio se tornasse sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016” (p.533).

Encarado como uma possibilidade de resposta ao problema da violência urbana, as UPPs tão logo começaram a adentrar as favelas, tornaram-se alvo de interesse de pesquisadores que não só acompanharam sua implementação, mas igualmente seu desenvolvimento ao longo dos anos. Segundo Machado da Silva e Menezes, nos primeiros anos após sua implementação, alguns elementos puderam ser listados como indicadores do inicial sucesso das UPPs: o temporário desarmamento do tráfico em favelas ‘pacificadas’, redução da violência policial, queda nos números de autos de resistência, maior liberdade de ir e vir dos habitantes da favela,

fator este que contribuiu inclusive para aumentar os sentimentos de segurança dos moradores (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2020, p.534).

No entanto, Grillo (2019) destaca que mesmo com a chegada das UPPs, foi mantido neste novo regime, o cerceamento da manifestação pública de demandas dos moradores de favela, retomando sob novos moldes que Machado da Silva e Leite denominaram ‘vida sob cerco’.

Segundo Menezes (2015), nas favelas ditas ‘pacificadas’, a contiguidade entre polícia e tráfico diminuiu a incidência de conflitos armados, mas aumentou as tensões latentes, substituindo o “regime de fogo cruzado” por um “regime de campo minado”, em que traficantes, policiais e moradores passaram a monitorar-se reciprocamente. Nesse novo contexto, moradores foram impelidos a acionar ora os traficantes ora os policiais para pedir autorizações, prestar queixas e cobrar soluções, precavendo-se para não se comprometerem com ou serem interpretados como informantes por nenhum dos lados. (GRILLO, 2019, p. 67)

Raquel destaca ao longo de seus relatos, aspectos positivos com a chegada da UPP na Cidade de Deus. Além da segurança, com a UPP a vida burocrática dos moradores foi resolvida e novas portas foram abertas aos moradores da favela com a entrada de cursos e projetos externos à favela

Era mais tranquilo aqui na época da UPP, porque assim, a gente via a polícia e tudo mais, entrava bastante projetos aqui, tipo assim, tinha mais projetos de fora entrando aqui. Eu lembro que na época, por exemplo, veio um ônibus do SESC que veio ajudar o pessoal na questão de atendimento odontológico, então aconteciam ações aqui muito boas aqui dentro. Veio melhorias na questão da luz e do gás. Porque assim, aqui na Cidade de Deus a gente ainda tem gás encanado, teve um projeto da UPP que quando a UPP entrou aqui, as empresas de fora de gás encanado e da luz entraram aqui, entrar é como a gente diz que algo de fora chegou na comunidade né, então elas entraram aqui e ajudaram muito na resolução da vida burocrática das pessoas né, a UPP resolveu a questão da luz, dos relógios cheios de gato e com isso veio também a empresa de gás pra poder colocar o gás encanado que é muito mais barato do que um botijão de gás e assim, minha mãe diz até hoje que é uma das melhores coisas que aconteceram. Bom e aí veio a unidade pacificadora que depois saiu, e um episódio recente que aconteceu foi um usuário de crack tentou roubar o cano que liga o relógio de um morador daqui para tentar vender, porque é cano de cobre. Então antes era mais tranquilo. Então de certa forma, a UPP influenciou positivamente, porque as pessoas se sentiam mais seguras, não tinham muito essas questões, tipo as pessoas comprando droga igual a gente vê agora, essas coisas. Porque assim, os usuários são piores que os traficantes, eles que trazem uma certa insegurança, porque eles roubam, praticam violência à noite. Mas fora isso é bem tranquilo aqui. Então de certa forma, a UPP influenciou positivamente, porque as pessoas se sentiam mais seguras, não tinham muito essas questões, tipo as pessoas comprando droga igual a gente vê agora, essas coisas. (Raquel, Cidade de Deus).

No fragmento acima destacado, Raquel deixa explícito que com a chegada da UPP alguns problemas que atravessavam o cotidiano dos moradores foram parcialmente resolvidos, segundo ela a UPP “*resolveu a questão da luz, dos relógios cheios de gato e com isso veio também a empresa de gás encanado que é muito mais barato que um botijão de gás*”. A regularização da favela foi uma das tônicas do projeto, assim como o processo de pacificação: “[...] *as pessoas se sentiam mais seguras, não tinham muito essas questões, tipo as pessoas comprando droga igual a gente vê agora, essas coisas. Porque assim, os usuários são piores que os traficantes, eles que trazem uma certa insegurança*”.

Os problemas relacionados às drogas, especialmente ao uso, ressurgem em diversos fragmentos do relato de Raquel. Em dado momento, ela narra um episódio interessante quando o namorado e ela desconfiaram de um homem no mercado. A suspeita que incide sobre o frequentador do mercado se faz, sobretudo, por sua “*atitude suspeita*”, muito parecida com a de um ‘viciado’.

Recentemente, eu e meu namorado a gente foi no mercado aqui perto, aí tinha um cara lá de boné, um cara negro, e o Jair é negro olha só que doideira, um cara negro no mercado aí ele tava meio que fungando o nariz, como se fosse um viciado né?, porque assim o viciado ele fica fungando o nariz sempre, aí tipo assim, o cara foi escolher alho e o Jair já ficou olhando para ele com uma cara estranha, achando que o cara ia fazer alguma coisa, sendo que simplesmente o cara foi escolher o alho e foi embora. Aí são essas atitudes que o Jair sempre tem quando anda por aqui, que eu acho que ele não precisa ter tanto esse medo aqui dentro da favela, mas fora daqui com certeza. Eu acho assim, nada ia acontecer nesse episódio, primeiro porque ele tava dentro de um mercado, porque tipo assim, era um mercado, lá tem segurança, então nada ia acontecer ali. Mas de certa forma, num outro contexto, tipo no ônibus se a gente tivesse visto o mesmo cara, talvez eu desconfiasse um pouco e o Jair bastante. Mas assim, o que me chama atenção, que me faz reparar e desconfiar de alguém é quando ela fica olhando muito, olhando meio de lado, quando se porta de uma forma estranha. E no mercado, o moço que eu falei, ele tava se portando de uma forma meio estranha, porque como eu falei, ele tava fungando com o nariz e andava de uma forma meio estranha, de uma forma meio jogada, não sei explicar. Porque aqui realmente tá muito perigoso, no Rio como um todo né, dá até pra ver pela televisão. Tem muito assalto e tudo mais, então tipo assim, infelizmente é uma coisa que eu não gosto muito de fazer, mas eu acabo fazendo porque eu acho que é um instinto de defesa é sempre as pessoas que eu desconfio, são pessoas desse mesmo estereótipo, negro, bermuda tactel, chinelo, blusa surrada, boné, aí eu acabo ficando desconfiada. Eu reconheço que não é uma coisa legal, e eu nem quero colocar a culpa nas circunstâncias mas é o que tá acontecendo bastante, muito celular sendo roubado e essas coisas, então assim a gente acaba estigmatizando outra pessoa por causa do jeito que ela tá vestida e aí a gente acaba achando que ela pode fazer alguma coisa com a gente, sendo que ela

pode não ter nenhuma intenção de fazer nada. Mas no geral, quando eu saio na rua, eu saio um pouco tranquila e o Jair é aquele que já sai um pouco tenso. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Ciro Marcondes Filho, na sociedade brasileira, contraditoriamente, a violência foi tão normalizada que passou ela própria a transformar-se numa linguagem organizadora dos sujeitos. Se olharmos para a cultura, perceberemos como ela tolera excessos, arbítrios, perseguições e violências dos mais diversos tipos, reforçando a existência de “uma deterioração radical no interior de toda a estrutura social, advinda de uma podridão de raiz” (FILHO, 2001, p.21). É interessante neste ponto destacarmos a reflexividade produzida por Raquel sobre o estigma, quando ela própria traça uma avaliação sobre o sujeito no mercado. Raquel reconhece e tem plena consciência que o que diz é um estigma que pode errar: *“infelizmente é uma coisa que eu não gosto muito de fazer, mas eu acabo fazendo [...]. assim a gente acaba estigmatizando outra pessoa por causa do jeito que ela ta vestida e aí a gente acaba achando que ela pode fazer alguma coisa com a gente, sendo que ela pode não ter nenhuma intenção de fazer nada.”*

Mas a depender da situação, o estigma pode estar certo e de fato existir mesmo uma intenção por parte do outro de agir com violência : *“de certa forma, num outro contexto, tipo no ônibus se a gente tivesse visto o mesmo cara, talvez eu desconfiasse um pouco e o Jair bastante.[...]. E no mercado, o moço que eu falei, ele tava se portando de uma forma meio estranha, porque como eu falei, ele tava fungando com o nariz e andava de uma forma meio estranha, de uma forma meio jogada, não sei explicar”*. O que gostaríamos aqui de salientar é que aparentemente para Raquel, o estigma parece servir como solução a um problema prático e funcional: distinguir entre quem pode ou não ser uma ameaça violenta.

É comum que nas discussões sobre drogas, seja atribuída a qualificação de doente aos usuários e criminoso aos traficantes¹⁴. Raquel, no entanto, inverte essa lógica e atribui ao usuário um duplo estigma¹⁵, ao mesmo tempo em que são vistos por ela como ‘viciados’ ou

¹⁴ Segundo Cruz e Costa (2021, p.250) o processo de medicalização das drogas foi responsável por criar a diferenciação entre usuários e traficantes. Segundo as autoras, tal diferenciação nasce a partir do momento em que ocorre o “agravamento no uso de drogas entre consumidores das classes médias e altas. Como resultado, foi atribuído ao traficante o papel de criminoso e inimigo do Estado, e ao usuário (ou “viciado”), o papel de indivíduo portador de uma doença relacionada a suas faculdades mentais e a seu discernimento”.

¹⁵ Segundo Goffman (1963), o estigma é um atributo que define as pessoas como desacreditadas e desqualificadas para aceitação social. O estigma parte da constatação de que uma ou mais características de um sujeito são indesejáveis, de modo que a sua constatação se torna suficiente para colocá-lo em uma posição inferior aos considerados “normais”. O estigma esvazia ou torna menos importante qualquer outra característica ou atributo do sujeito.

‘cracudos’, são também criminosos. Além do mais, a raça é para Raquel, um elemento predecessor da valoração dos sujeitos. Tal afirmação parte das associações que aparecem ao longo de sua fala, como no trecho: “*as pessoas que eu desconfio, são pessoas desse mesmo estereótipo, negro, bermuda tactel, chinelo, blusa surrada, boné, aí eu acabo ficando desconfiada [...] mas é o que tá acontecendo bastante, muito celular sendo roubado e essas coisas*”, Raquel claramente tem como sedimentada e inclusive reforça a ideia de que, pessoas de um determinado estereótipo são “propensas” ao crime, mas tais colocações não ficam presentes só neste trecho.

Quando fala sobre as pessoas que vivem em situação de rua, minha interlocutora faz uma distinção clara entre moradores de rua da Cidade de Deus e aqueles que vivem no bairro do seu namorado.

Jair mora no Recreio, numa comunidade de milicianos, e eu não gosto muito de lá, por causa da distância principalmente. Mas a diferença que eu sinto de lá pra cá, é que eu não vejo muitos moradores de rua, apesar de ter claro, principalmente depois da pandemia né. Mas lá, apesar de ser um bairro tomado pela milícia, tem muitos catadores de lixo que vendem sucata para conseguir seu dinheiro, é muito diferente daqui como a gente consegue ver explicitamente as pessoas usando drogas e tudo mais. De baixo do viaduto, quando passamos de ônibus, dá pra ver um monte de gente com copo de água, isqueiro, a gente sabe que elas estão ali usando drogas. E lá onde o Jair mora o que eu vejo é só catadores de lixo e que talvez eles estejam catando lixo pra eles também tirarem um pouco de dinheiro pra comprar comida. Então é diferente nessa parte. E também lá a gente não vê o tráfico, é uma outra diferença. (Raquel, Cidade de Deus)

Nas falas, parecem ser poucas as diferenças que Raquel faz sobre moradores de rua e catadores. Sabemos que sobre tais grupos existem diferenciações e a principal consiste no fato de que nem sempre os catadores habitam as ruas, muitas vezes apenas desenvolvem sociabilidades ligadas a ela, enquanto os moradores encontram-se numa condição de maior vulnerabilidade já que vivem exclusivamente em ruas, praças e embaixo de pontes ou marquises (RODRIGUES, 2020). Raquel aponta que na Cidade de Deus os “cracudos” causam muitos inconvenientes, dentre eles ‘mexer e revirar o lixo’, no Recreio onde vive seu namorado, o que ela vê são “catadores de lixo que vendem sucata para conseguir dinheiro”. É difícil não constatar que o critério que embasa a partilha produzida por Raquel é essencialmente de natureza moral, fortemente atrelada a uma concepção de trabalho e enviesada pelo seu olhar sobre as drogas. Mesmo porque ela especula que no bairro do namorado sejam catadores e que eles vendem o que conseguem para comprar comida, como fica claro no fragmento “*e que*

talvez eles estejam catando lixo para eles também tirarem um pouco de dinheiro para comprar comida”.

Mas, ela também pontua um outro cenário possível

Mas também tem o outro lado, às vezes uma pessoa consegue dinheiro de forma honesta, ascende trabalhando de forma honesta, mais as pessoas estigmatizam ela, as vezes por ser negra e tudo mais, estigmatiza a pessoa sem conhecê-la dizendo que ela consegue dinheiro porque provavelmente está no tráfico, entendeu. Então aqui na comunidade, tem esse estigma. (Raquel, Cidade de Deus)

A assertiva evidencia contradições que, sob o olhar de Raquel, perfazem a vida dos moradores de favela. Além do mais, suas colocações reforçam novamente como Raquel não está alienada às possibilidades de que o estigma possa ser arbitrário ou injusto. Nem a ascensão por meio do ‘trabalho honesto’ é capaz de evitar que os moradores sejam aludidos a ter ligações com a criminalidade e sobretudo com o tráfico de drogas, especialmente se forem negros. Mas a própria Raquel também produz julgamentos morais voltados a esse perfil da população, e apesar de não colocar a “culpa na circunstância”, deixa bem claro que além de “fungar o nariz”, lhe chama atenção e a deixa desconfiada quanto as suas ações homens negros que trajam bermuda *tactel*¹⁶. Essa relação é conflituosa, pois o que aparenta lhe incomodar são as possibilidades de ela própria também ser confundida, o que não significa que ela também não produza sobre esses sujeitos um olhar moralizador.

Segundo Cardoso (2012), operar o reconhecimento da oposição ‘trabalhador’ e ‘bandido’ consiste numa importante estratégia mobilizada por moradores de favela para construir suas próprias identidades e posicionar-se moralmente numa condição superior à dos ‘bandidos’. É importante destacar, no entanto, que tais oposições não denotam apenas construções discursivas, mas são antes construções sociais com efeitos práticos e concretos. Estão relacionadas às condutas reais dos sujeitos. Cardoso (2012) indica que essa distinção:

[...] encontra eco em outras localidades onde grupos criminosos que dominam o comércio de drogas estão presentes. Em trabalho sobre a Cidade de Deus, Zaluar (1985) demonstra que as categorias locais “trabalhador” e “bandido” desempenhavam papel importante para a construção da identidade local. A situação é semelhante nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Os moradores expressam seu desconforto com o não reconhecimento, por parte dos policiais, da distinção de quem fez a escolha de aderir ao grupo criminoso e quem escolheu trabalhar. (CARDOSO, 2012, p. 502)

¹⁶ Milene Mizrahi (2007), Clarissa Gonçalves (2018), Maylta dos Anjos (2018) são algumas das autoras que discutem em seus trabalhos a centralidade da bermuda *tactel* como um dos elementos que interferem na construção social do medo da violência urbana.

Com a chegada da UPP na Cidade de Deus, Raquel parecia enxergar uma ‘luz no fim do túnel’ para os atravessamentos de sua vida. A pacificação, a repressão de criminosos, a obscurecência da ação de usuários ‘drogando-se’ à luz do dia, a legalização dos serviços na favela com a quebra dos gatos de luz, são marcos que facilitariam seu trabalho constante de evitar que as associações comuns e típicas às favelas, atreladas ao mundo do crime, pairassem sob sua realidade.

Mas apesar das discussões acima elencadas, temos ao mesmo tempo que considerar o contexto em que essas percepções são produzidas. Em dois contextos diferentes de nossa conversa, Raquel relata desafios que atravessam e interferem em seu cotidiano, pontos que destaco aqui por acreditar que também contribuem para a avaliação que Raquel faz de outros grupos sociais que vivem em sua comunidade.

Porque assim, o emprego sempre foi muito difícil, ainda mais assim, pra pessoas que moram em favela que quando você vai ser entrevistado e perguntam onde você mora, aí não querem te contratar porque você mora na favela. Por exemplo, no meu currículo não tá que eu moro na Cidade de Deus, tá que eu moro em Jacarepaguá, porque o bairro grande é Jacarepaguá, e os sub bairros são a Cidade de Deus, Taquara, Freguesia, então no meu currículo não está Cidade de Deus, está Jacarepaguá. Só que assim, quando eu vou fazer um cadastro pra uma vaga de emprego, as vezes pedem o CEP, e aí quando carrega o cep, aí mostra que é Cidade de Deus e não Jacarepaguá, aí já vem logo na cabeça “porra, vai mostrar que eu sou da Cidade de Deus, então com certeza não vão me querer”. [...]

E para além disso tem outros desafios aqui. A gente tem também uns problemas de locomoção, principalmente quando tem algum tipo de ação policial, quando noticiam que está acontecendo alguma ação policial, a gente não consegue pegar ônibus aqui, porque eles não passam, aí a gente não consegue nem sair de casa. Lidar com esses lados, é difícil. Principalmente quando a gente não sabe como o outro vai reagir, quando a gente fala que mora na Cidade de Deus, que é uma comunidade grande e famosa, que o jornalismo notícia que alguém morreu ou que está acontecendo operação policial, então a gente nunca sabe como vai ser a reação do outro quanto à isso, e isso causa um certo receio. No Uber por exemplo, sempre quando eu coloco meu endereço, apesar de colocar o endereço do posto de gasolina que é em frente, mas fora da Cidade de Deus, e agora os motoristas estão vendo antes pra onde é a corrida, então demoram pra aceitar, cancelam a corrida. Então assim, sempre eu tento colocar o aviso pra pessoa de que ela não vai entrar na Cidade de Deus, vai me deixar no Posto de Gasolina, pra pessoa não ficar com medo. Porque já aconteceu uma vez que saí com Jair, de na hora que eu pedi o UBER e veio o motorista, ele perguntou pra gente se a gente tava indo pra Cidade de Deus, porque ele tinha muito medo e não ia deixar a gente lá, eu já fiquei com medo de mentir pra ele (motorista) e peguei na mão do Jair e falei assim com motorista “então, você tá levando a gente pra Cidade de Deus sim, porém o senhor não vai entrar, não vai ter nenhum contato a fundo com a Cidade de Deus, você vai deixar a gente na pista

principal, e depois pode ir embora e seguir seu caminho”. Então já aconteceu episódios assim, várias vezes comigo, então eu já entro no carro e logo explico que a pessoa não vai precisar entrar na Cidade de Deus, eu já deixo isso pré-estabelecido pra não causar nenhum desconforto. E assim, eu tenho meu pertencimento aqui, com a Cidade de Deus, então certas coisas pra mim já estão naturalizadas. Então assim, são coisas que interferem no meu cotidiano. (Raquel, Cidade de Deus)

Acredito que as dificuldades de contratação e a criminalização dos territórios faz com que a categoria trabalho assuma forte centralidade na vida de Raquel e seja ainda mais valorizada. O seu olhar sobre as mulheres interesseiras e os moradores de rua explicitam seu incômodo por dentre tantos fatores, esses dois grupos não ‘trabalhem’. É como se esses grupos, que não exercem ‘nenhuma função’, fossem os responsáveis pela má fama da comunidade e pelas dificuldades de um morador da favela que almeja exercer um trabalho ‘honesto’ conseguissem sua vaga de emprego.

Entendemos que tais considerações e interferências impactam e muito no cotidiano e na visão de mundo de Raquel, no entanto, não podemos encerrar esse capítulo sem discutirmos algumas das questões apresentadas por ela ao longo de sua narrativa. No próximo e último tópico deste capítulo, nosso enfoque é discutir os critérios raciais apresentados por Raquel para avaliar e direcionar suspeitas que incidem sobre certos grupos sociais. Tal escolha não é aleatória, uma vez que sobre esses mesmos grupos é que se perfazem as maiores consequências da política penal brasileira, expressos em discursos e nas taxas de violência e letalidade que afetam determinados segmentos da sociedade, do qual inclusive Raquel faz parte.

1.4 Considerações Preliminares: a raça como predecessora do perfil criminal

Dentro da literatura científica, nos discursos da justiça criminal, dos coletivos sociais e no próprio senso comum, a concepção de justiça assume formas e expressões muito distintas e muitas vezes está relacionada à construção social do crime e do criminoso na sociedade. Segundo Misse (2009), a construção social do crime não está circunscrita apenas aos processos de criminalização. Uma série de fatores, práticas e representações se combinam de modo a responder às tensões provocadas pela violência, revelando “processos de acusação e justificação, criminação e des-criminação, incriminação e discriminação que, fora ou dentro do Estado, mantêm-se relativamente autônomos frente à lei codificada” (MISSE, 2009, p. 379).

Segundo Misse a criminalização envolveria não apenas julgamentos morais, como graus de interesses diversos, que culminam dentre outras coisas, na classificação dos sujeitos como “os perigosos e os não perigosos, os puníveis e os elimináveis” (MISSE, 2019, p.26). Segundo Jesus (2019), se analisarmos a *práxis* do sistema jurídico envolve sobretudo em um processo de autoproteção do próprio sistema de justiça criminal, estas variáveis ficam ainda mais evidentes. Segundo Jesus (2019),

O juiz afirma que a “desconsideração da palavra de policiais” representaria uma “impunidade”. Nota-se que o inverso da “justiça” não é “injustiça”, mas “impunidade”. Ou seja, o termo “justiça” está associado à “punição”, que é associado à “prisão”. Prender corresponde a uma manifestação de justiça. Essa associação indica uma afinidade entre o vocabulário policial e uma determinada cultura penal que desvaloriza outras formas de punição que não utilizem a privação de liberdade. O vocabulário policial é parte desse conjunto de vocabulários aceitos entre os operadores do direito e que fomentam os argumentos da prisão como mecanismo de justiça. (JESUS, 2019, p. 10).

Jesus (2019) indica que os policiais dispõem de linguagens, códigos e categorias que constroem seu ‘vocabulário de motivos’.¹⁷ De acordo com a autora, com frequência nos processos criminais a veracidade e legitimidade da narrativa policial são afirmadas com base em um arsenal de vocabulários policiais: “atitude suspeita”, “confissão informal”, “posse de droga”, são expressões subjetivas que são acolhidas ao longo do processo criminal pelos juízes e promotores, sem muitos questionamentos (JESUS, 2019, p.4). O conflito entre as narrativas dos acusados e dos policiais expressam a forma como acontece a seletividade penal,

A “entrada franqueada”, por exemplo, surge descrita pelos presos como “invasão de domicílio” e/ou entrada com uso de violência policial; a “confissão informal” como “pressão psicológica”, “ameaça”, “coação”, “chantagem”, ou como “confissão falsa”, já que algumas pessoas presas negaram a prática do crime e sua confissão. A “posse” da droga para venda também é questionada. Algumas pessoas alegavam ser usuárias, não lhes pertencendo a quantidade de drogas apresentada pela polícia; ou diziam ter sido vítimas de “forjado”, “intrujado”, “plantado” pelos policiais. Diante de tais versões, como reagem os operadores do direito? (JESUS, 2019, p.4)

Em geral a autora destaca que os promotores não chegam a solicitar novas investigações ou a buscar novas testemunhas. A contrário, exercem seu papel de ‘autoridade interpretativa’ validando a narrativa policial como verdadeira e “atualizando o vocabulário policial e

¹⁷ De acordo com Wright Mills (1940) o ‘vocabulário de motivos’ corresponderia aos termos e expressões empregados pelos atores sociais, como forma de explicar, interpretar e justificar suas condutas e ações.

tornando-o real para o direito”, excluindo qualquer outra possível narrativa sobre o caso (JESUS, 2019, p. 4). A complexidade de pensar justiça e violência nesse cenário aumenta ainda mais quando percebemos que por detrás dessas ações, ocorre um processo de dominação que, conforme indica Souza (2018, p. 233) “não existe [...] sem ideias - explícitas e implícitas - que a legitimem e justifiquem, e que permitam, por conta disso, sua reprodução no tempo”.

Segundo Flauzina:

A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. Esse é o fator central de sua dinâmica. Disciplinado na violência do extermínio de uma massa sub-humana é esse o trato que o aparato policial está preparado a dar a quem for direcionado. Em outras palavras, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal e este a carrega consigo na direção de toda a clientela a que se dirige. O que estamos querendo salientar é que para além da discricionariedade que diferencia do tratamento entre negros e brancos pelo aparato policial e as demais agências de criminalização, é o racismo que controla seu potencial de intervenção física. Daí toda a sua agressividade (Flauzina, 2006, p.87).

O racismo é o dispositivo que incide sobre o sistema penal. Tal como indicado pela autora, é estrutural, se antes o cárcere de negros se justificava por seu barbarismo e incivilidade, hoje a morte e prisão se fundamentam nos mesmos preceitos, a predisposição dos negros ao crime. Por essa perspectiva, a expansão do poder punitivo materializado na criminalização de condutas, leva segundo Karam (2013, p.3) à consolidação de um “uniforme tendência punitiva e uma expansão do poder punitivo sem paralelos”. É importante frisar segundo a autora que:

A “guerra às drogas” não é e nunca foi propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Dirige-se sim, como quaisquer outras guerras, contra pessoas: os produtores, comerciantes e consumidores das selecionadas substâncias psicoativas tornadas ilícitas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos nessa guerra são os mais vulneráveis dentre os produtores, comerciantes e consumidores das drogas proibidas; os “inimigos” nessa guerra, são seus produtores, comerciantes e consumidores pobres, não brancos, marginalizados, desprovidos de poder. (KARAM, 2013, p.3).

Karam aponta que as convenções internacionais e leis nacionais sobre drogas ao introduzir uma arbitrária diferenciação entre as condutas de produtores, comerciantes e consumidores de certos tipos de drogas (lícitas) frente às de outros tipos (ilícitas), impuseram

uma diferenciação moral que tornou certos grupos lidos apenas como ‘criminosos’ na sociedade, enquanto outros continuaram a ser vistos como respeitáveis.

Segundo Cruz e Costa (2019), as ideologias construídas acerca do ‘viciado’ e do ‘traficante’ são na atualidade palco de disputa entre diferentes empreendedores morais¹⁸. O perito psiquiatra, o policial, o juiz, ambos dotados de legitimidade, concorrem e por vezes se aliam, na produção do estereótipo do crime e do criminoso que assola a sociedade. O conhecimento que ambos detêm e produzem no exercício de suas profissões, assumem a tarefa de produzir um repertório de crenças que em todo caso, como indica Chauí (2008), reforçam quem está autorizado a falar. Isso é muito explícito, como aponta Jesus (2019), nos casos em que as narrativas policiais são julgadas como autênticas para assentar o caráter desviante dos acusados.

Não podemos deixar de considerar aqui, a importância que instrumentos ideológicos possuem na produção e reprodução dessas realidades. Segundo Chauí, a ideologia pode ser compreendida como:

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças [...], encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado. (CHAUI, 2008, p.108)

É imprescindível frisar conforme indica Chauí (2008), que a ideologia como forma de opressão não tem história e nem pode ter, precisa ser atemporal capaz de atravessar o tempo e as transformações sociais, portanto a ideologia não pode ser entendida como um conjunto de ideias, mas antes, de ações, porque são nas relações sociais que a ideologia se confirma (p.114). Entre a ideologia e a estrutura social há, como destacou a autora, uma correspondência

¹⁸ Segundo Becker (2008), o empreendedor seria aquele responsável por estabelecer a relação de compatibilidade e incompatibilidade entre comportamentos e valores aceitos dentro da sociedade.

temporal, a ideologia explica o presente como efeito do passado, mas lançando luzes ao futuro, o saber histórico da ideologia só é possível porque ela mantém as “diferenças temporais como diferenças intrínsecas” (CHAUÍ, 2008, p.111).

Na qualidade de corpo teórico e de um conjunto de regras práticas, a autora acrescenta que a ideologia possui uma coerência que só é possível porque trabalha com a existência de “lacunas” e “silêncios” que “nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica” (CHAUÍ, 2008, p. 110). Assim, o discurso ideológico só é racional enquanto forma de explicação e ação, porque ele não diz tudo e se dissesse correria o risco de se fragmentar e automaticamente perderia seu sentido lógico, por isso a ideologia é coerente “como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia [...] porque não diz tudo e não pode dizer tudo. Se dissesse tudo, quebraria-se por dentro” (2008, p.111).

A ideologia fabrica uma história imaginária, que nem sempre precisa ser dotada de realismo ou veracidade, mas antes, precisa assumir a forma de uma verdade cristalizada:

Os negros são considerados infantis, ignorantes, raça inferior e perigosa, tanto assim, que numa inscrição gravada até pouco tempo na entrada da Escola de Polícia de São Paulo dizia: “Um negro parado é suspeito; correndo, é culpado”. [...]. Os trabalhadores rurais e urbanos são considerados ignorantes, atrasados e perigosos, estando a polícia autorizada a parar qualquer trabalhador nas ruas, exigir a carteira de trabalho e prendê-lo “para averiguação”, caso não esteja carregando identificação profissional (se for negro, além de carteira de trabalho, a polícia está autorizada a examinar-lhe as mãos para verificar se apresentam “sinais de trabalho” e a prendê-lo caso não encontre os supostos “sinais”).[...] Numa palavra, as classes populares carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes.[...] impera uma ideologia segundo a qual a miséria é causa de violência, as classes ditas “desfavorecidas” sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas. Preconceito que atinge profundamente os habitantes das favelas, estigmatizados não só pelas classes média e dominante, mas pelos próprios dominados: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública. (CHAUÍ, 2008, p.73).

Reconhecemos neste ponto que há uma variedade de estruturas de seleção social que produzem divisão racial como resultado, usando diferentes categorias, vocabulários de motivos, nem sempre formulados em termos raciais. Mas ao trazemos as contribuições de Chauí (2008) para pensarmos esta discussão, o que objetivamos é evidenciar como determinadas práticas vão sendo cristalizadas dentro da sociedade e vão contribuindo para que determinados grupos raciais fiquem ainda mais “vulneráveis à punição estatal mesmo quando

a punição não é articulada em termos da seletividade racial”, o que torna ainda mais complexo pensar o racismo (ALVES, 2017, p.110).

Ao longo deste capítulo discutimos as colocações de Raquel, e nos chamou atenção os dois grupos promotores de insegurança para interlocutora: negros e usuários de drogas. Raquel ao longo das falas deixou claro que os usuários de drogas ocupam uma posição similar ao que Karam (2015) denominou como “inimigo social”, ou seja, aquele visto como estranho à comunidade, “a quem, por sua apontada “periculosidade”, não se reconhece os mesmos direitos dos pertencentes à comunidade e que, assim, desprovido de dignidade e de direitos, perde sua qualidade de pessoa, tornando-se uma “não-pessoa” (KARAM, 2015, p.11). Seu olhar para os usuários de drogas em situação de rua evidencia algo que nos lembrou o que Santos (2022) chamou em seu estudo de movimento pendular da moral¹⁹.

Raquel em momentos distintos de sua narrativa, ao mesmo tempo em que apresenta criticidade e reconhece as precariedades dos moradores que vivem em sua comunidade e os desafios que perfazem seu cotidiano, reverte a lógica de seu pensamento evidenciando um “outro lado” da questão, um lado moral, que inverte a ideia anteriormente traçada e no lugar das precariedades, criminaliza os sujeitos que dividem com ela, o território da favela. Tomaremos alguns exemplos para evidenciar o que estamos chamando atenção:

*E assim, era horrível, ele por exemplo enchia boca pra falar que tava pegando fulana, comendo mesmo, e eu como mulher ouvindo aquilo era extremamente bizarro, porque de certa forma ele tava objetificando a mulher, então eu ouvindo aquilo achava nojento. **Mas ele bancava muita gente.** Ele não assumia nenhum relacionamento com elas, era só um pente e rala*

*Recentemente, eu e meu namorado a gente foi no mercado aqui perto, aí tinha um cara lá de boné, um cara negro, e o Jair é negro olha só que doideira, um cara negro no mercado aí ele tava meio que fungando o nariz, como se fosse um viciado né?, porque assim o viciado ele fica fungando o nariz sempre, aí tipo assim, o cara foi escolher alho e o Jair já ficou olhando para ele com uma cara estranha, achando que o cara ia fazer alguma coisa, sendo que simplesmente o cara foi escolher o alho e foi embora. [...] **de certa forma, num outro contexto**, tipo no ônibus se a gente tivesse visto o mesmo cara, talvez eu desconfiasse um pouco e o Jair bastante.*

[...] sempre as pessoas que eu desconfio, são pessoas desse mesmo estereótipo, negro, bermuda tactel, chinelo, blusa surrada, boné, aí eu acabo ficando desconfiada. Eu reconheço que não é uma coisa legal, e eu nem quero

¹⁹ Para Santos, apesar do debate sobre drogas e criminalidade ter se sofisticado existe uma tendência a buscar em “padrões antigos”, em valores socialmente internalizados, a justificativa para criminalizar condutas baseado em categorias como classe e raça. Continuam a ser criminalizados pretos e pobres.

colocar a culpa nas circunstâncias mas é o que tá acontecendo bastante, muito celular sendo roubado e essas coisas. (Raquel, Cidade de Deus)

Se a pobreza aparece no imaginário social como condição para o crime, Raquel contribui para evidenciar essa perspectiva, sobretudo quando chama atenção para o estereótipo dos sujeitos que lhe causam certa apreensão. Segundo Santos (2022, p.2), a pobreza tem sido há tempos uma das principais explicações para a criminalidade onde “tais discursos são reiterados exaustivamente, sobretudo através da mídia e demais canais de comunicação”, como destacamos Raquel também se utiliza dos meios de comunicação como forma de atestar a veracidade e legitimidade do seu olhar criminalizador, o que fica explícito nos trechos:

*Lá na parte da Treze, lá teve **muito relato no jornal da comunidade**²⁰ de tipo assim, crackudo entrou dentro da casa dos outros pra roubar coisa.*

Porque aqui realmente tá muito perigoso, no Rio como um todo né, dá até pra ver pela televisão. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Chauí, normalmente as pessoas tendem a relacionar violência exclusivamente à delinquência ou a criminalidade, isto é, considerá-la pelo prisma da violação como “transgressão de regras, normas e leis aceitas por uma coletividade e das quais ela depende para continuar existindo” (1980, p.2). Nessa perspectiva, conforme nos habituamos a encarar a violência como um ato que vem de baixo pra cima da sociedade, mascaramos um conjunto de mecanismos de opressão “que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais”, conseqüentemente induzindo à crença de que a violência e as formas de combatê-la são exceções e não as regras da nossa sociedade, reforçando uma ideia de que os brasileiros em essência não são violentos, mas certos grupos é que são (CHAUI, 1980, p.3).

Como parte do discurso da disfunção social, Chauí (1980) revela que no Brasil a violência tende a assumir um caráter de mito. O mito, ao sugerir uma narrativa de origem, exclui a necessidade de que haja uma narrativa originária, então as crenças na medida em que vão ganhando na sociedade conotação de uma própria realidade, produzem o compromisso por

²⁰ O Jornal CDD Acontece foi fundado em Agosto/2011 e hoje é um dos principais canais de mídia comunitária do Rio de Janeiro. É através do CDD Acontece, na internet, que os moradores da Cidade de Deus e adjacências se informam sobre assuntos da localidade. Ver: <https://www.facebook.com/cddacontece/>

parte dos governos e da sociedade de construir soluções simbólicas e imaginárias para justificar e superar dada realidade, sem que haja de fato uma confrontação com as raízes do problema.

A autora destaca:

[...] a violência está sendo tratada como uma reação de baixo para cima (portanto, como violação), como acidental ou ocasional (isto é, como fruto inesperado do descompasso entre leis e costumes), como circunscrita à esfera da criminalidade (isto é, como transgressão do direito de propriedade e de vida) e como ação perpetrada pelos extratos mais baixos da classe trabalhadora (portanto, como ação de inimigos sociais desorganizados). Assim, pela circunscrição do campo em que ocorre (criminalização e delinquência) e pela delimitação temporal de seu surgimento (a fase da industrialização crescente), a violência pode aparecer como acidental e, em contrapartida, a não violência é implicitamente afirmada como essencial à sociedade brasileira, pois nem todos os cidadãos são delinquentes, nem a violência andou à solta como nos dias de hoje. (CHAUÍ, 1980, p.3)

Segundo Chauí (2008), no mundo contemporâneo, a informação passou a assumir formas de se exercitar o poder, o que denota a razão pela qual nem todas as narrativas, discursos e falas podem estar livremente dispostas e circularem dentro da sociedade. Apesar da mídia e de sua autodefinição como veículo imparcial e objetivo, devemos lembrar que segundo Steinberger (2005), a produção da notícia envolve processos criteriosos de escolha, seleção e redução de informações, assim:

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como, por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Os usos de filtros cognitivos, sociais, culturais, econômicos, políticos, institucionais e ideológicos substanciam, segundo a autora, a reconstituição parcial de uma discursividade, o que reflete na produção da relativização de certas informações em detrimento de outras (STEINBERGER, 2005, p.88). Por essa razão, segundo Campos (2012), torna-se extremamente importante na análise do discurso midiático, centrarmos menos no que foi dito e mais “nos questionarmos sobre como aquilo foi dito, ou ainda, por que foi dito daquele modo e não de tantos outros possíveis” (p.17).

Tal como em outras disputas discursivas, na mídia também há a exigência de que um conjunto de competências e habilidades sejam requisitos daqueles que produzem a informação. Como a maioria dos indivíduos não possuem domínio do processo de produção midiática, ou seja, não estão aptos a operar a linguagem e códigos dos produtos midiáticos, automaticamente isso implicaria na “exclusão da maioria das pessoas da ordem discursiva midiática” (CAMPOS, 2012, p.18). A própria participação do público e dos diferentes atores sociais, são segundo Campos (2012) controlados e editados pela própria mídia, que se autodetermina como mediadora e porta-voz dos anseios sociais.

Chauí indica que a evidência dessa posição autointitulada da mídia como mediadora e porta-voz da sociedade, pode ser observada quando em casos de catástrofes, o jornalista pergunta às pessoas que vivenciaram tal fenômeno ‘o que ela está sentindo?’. De acordo com a autora, o sujeito que experiencia a catástrofe, ele ‘sente’, mas o que foi o acontecimento em si e o que ele significa, só o jornalista é capaz de revelar e dizer. Isso porque esse profissional e outros especialistas convocados a tratar do assunto, são os que detém autoridade maior para falar sobre o evento, mais inclusive do que quem os vivenciou. Isso tem um sentido, segundo Foucault,

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 2014, p.35)

Raquel vive na favela e discorre sobre sua própria realidade e o contexto de violência e insegurança que a rodeia, não estamos aqui tentando afirmar que Raquel apenas reproduz o discurso da mídia, mesmo porque ao longo do relato, Raquel também reflete as contradições do estigma, reconhecendo os prejuízos de seu uso mas ao mesmo tempo reforçando sua utilidade como estratégia de defesa e segurança dentro da comunidade. O estigma mobilizado por ela funciona como recurso preventivo aos riscos da violência.

Raquel apresenta seu próprio “vocabulário de motivos” para fundamentar a avaliação que produz sobre certos grupos, “roubam qualquer coisa”, “mexem no lixo”, “*fungam*’ o nariz”, e/ou são ‘*cracudos*’. A atitude suspeita se perfaz nesse caminho, ainda mais quando sob

seus olhos estão negros trajados de bermuda tãctel. Raquel muito próximo ao que Misse (2010) já havia indicado em seus estudos, produz sobre certos sujeitos, uma hierarquização de condutas, definindo ao seu ver quais ações são aceitáveis e quais não são. Ela afirma “*os usuários são piores que os traficantes*”, “*os bandidos daqui são bananas, os de lá (Treze) mais violentos*”, são posições que caracterizam e diferenciam criminosos uns dos outros, seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; alguns são tomados propriamente como “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010, p.18).

Concluimos este capítulo destacando que as colocações de Raquel são muito divergentes dos posicionamentos de Marta, nossa outra interlocutora. Não significa no entanto, que haja aqui preferências por algum dos relatos, consideramos as contribuições de Marta e Raquel igualmente importantes para entendermos sobre o cotidiano e a dinâmica de vida dos moradores de favelas, e as divergências entre elas reforçam a singularidade com a qual cada moradora reflete sobre sua própria vida, tanto no âmbito particular quanto coletivo. São interpretações atreladas às suas condições de vida material e simbólica, são visões de mundo que refletem as contradições e desafios que perfazem a vida dessas mulheres. Retomaremos a narrativa de Raquel ao longo do terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2

Um entre-lugar de múltiplas infâncias: as fronteiras entre trabalho, brincadeiras e violências na trajetória de vida de uma moradora da favela da Baleeira

Iniciamos com a seguinte cena: Marta, negra e mulher. Cresceu, foi educada e construiu amizades na favela. Amiga de crentes, católicos e umbandistas, de bicheiros e traficantes. Marginalizada e pobre, conheceu o outro mundo, sem mesmo ter sido parte constituinte dele. Conheceu porque não tinha como evitá-lo, aquele mundo estava ali, no quintal de casa, na casa da vizinha, na esquina de sua rua entre a igreja matriz e a entrada da sua comunidade. Ninguém precisou ensinar-lhe que ele existia, ela nasceu e ele simplesmente já estava ali. Ele mudou um pouco, não era um mundo ruim, trouxe muitas alegrias, risadas e brincadeiras que hoje nem existem mais. “O mundo hoje tá complicado”, mas lá, naquele tempo não era tão complicado. É claro, era um mundo com muitas leis e normas, mas Marta não desobedecia, só às vezes, quando era inevitável. Marta é negra, sua mãe é negra, sua irmã é negra e o pai era também. Os vizinhos em sua maioria também. O Papai Noel também era negro, na infância ele aparecia na favela, mas claro, com muita mobilização e agitação da vizinhança toda. Mas era engraçado que esse Papai Noel não aprecia lá no Natal, esse Papai Noel aparecia no Carnaval. Ele não se parecia com o outro Papai Noel, não era como o tradicional, não era velho, barrigudo e barbudo. Ele era preto, bonito e sarado. As meninas ficaram doidas com ele. Aqueles tempos eram tão bons. Como qualquer lugar, tinham também os dias tristes. Marquinhos, um amigo de infância, morreu num dia desses, brincava de amarelinha com a meninada na rua. Ele também era menino, “mas escolheu a vida errada, né?”. Foram tantos “Marquinhos” perdidos ali que até tinha esquecido de contar uma coisa muito importante: o luto também era nosso vizinho. Um vizinho inconveniente, desses que toda hora batem na porta, pedindo uma xícara de açúcar, sabe? Desses que de tão chato, se reza para que ele mude logo e a paz volte a reinar. Mas de qualquer forma, era um lugar feliz. Muitas histórias de perdas e conquistas, na verdade mais de perdas mesmo. Mas era feliz, “eu vou sempre frisar isso, minhas tias e primos estavam ali também, o papai construía nossos brinquedos, então era divertido”. O pai perdeu o único filho homem, o irmão de Marta, mas ele a levava para todo lugar. Era mulherengo, “mas muito bom comigo”. “Mamãe era muito religiosa, andava com tercinho e tudo, mas se preocupava muito comigo”. Ela lavava roupa pra fora, igual a sua tia. Mas ali era assim, “você tem que matar um coelho por dia, cada um que se vire como pode”. Marta errou, ficou sem limites, mas se encontrou no esporte. Uma coisa que não mudou? “Bom, eu saí de lá, mas defendendo a história

bonita daquele lugar. Será que só lá é que tem bandido? Eu defendo o meu povo e a minha cor”.

Segundo Cynthia Sarti,

As experiências vividas pelos indivíduos, seu modo de ser, de sentir ou de agir serão constitutivamente referidos à sociedade à qual pertencem. Ainda que traduzido e apreendido subjetivamente, o significado de toda experiência humana é sempre elaborado histórica e culturalmente, sendo transmitido pela socialização, iniciada ao nascer e renovada ao longo da vida. (SARTI, 2001, p.4)

Neste capítulo, será apresentada a trajetória de vida de Marta, 49 anos, moradora da favela Baleeira. Segundo Mariana Machado Tavares a favela da Baleeira começou a surgir em meados de 1948 na cidade de Campos dos Goytacazes, com a “construção de barracos de tábuas, em terrenos alagadiços e sem infraestrutura, por habitantes da cidade que desejavam morar próximo ao trabalho, mas que não tinham renda suficiente para comprarem imóveis ou pagarem aluguel” (TAVARES, 2019, p.44).

A favela Baleeira é uma das favelas do Brasil que expressa na realidade as desigualdades construídas ao longo de processos de apropriação, expropriação, dominação e resistência. Grande parte da sua população é negra e proveniente das áreas rurais ou outras áreas urbanas onde não se encontraram condições de moradia adequadas às suas rendas. É uma população que enfrenta a luta diária de garantir o sustento com trabalhos mal remunerados. Portanto, assim como as demais favelas do país, nela habita uma população herdeira de um passado de escravidão, marcado pela ausência de políticas de inclusão dos negros após a abolição. (TAVARES, 2019, p.37)

Assentada em um terreno que segundo os moradores mais antigos apontam ter sido um brejo, desde sua origem nos anos de 1940 a favela é impactada com cheias provenientes de chuvas fortes na região que fazem o Rio Paraíba do Sul transbordar e invadir as casas (TAVARES, 2019, p.29). Além disso, a Baleeira é vizinha do maior cemitério do interior do estado do Rio de Janeiro, o cemitério do Caju, contribuindo para que a favela se localize “em área indesejada à ocupação convencional, mesmo estando a poucos quilômetros do centro comercial da cidade” (2019, p.29).

A favela da Baleeira representa uma das 27 favelas da cidade²¹ de Campos dos Goytacazes, principal cidade da região Norte Fluminense e a maior do estado do Rio de Janeiro em termos de extensão territorial, contando segundo o último Censo, com uma população de aproximadamente²² 514.000 habitantes.

Em se tratando da questão da violência urbana, Menezes e Moura (2021) apontam que:

A questão da “violência urbana” em Campos dos Goytacazes ganhou destaque no debate público na última década devido à inclusão da cidade em rankings nacionais e internacionais de organismos que monitoram o fenômeno. Uma série de matérias na imprensa nacional e regional apresentam Campos como uma “das cidades mais violentas do mundo”, especialmente porque o número de homicídios dolosos aumentou muito na cidade desde 2016. Grande parte dessas mortes resulta de disputas territoriais entre as facções. (MENEZES; MOURA, 2021, p.76)

As autoras em alusão aos estudos de Siqueira (2017), indicam que dois marcos foram importantes na configuração do tráfico de drogas na cidade de Campos dos Goytacazes. O primeiro foi a chegada da cocaína no município na década de 80 que “influenciou e impulsionou a territorialização e expansão do comércio varejista de drogas” e o segundo foi o surgimento da rivalidade entre duas favelas campistas que, anteriormente aliadas, hoje disputam e rivalizam o comércio varejista de drogas na cidade, Baleeira e Tira Gosto (MENEZES; MOURA, 2021, p.77).

Abordaremos com maior profundidade as alianças e conflitos do território da Baleeira tendo como norte as falas de Marta, interlocutora da pesquisa. Marta assim como Raquel construiu sua vida em um território dominado pelo tráfico e suas falas também expressam os conflitos que rodeiam a realidade dos moradores que vivem em favela. Sua história expressa um olhar inverso ao de Raquel em muitos aspectos, mas em comum ambas apresentam importantes perspectivas sobre o impacto do tráfico e das ilegalidades que circundam esse território na vida dos moradores que não estão diretamente ligados às atividades do tráfico de

²¹ Vale ressaltar que Campos já contou com aproximadamente 32 favelas em sua composição, tendo hoje esse número diminuído como aponta Mesquita e Bertoli pela provável “implantação de programas de saúde pública e políticas habitacionais em alguns bairros pelo [...] governo municipal (2009-2012 e 2013-2016).” (MESQUITA; BERTOLI, 2014, p.73).

²² [Campos dos Goytacazes \(RJ\) | Cidades e Estados | IBGE](#)

drogas. Assim como no relato de Raquel, começaremos a apresentação da história de vida de Marta, por sua infância e relações familiares ao longo do próximo tópico do capítulo.

2.1 Infância, Adversidades e Brincadeiras: percursos preliminares da trajetória de vida de Marta na favela da Baleeira

Lá na Baleeira, morávamos todo mundo no mesmo quintal, era um terreno muito grande, então tinha a casa principal do meu avô, tinha de um lado a casa de uma tia, do outro lado a casa de outra tia e também a casa do meu pai. Só que a nossa entrada era independente, aí papai foi e fez ali uma parede e dividiu a nossa entrada onde montou de um lado o barzinho, porque precisávamos complementar a renda de casa. Lá em casa, sou eu, mamãe, papai e minha irmã Kátia e a diferença de idade entre eu e ela são de seis anos. E esta diferença é agora depois de velha que eu fui entender isso, é que meu pai e minha mãe eram incompatíveis no sangue. Meu pai era O + (positivo) e minha mãe A- (negativo), então ela não podia ter filho homem. Então no meio desse caminho eu nasci mulher e ok, sou a mais velha e quando eu tinha 3 anos minha mãe ficou grávida de novo dessa vez de um menino, o Everson. Ele faleceu de anemia falciforme porque na época a gente não tinha essa transfusão de sangue que tem hoje e nem essa tecnologia que tem hoje de saber com antecedência o que aconteceu com o bebê, e aí o meu irmão morreu com 6 meses de vida. E aí o médico disse para minha mãe que ela não podia ter filho homem. Então quando minha mãe ficou grávida da minha irmã, 3 anos após a perda do Everson, ela literalmente enlouqueceu porque não tinha ultrassom para saber se era homem ou mulher e foi aquela situação toda, e aí ela fez uma promessa, voltando a infância que é o que me marca, ela fez uma promessa para São Salvador que se fosse uma menina ela vestiria a minha irmã Kátia, até os 7 anos de idade, de São Salvador e ia na procissão. Isso era um ritual sagrado, todo dia 6 de Agosto, minha irmã Kátia era vestida de São Salvador e a gente era obrigada a ir na procissão a pé e descalça, em agradecimento a Deus por Kátia ser menina. (Marta, Baleeira)

Marta até completar seus 18 anos morou na favela da Baleeira com a mãe, o pai e sua irmã. Ao longo de nossas conversas, ela me relata que todo o seu entendimento sobre a vida foi por ela construído ali no território da favela, nos laços e amizades desenvolvidas, nas mobilizações e festejos promovidos em conjunto como os amigos, primos e demais moradores, nos episódios ainda vivos e latentes da infância em que, junto a irmã, ajudava a mãe a carregar e entregar ao lado rico da cidade onde moravam as “madames”, as trouxas de roupas limpas que tanto ajudavam no sustento da casa, encomendadas pelas patroas que contratavam o serviço de lavadeira de sua mãe. Relata ter aprendido sobre a vida também no barzinho que o pai abriu no quintal de casa, onde aos 12 anos, Marta trabalhava fazendo as apostas do jogo do bicho. Marta fala com saudosismo de sua vida na favela da Baleeira e mesmo os episódios de extrema violência presenciados não afetaram sua relação de pertencimento e o carinho pelo território em que cresceu e desenvolveu grande parte de suas relações.

Ao contar a história da morte do irmão e a promessa feita pela mãe e cumprida pela família foi interessante a possibilidade de termos acesso a uma outra possibilidade de dor e sofrimento experimentada por essa família que, não tinha neste contexto, qualquer relação com a localidade onde elas viviam ou com próprio objetivo da pesquisa. O ponto que objetivo destacar é: por mais que o tráfico esteja presente em muitas dimensões da vida dos moradores, como inclusive iremos aqui abordar, nesse trecho do irmão especificamente percebemos que há algo que escapa às dinâmicas comumente atreladas à esse território e que constituem muitas vezes um valor diferente e muito mais subjetivo dos moradores. Abre-se um campo para tantas outras possibilidades.

Segundo Marta o falecimento do irmão foi marcante em sua infância, a perda levou a família a reproduzir durante 7 anos, um “ritual sagrado” em agradecimento a São Salvador. Segundo Adriane Rodolpho (2004), muitas vezes quando elucubramos sobre o sentido de um ritual, tendemos a concebê-lo ou como um elemento arcaico e formal, desprovido de conteúdo, ou como um fenômeno ligado à esfera religiosa, mas os rituais se inscrevem, segundo a autora, em um contexto muito mais complexo da vida social, muitas vezes eles é que concedem autoridade e legitimidade quando “organizam as posições de certas pessoas, os valores morais e as visões de mundo” (p.139).

Segundo Rodolpho (2004),

Dizemos que os rituais emprestam formas convencionais e estilizadas para organizar certos aspectos da vida social, [...] Ora, as formas estabelecidas para os diferentes rituais têm uma marca comum: a repetição. Os rituais, executados repetidamente, conhecidos ou identificáveis pelas pessoas, concedem uma certa segurança. Pela familiaridade com a(s) sequência(s) ritual(is), sabemos o que vai acontecer, celebramos nossa solidariedade, partilhamos sentimentos, enfim, temos uma sensação de coesão social. (RODOLPHO, 2004, p.139)

Não objetivo aqui aprofundar numa interpretação sobre o ‘ritual’ vivido por Marta na infância, mesmo porque acredito que tal sentido só pode ser realmente apreendido por quem viveu tal acontecimento, mas gostaria de evidenciar um aspecto que chamou atenção no cumprimento da promessa de agradecimento à São Salvador: explicitamente comemora-se na promessa a chegada da filha mulher, mas no interior o sentido de tal ritual guarda a dor pela perda do filho falecido. Achei interessante destacar esse aspecto, pois como pontua Peirano (2003), o importante nos rituais nem sempre está no seu conteúdo explícito, mas nas formas e

convencionalidade que revelam no seu interior, expressões e valores que constroem a forma dos sujeitos estarem no mundo.

Considero que o relato do irmão foi uma possibilidade, ainda que superficial a mim, de entender que há outros valores para o núcleo familiar de Marta que ultrapassam a dimensão do lugar onde vivem ou dos conflitos que ocorrem no seu território. Um espaço intocável que faz sentido apenas para a família, mas ainda assim essencial para Marta destacar e iniciar os seus relatos sobre a infância.

Evidentemente ainda que possamos compartilhar acontecimentos, traumas e dores com outras pessoas, cada indivíduo tem sua forma de apreender a realidade de uma forma singular. Deise Arenhart e Maurício da Silva (2014), por exemplo, destacam em seu estudo que as formas de compartilharmos experiências podem variar inclusive de acordo com nossa ordem geracional. Para os autores, crianças e adultos têm maneiras distintas de experienciar determinados eventos sociais, o que não significa que a apreensão da realidade pelas crianças seja menos complexa.

Segundo Arenhart e Silva (2014),

[...] a geração se constrói na relação imbricada com as condições concretas de vida das crianças, essas que se formam na relação com outras categorias sociais. Assim, a geração, se por um lado, constitui a criança, posicionando socialmente todas as crianças e ditando prescrições do que seja uma criança, por outro lado, não garante, na prática, as condições sociais para viver o ideário moderno de infância. Isso porque outras categorias sociais, como classe social, gênero, raça, etnia, cultura, também vão constituir e posicionar socialmente as crianças. Assim, se a geração confere um lugar comum às crianças, as outras categorias sociais vão, consecutivamente, construir fatores de diversidade e desigualdade entre elas. (ARENHART; SILVA, 2014, p.66).

Retomando as falas de Marta sobre sua infância, ela aponta que

Até hoje se você for ver, eu tenho até vídeo aqui da rua que eu morava, com a última chuva tinha gente andando de bote de tanto que alagou. Campos é totalmente plana e totalmente sem estrutura. Lá na Baleeira sempre tinha o problema com o dique. O dique foi construído justamente pra água não entrar nas casas, porque a gente tomava enchente toda vez que o rio enchia um cadinho. Era encher o rio, vinha água de enchente pra dentro de casa. Na minha infância, eu brincava muito (risos). Agora eu entendo que isso é ruim. Na época a gente brincava na água, tomava banho no Paraíba, e mamãe ficava chorando porque a água tava na janela e a gente tava perdendo tudo, tadinha de mamãe. Só que pra gente enquanto criança, a gente gostava. Era

uma brincadeira pra gente, quantas vezes eu pulei no rio Paraíba pra tomar banho? Olha o perigo disso. (Marta, Baleeira)

Arenhart e Silva (2014) refletem sobre as desigualdades sociais e escolares que impactam e diferenciam a vida de crianças moradoras de favelas e crianças oriundas de famílias mais abastadas. Inicialmente, destacam que há uma premissa na modernidade que tomam as crianças “pelo que ainda não são frente aos adultos - ser criança, na modernidade, deve ser caminhar rumo ao ser adulto - todas as crianças [...] são reguladas por normatividades, prescrições e interdições comuns” (ARENHART; SILVA, 2014, p. 65).

A frequente institucionalização da infância tem caminhado a tal ponto segundo Arenhart e Silva (2014, p.66), que na modernidade define-se a criança antes pelas interdições cabíveis a ela do que pelo reconhecimento de seus direitos: “as crianças não podem votar, não podem ser eleitas, não podem exercer matrimônio, não podem exercer uma atividade econômica, não podem consumir bebidas alcoólicas, etc.”. No entanto, é fato que a realidade e as múltiplas experiências de desigualdade social que atravessam a infância demonstram que o ideal que perpassa a construção moral e política dessa categoria, pelo menos do ponto de vista jurídico, não reconhece que há uma série de crianças que vivem a situação de ‘não terem direito à infância’, exatamente porque não possuem outros direitos reconhecidos no plano social e político (Arenhart; Silva, 2014).

[...] partimos do princípio de que algumas crianças, ou melhor, uma grande parcela das crianças brasileiras sofre - além da exclusão gerada pelo pertencimento geracional -, como consequência das desigualdades de classe, a situação de não terem direito à infância. As crianças da classe trabalhadora empobrecida vivem as agruras de serem duplamente oprimidas, isto é, constroem a vida cotidiana no limiar do dilema dos “duplos constrangimentos” de classe e geração. Em suma, quando se pensa nos processos de desigualdade social, elas não têm nem direito a ter direitos (BELONI, 2010). É o caso do exemplo paradigmático das crianças “de rua” que, segundo Marchi (2007), sendo excluídas do direito a terem família e frequentarem a escola, não conseguem exercer o duplo ofício (ofício de aluno e de criança) que designa a normatividade de ser criança na modernidade. (ARENHART; SILVA, 2014, p.68).

Além das crianças em situação de rua, as condições de vida são divergentes também para as crianças que são moradoras de favelas. Segundo Arenhart e Silva (2014), grande parte das crianças moradoras de favelas tem suas experiências de vida marcadas por um processo de diluição no mundo adulto, seu acesso a determinados tipos de produtos culturais (televisão e música), a frequência a festas e eventos próprios de adultos (como festas *funks*) ou mesmo o

fato de algumas ainda pequenas terem de assumir responsabilidades financeiras no lar, influenciam para que sua infância seja totalmente diferente dos ideários formalmente estabelecidos sobre a infância.

Marta vivenciou de forma mais contundente em comparação à Raquel uma maior diluição entre as fronteiras do mundo infantil e o mundo adulto, tendo desde pequena enfrentado adversidades que não são tipicamente comuns à realidade de crianças que ocupam outros espaços da cidade. E esta é uma diferença social essencial, pois apesar de serem as duas moradoras de favela, a situação social delas foi diferente, definida pelo acesso ao direito de infância no caso de Raquel e sua negação no caso de Marta. Os percalços e adversidades eram facilmente ressignificados como Marta nos revela, a tragédia tornava-se brincadeira, como ela pontua no trecho: “*Era encher o rio, vinha água de enchente pra dentro de casa. Na minha infância eu brincava muito. [...] Na época, a gente brincava na água, tomava banho no Paraíba e mamãe ficava chorando*”. Percebemos a partir do relato que a própria ocasião do brincar era definida de modo distinto, não tanto como um direito, mas como ressignificar outras situações sérias e trágicas, como o trabalho e uma enchente.

Segundo Pérez e Jardim (2015), a relação da criança moradora de favela com o espaço onde sua vida cotidiana se desenvolve, “lhe assegura os sentimentos de segurança, liberdade e aventura, contribuindo para seu processo de enraizamento” (p.497). Nesse ponto chamamos atenção para o que Coelho, Duarte e Vasconcellos (2006) destacam em seu estudo: a constituição do real no mundo da infância não toma apenas a cultura como agente construtor, mas destaca também o suporte espacial do lugar. As interações sociais da infância nesses ambientes “co-constroem com a cultura o espaço vivido da criança, onde, à medida que ela avança com suas experiências afetivas sobre o espaço, agrupa valores que reorganiza o seu estar no mundo” (COELHO; DUARTE; VASCONCELLOS, 2006, p.77).

Marta desde cedo aprendeu a ressignificar sua realidade. Em sua infância um outro fator que contribuiu como um limiar entre as fronteiras do mundo infantil e adultos foi a dimensão e centralidade do trabalho, como discutiremos ao longo do próximo tópico.

2.2 “Foi nesse momento que eu comecei a ter entendimento da vida, tanto sobre o que é enganar as pessoas quanto do valor do dinheiro”: a importância do trabalho e do jogo do bicho na infância de Marta

A informalidade é a característica mais importante, definidora, na vida social na favela, onde o acesso seguro a muitas esferas sociais se dá de modo informal. E como tal, assim como no relato de Raquel, a informalidade é um aspecto presente na vida de Marta desde sua infância. Os pais de Marta também viviam as dificuldades do mercado de trabalho e tinham que encontrar estratégias para garantir o sustento da família. Segundo Marta, ao abordar a questão do trabalho na favela da Baleeira destaca:

Ali na comunidade ou você era informal né, lavando roupa, sendo empregada doméstica, ou você era funcionário da prefeitura. Eram essas as duas realidades. Meu avô era funcionário da prefeitura, ele era jardineiro. Cada pracinha na cidade tinha um jardineiro. Então meu avô era responsável pela pracinha do Sapo (comunidade), então ele só trabalhava ali. Então ou você era da prefeitura ou você era informal. Ou era funcionário da Prefeitura ou trabalhava em serviços gerais, em obra ou lavando roupa pra fora. Então assim, mamãe lavava roupa e enquanto ela lavava roupa, papai criou um barzinho para ajudar no dinheiro da casa. Na época mamãe tinha umas clientes fixas, tinha a Dona Helena, tinha uma ali perto do Super Bom, e tinha mais umas quatro lavagens de roupa, só ela. Minha tia tinha umas outras cinco fixas. A gente morava lá na comunidade e tinha muito isso, antigamente se lavava roupa para fora e as madames não iam buscar a roupa em casa, a gente que tinha que levar, então era eu e minha irmã com trouxa de roupa na cabeça, eu me lembro que com 4 ou 5 anos eu já ajudava mamãe a levar trouxa de roupa para casa das patroas. A gente não lavava, mas ajudava a levar. Mamãe ia com uma grande e a gente como umas pequenininhas. E meu pai era um bom pintor, ele pintava casas, só de barão, só de gente rica, viajava também muito para pintar casas em Rio das Ostras, Cabo Frio, Saquarema, entre outras coisas. E aí ele ficava muito tempo fora de casa por esses motivos também. E aí papai fez esse barzinho pra mamãe ir administrando porque só a lavagem de roupa e as pinturas não dava. Foi mais pra completar a renda. E aí nesse barzinho a gente vendia as coisas, bebida, pão e ainda tinha o jogo do bicho. Na época eu não tinha ideia da contravenção, porque na comunidade a lei funciona de forma diferente. Totalmente de forma diferente. Então o que a gente acha daqui de fora, sociedade fora da favela, acha que é ilícito, lá dentro não necessariamente é. Tanto que o jogo do bicho na favela não é ilícito. Se você chegar na venda, até hoje, de Amaro por exemplo, você vai fazer o jogo do bicho normal. Não tem essa coisa de que é ilícito. É um processo natural, tanto que eu escrevia o jogo de bicho e eu era uma criança. Eu só vou perceber a questão das ilegalidades da vida depois, muito depois da faculdade. Então com 12 anos eu já comecei a trabalhar no bar escrevendo também o jogo de bicho. Então era uma criança trabalhando no bar de adulto, vendia bebida, vendia comida, vendia pão e eu que era responsável por fazer jogo do bicho. (Marta, Baleeira)

Segundo Dina Alves (2017), as mulheres negras ocupam um lugar de total vulnerabilidade na estrutura social brasileira, o que se associa à raízes históricas da sociedade, especificamente ao sistema escravocrata brasileiro. Segundo a autora, grande parte das

mulheres negras e pobres, que inclui a mãe de Marta, já ocuparam trabalhos precarizados e informais, sobretudo como diaristas e empregadas domésticas, o que em muitos casos é o que garante a fonte de sustento das suas famílias (ALVES, 2017).

De acordo com Alves (2017), o trabalho doméstico foi e continua sendo a principal fonte de renda e ocupação das mulheres negras. Com o fim do sistema escravocrata, a autora elucida que as ocupações de lavadeiras, cozinheiras, babás, amas de leite, mucamas foram sendo readaptadas de modo que o novo arranjo social primou por estabelecer que elas continuassem em maioria, exercendo as mesmas atividades, deixando de ser “escravas domésticas para ser empregadas domésticas” (ALVES, 2017, p. 107).

Entender esse continuum entre, escravidão e emprego doméstico, e o «lugar» paradigmático ocupado pelas mulheres negras na sociedade brasileira é ter em mente que o período pós-abolição demarcou a histórica continuidade da sujeição, subordinação e desumanização das mulheres negras, hoje aprisionadas nas cozinhas das madames brancas. Reatualizou, ainda, a divisão sexual do trabalho hierarquizado a partir de representações sociais – empregadas domésticas, moradoras das favelas/periferias, escravas, babás, amas de leite, mulatas etc. – do «lugar» histórico ocupado por elas. (ALVES, 2017, p.108)

Assim como no relato de Raquel, era atribuída à mãe de Marta uma maior responsabilidade nas atividades da família e mesmo que o pai estivesse presente e contribuísse com a renda doméstica, a mãe acumulava funções: fazia as lavagens de roupas, cuidava do barzinho e assumia as funções de cuidado com as filhas. Como discutimos com Guareschi (1999) é muitas vezes considerado natural que mães que vivem em favelas desempenhem um quantitativo de tarefas maior que os maridos ou parceiros. Evidentemente esse olhar se insere em um contexto de desigualdades de gênero que estão presentes em toda a sociedade, mas o que Guareschi chama atenção é o impacto que as condições econômicas, culturais e políticas nestes locais exercem na naturalização desta realidade.

Em dado momento quando me contava histórias do pai, Marta narra que:

Minha mãe é muito religiosa, muito católica mesmo, sempre foi, de usar tercinho e tudo e meu pai sempre foi zoeira, ele não bebia mas era muito mulherengo. Papai saía na noitada, voltava três dias depois e mamãe ficava com a gente pequenininha e lavando roupa para fora. Então desde muito nova, eu sempre ajudei minha mãe a levar trouxa de roupa na cabeça. Lá na comunidade tinha muito isso, antigamente se lavava roupa para fora e as madames não iam buscar a roupa em casa, a gente que tinha que levar, então era eu e minha irmã com trouxa de roupa na cabeça, eu me lembro que com

4 ou 5 anos eu já ajudava mamãe a levar trouxa de roupa para casa das patroas. A gente não lavava, mas ajudava a levar. Mamãe ia com uma grande e a gente como umas pequenininhas. (Marta, Baleeira)

Segundo Juliana Torres Pires (2021), não podemos desconsiderar que o trabalho doméstico é um sistema de exploração pautado no “amor”. A exploração repetidamente é subvertida segundo a autora, na ideia de que as mulheres carregam um dom maior para as tarefas domésticas e cuidado com a família. E evidentemente tendo como perspectiva um recorte de gênero, raça e classe, esses problemas se aprofundam, uma vez que “ser negra, pobre e mulher demarca a posição de vulnerabilidade extrema na sociedade brasileira” (ALVES, 2017, p.107). Apesar de ser 'mulherengo', tal situação nunca afetou propriamente a relação ou avaliação de Marta com relação ao pai, ao contrário, os dois sempre foram muito próximos.

Papai era muito bom pai, ele fazia muitas coisas pra mim. Como eu brincava com meus primos, ele fazia carrinho de rolimã pra mim, bola, todos os brinquedos que eu tinha era ele que construía, boizinho, boneca, era ele que fazia, então ele foi muito bom pai. E eu por ser a mais velha, ele não teve filho homem né? ele levava a gente pra Lagoa de Cima e ele era vascaíno e eu sou flamenguista, e ele era vascaíno doente e ele tinha um fusquinha branco e ele falava assim ‘ó, só vai pra Lagoa de Cima, quem for Vasco’ aí a criançada já gritava ‘eu, eu’, aí eu e meus primos João Marcelo e Elias, a gente tinha quase a mesma idade, João era o sobrinho querido por que era homem e jogava bola, e eu era a única filha mais velha, então toda vez que ele ia pro futebol ele me levava, éramos eu, ele e Marcelo. As pessoas achavam que eu ia ser sapatão de tanto que papai me tratava como homem, e ele nem me tratava como homem, na verdade é que onde ele ia ele me levava. Atividade masculina, ele me levava, isso não era uma questão. Vai atirar, ele me levava, vai soltar pipa, ele me levava. Tem futebol no Americano, era eu, João Marcelo e papai, vai soltar pipa, era eu, João Marcelo e papai. Então tudo que era masculino antigamente, eu fazia. Eu andei um bom tempo igual meus primos, short de futebol, tênis de futebol, e todo mundo falava é sapatão. Mas eu entendia que isso era o normal, todo mundo andava assim, porque eu não podia andar igual eles? Até na escola todo mundo sempre achou que eu era homem, moleque macho. Meu cabelo sempre foi curto, eu andava no meio de um monte de homem, com roupa larga. E eu nunca tive problema com isso, mas a gente vive numa sociedade em que a mulher tem que ter cabelo liso, comprido, tem que andar igual menina, aquela coisa toda. Nunca fui assim, nem na adolescência eu fazia isso, não pintava unha, até hoje não uso batom nem nada. Então meus pais eram muito liberais nesse sentido. (Marta, Baleeira)

Marta na infância vivia entre fronteiras, nos contrastes entre a vida adulta e a infantil e no entremeio dos universos masculino e feminino. Duas esferas intercambiáveis em sua vida, com a mãe trabalhava e contribuía nos afazeres domésticos e com o pai tinha momentos de

lazer e brincadeiras totalmente voltadas a ‘atividades masculinas’, como ela própria pontua, o que trouxe inclusive a impressão na comunidade de que seria “*sapatão*”. Segundo Guareschi parece haver uma divisão sexual nesses espaços bem determinados, e essa configuração pode ou não incomodar ou interferir na vida dessas mulheres. No caso de Marta, ela deixa claro que os rótulos de “*sapatão*” e “*moleque macho*” não a incomodavam.

Chamamos atenção para a possibilidade de existir uma divisão sexual bem determinada na favela da Baleeira quando Marta adverte que “*as pessoas achavam que eu ia ser sapatão de tanto que papai me tratava como homem*”. A citação sugere que há um tratamento diferente dado aos homens e mulheres, e no seu caso, estava mais atrelado ao fato de Marta acompanhar o pai em atividades vistas como masculinas, como ela relata: “*ele nem me tratava como homem, na verdade é que onde ele ia ele me levava*”. As fronteiras entre o masculino e o feminino ficam bem claras no próprio relato de Marta, quando sobre a mãe as histórias aparecem majoritariamente envoltas a alguma atividade doméstica e as do pai aparentemente circulam por outras esferas da vida para além do trabalho, como nos momentos de lazer e brincadeiras. No contexto de sua criação, o universo masculino sempre foi mais próximo de Marta, influenciou inclusive sua forma de vestir.

É interessante que ao longo de nossas conversas, pude perceber a influência da família e do universo masculino na trajetória de vida de Marta. Atualmente, Marta é funcionária pública e possui duas graduações, mas na infância além de ajudar a mãe com a entrega das roupas, ‘trabalhou’ junto à mãe no barzinho da família realizando apostas de jogo do bicho e vendendo outros produtos comercializados então no estabelecimento. Segundo Marta, tais processos influenciaram para que ela desenvolvesse um maior entendimento da vida, e o seu avô foi uma figura essencial para que ela entendesse o valor do dinheiro.

E aí papai fez esse barzinho pra mamãe ir administrando porque só a lavagem de roupa e as pinturas não dava. Foi mais pra completar a renda. E aí nesse barzinho a gente vendia as coisas, bebida, pão e ainda tinha o jogo do bicho.[...] Então com 12 anos eu já comecei a trabalhar no bar escrevendo também o jogo de bicho. Então era uma criança trabalhando no bar de adulto, vendia bebida, vendia comida, vendia pão e eu que era responsável por fazer jogo do bicho. E aí a janela do meu avô era virada para nossa casa, no quintal da nossa casa, aí eu escrevia jogo de bicho e meu avô pedia toda hora para eu escrever ‘Marta joga na vaca’, ‘Marta na borboleta’, E aí ele não fazia a Pulha, que é o que a gente chama, cada hora ele me chamava para escrever uma coisa, ‘Marta joga no burro’ e por aí ia, ou seja ele jogava nos 25 animais, ele ganhava todo dia, mas só por que ele jogava nos 25 e não tinha como ele perder e aí eu comecei a observar que ele tava dando dinheiro para banca porque se ele jogava nos 25, claro que ele vai ganhar mas vai

ganhar muito pouco por que, por exemplo, se fosse nos dias de hoje, se cada aposta valesse um real, ele jogava 25 reais para ganhar 9. Não compensava, ele tava perdendo. Eu falava para ele que ele tava perdendo dinheiro, mas ele não aceitava. E aí o que que eu fiz, fiz pra ele um talão a parte e esse talão não ia junto com as outras apostas, ficava guardado na gaveta. Ele vinha pedia pra eu jogar eu anotava e guardava na gaveta, quando saía o resultado eu dava o dinheiro equivalente, o que seria por exemplo 9 reais. Eu pegava o resto do dinheiro que ele apostava pra mim, pra comprar bala ou outras coisas. Mamãe dizia que eu estava enganando meu avô, eu dizia que não estava enganando, era melhor ele dar o dinheiro para mim do que para o dono do jogo do bicho, que era o N. P. E aí com esse dinheiro do meu avô que todo dia eu tinha, porque ele apostava todo dia, eu comprava minhas coisas, me ajudava muito. E também eu tinha que justificar de onde estava vindo o dinheiro, então eu comprava e falava com mamãe, ‘comprei isso, comprei aquilo, com dinheiro do vovô’. Foi nesse momento que eu comecei a ter entendimento da vida, tanto sobre o que é enganar as pessoas quanto do valor do dinheiro. Coitado do meu avô, que Deus o tenha. (Marta, Baleeira)

Segundo Rodrigo Torquato da Silva (2009), um ponto bastante polêmico na infância de crianças moradoras de favela são suas relações com o mundo do trabalho. Para o autor, os trabalhos desenvolvidos ainda na infância por quem é morador de favela desempenham dois importantes papéis: primeiro a possibilidade de que as crianças possam transitar em outros espaços e alterar sua rotina cotidiana; e o segundo pelos “usos e mobilidades possibilitados pelo acesso ao dinheiro na infância dos mais pobres” (p.89)²³. Marta desde a infância contribuía com as atividades que traziam renda a sua casa, primeiro com as trouxas de roupas lavadas pela mãe e posteriormente no bar da família. Tais atividades e especificamente o trabalho no bar a fizeram ter acesso a uma outra dimensão da realidade, naquela altura podia proporcionar a si mesma, bens materiais com o dinheiro das apostas do avô no jogo do bicho. Segundo Silva (2009), o dinheiro nas mãos de crianças moradoras de favela possui o poder de deslocá-las de uma determinada posição à outra dentro da estrutura da organização familiar e em comparativo aos colegas.

Ter dinheiro em mãos confere um status, ainda que circunstancial. Silva (2009, p.89) acrescenta que o dinheiro possibilita “um reposicionamento da condição de criança, impulsionando-nos a refletir sobre os conflitos gerados na cabeça dessas crianças em torno dos tensionamentos presentes nessa relação de empoderamento que se passa na própria casa”. Marta ao perceber que o avô perdia dinheiro para o ‘bicheiro’ traçou uma estratégia não para

²³ Importa ressaltar que não estamos aqui e tampouco Rodrigo Torquato da Silva (2009) defendendo o trabalho infantil. Objetivamos antes destacar o impacto destes pontos apresentados na infância de Marta. Silva (2009) inclusive narra ao longo de seu estudo, o trabalho na infância de crianças moradoras de favelas, tomando como referência a sua própria história de vida.

demover o avô de realizar tais apostas, mas de encontrar uma forma de conquistar para si possibilidades de comprar itens e bens que desejava, afinal como ela revela: “*era melhor ele dar o dinheiro para mim do que para o dono do jogo do bicho*”.

Não objetivamos aqui trazer ou apontar qualquer juízo de valor sobre suas ações, mas destacar a percepção refinada de Marta para a lógica de custos e compensações com a situação do avô.

[...] eu comecei a observar que ele tava dando dinheiro para banca porque se ele jogava nos 25, claro que ele vai ganhar mas vai ganhar muito pouco por que, por exemplo, se fosse nos dias de hoje, se cada aposta valesse um real, ele jogava 25 reais para ganhar 9. Não compensava, ele tava perdendo. (Marta, Baleeira)

Marta entendia que enganava o avô, mas a ideia de enganá-lo contrastava com as suas próprias condições materiais, afinal suas ações significavam uma inversão da lógica dos ganhos que iam para o bicheiro a ela. Segundo Silva (2009) a criança que trabalha produz outro fluxo de conflitos nas relações de poder e status na estrutura familiar, mas também na subjetivação da ideia de infância pois segundo o autor, essas crianças em geral tendem a viver um processo de adultização precoce (SILVA, 2009, p. 90).

Naquela época, Marta não detinha conhecimento o suficiente para perceber que o jogo do bicho tratava-se de uma contravenção, mas avalia que papel ocupado no bar dos pais, era de uma criança trabalhando:

Na época eu não tinha ideia da contravenção, porque na comunidade a lei funciona de forma diferente. Totalmente de forma diferente. Então o que a gente acha daqui de fora, sociedade fora da favela, acha que é ilícito, lá dentro não necessariamente é. Tanto que o jogo do bicho na favela não é ilícito.

[...] era uma criança trabalhando no bar de adulto, vendia bebida, vendia comida, vendia pão e eu que era responsável por fazer jogo do bicho. (Marta, Baleeira)

À luz das contribuições de Bhabha (1989), Silva destaca que a infância das crianças moradoras de favelas muitas vezes a permitem viver na fronteira, em um entre-lugar de múltiplas infâncias, “em contato com as brincadeiras, o trabalho e a violência na favela, mas,

contiguamente, aprendendo-ensinando com outros espaços de relações, fora da favela e aprendendo num processo de empiria com a vida cotidiana” (SILVA, 2009, p.90).

Apesar de destacar que o jogo do bicho não era ilícito na favela, talvez essa percepção estivesse naquela altura fortemente atrelada ao fato de Marta ser criança, pois em outro fragmento de sua história, ela destaca que:

Mamãe tinha muita preocupação de eu ser presa. Quem escrevia o jogo era eu, mas se chegasse alguém estranho que não era da comunidade, da favela, ela que escrevia, por achar que podia ser policial. Se achasse que alguém tava ali só para olhar, então ela que escrevia. O pagamento ela que fazia também. Ela tava sempre por perto.(Marta, Baleeira)

As fronteiras entre a licitude e ilicitude são por vezes tênues e a preocupação da mãe de Marta evidencia isso. O fato de se preocupar com a polícia e a prisão demonstra que a ideia da ilegalidade era algo conhecido naquele espaço, tanto que a presença de estranhos alterava a dinâmica do trabalho de Marta e sua mãe. Marta aponta que a contravenção não era percebida na comunidade por conta da “lei da comunidade”. No próximo capítulo discutiremos com maior ênfase essa ideia, mas destacamos aqui como muitas fronteiras se diluem e outras se produzem na reprodução das atividades ilícitas. A lei da favela, ainda que estabeleça limites, normas e regras dentro do território das favelas, temos de considerar que estas apenas surgem em concomitância às leis formais, por assim dizer.

Não há um desconhecimento total das normas, mas uma apreensão e execução de cada uma delas a depender do espaço em que se está inserido. Mesmo porque assim como o tráfico de drogas, o jogo do bicho é uma atividade que contém e prove no seu interior uma íntima relação e interação entre o mundo lícito e ilícito. Segundo Marta, o jogo do bicho e o tráfico tendem a representar na comunidade para os moradores, mecanismos de proteção social e possibilidades de acesso ao trabalho. Discorreremos sobre esse ponto, no próximo tópico do capítulo.

2.3 “É uma teia né, um sistema pesado e cruel”: relatos sobre políticas habitacionais e a centralidade dos comércios ilegais na favela frente à presença/ausência do Estado

Segundo Michel Misse (2007),

Até que o “ movimento” (tráfico de drogas a varejo nas favelas cariocas) se transformasse no principal foco de interesse da segurança pública no Rio de Janeiro, o “jogo do bicho” foi o mercado ilícito mais importante, tradicional e poderoso. Sua capacidade de atração de força de trabalho proveniente do

“submundo” criminal sempre foi grande, principalmente oferecendo emprego e proteção a ex-presidiários. Foi também durante muito tempo uma alternativa de ganho para crianças e adolescentes pobres, que eram recrutados como “olheiros” dos pontos e “garotos de recado” entre gerentes e apontadores. A estrutura desse mercado permaneceu segmentada em territórios rivais até o final dos anos 1970, quando os principais banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro (e em outros Estados) fecharam um acordo que deu origem à atual “cúpula” do jogo do bicho, cujo poder parece estar agora entrando em declínio, com a proliferação de alternativas legais de jogo. (MISSE, 2007, p.142)

Segundo Misse (2007), a estrutura do jogo do bicho era, e ainda é, constituída por uma miríade de atores sociais dos quais destacam-se os ‘banqueiros’ donos do empreendimento, ‘apontadores’ responsáveis por escrever os jogos, apostadores, contadores, advogados e inclusive pistoleiros que contribuem na proteção dos pontos de venda. O barzinho dos pais de Marta representa um dos postos de apostas do jogo na cidade e na comunidade da Baleeira, e ela me narra como funcionava a dinâmica no estabelecimento:

Então tem os cambistas né que eles chamam. São os caras que pegam de bicicleta os canhotos, colhem os talões, as apostas, de comércio em comércio. É assim, você tem ali os talões né frente e verso, você botava o carbono e preenchia. O original a gente entrega pro cambista, e a cópia de carbono ficava com a gente. No final da tarde passava o rapaz de bicicleta que recolhia o talão, mamãe pagava o que vendeu, mostrava o que fez de jogo e ele levava a pulha. Aí ele levava mais ou menos uma hora da tarde e três horas da tarde, mais ou menos, saía o resultado. Ai ele vinha com o resultado do bicho que deu e com o pagamento de quem ganhou. Toda birosca lá fazia jogo de bicho. E aí a birosca ganha em cima da porcentagem de jogo que faz. Por exemplo, se fosse mais ou menos 10%, e o barzinho fez 10 talões, você ganha 10% em cima dos 10 talões. Se você vende 20 talões, você ganha 10% em cima de 20 talões. Então era assim, ganhava 10 % em cima do montante do jogo. Se mamãe fizesse 50 mil reais em jogo, ela ganhava 10% de 50 mil. Se ela fizesse 1 real de jogo, era 10% de um real. Era assim. (Marta, Baleeira)

O lucro variava segundo Marta, pois havia uma dependência da quantidade de apostas realizadas. Segundo Misse (2007), essa estrutura local se reproduz em vários territórios e um elemento essencial para consolidação do jogo eram as alianças desenvolvidas entre banqueiros e suas redes sociais. Em partes, Marta indica que uma das razões para a consolidação das alianças da comunidade com o jogo do bicho e o tráfico de drogas está muitas vezes atrelada à precariedade com a qual vivem os moradores da favela, inclusive pela carência de políticas públicas e sobretudo sociais efetivas.

Apesar de atividades ilícitas como o jogo do bicho e o tráfico de drogas não estarem restritas às camadas mais pobres e vulnerabilizadas como ficou claro em meados da década de 1990, os preceitos e roteiros típicos produzidos pelo sistema de justiça criminal passou a associar criminalidade à pobreza, contribuindo para legitimar a imagem de que o crime de tráfico de drogas era cometido apenas por sujeitos pobres e moradores da favela e periferia (MISSE, 1995). Grillo (2019) acrescenta que:

Guerra às drogas, guerra ao crime, guerra entre comandos e pacificação são todas elas expressões que integram uma mesma retórica de guerra e paz, cada vez mais presente na discussão pública. Leite (2000) assinalou que, no início da década de 1990, a “metáfora da guerra” disseminou-se como a chave interpretativa para refletir sobre o problema da chamada “violência urbana”. Para a autora, essa metáfora remete à representação de uma “cidade partida”, isto é, dilacerada pelas contradições e conflitos entre as favelas, entendidas como os territórios da violência e das ilegalidades, e o restante da cidade, espaço da ordem da ordem estatal e da cidadania. (GRILLO, 2019, p.63)

Além das características destacadas acima, não podemos desconsiderar que incidem sobre as áreas pobres e/ou periféricas da cidade em comparativo as regiões mais nobres, uma geografia de oportunidades desfavorável no que refere a presença de equipamentos, serviços e instituições de qualidade que garantam a melhoria das condições de vida dos moradores. Podemos perceber que desde a infância, os desafios eram constantes na realidade dos moradores da Baleeira, as enchentes e os postos de trabalhos informais contribuía para que os moradores se tornassem dependentes dos mercados ilegais como Marta revela. Flores adverte que a “experiência de viver em bairros onde a pobreza está espacialmente concentrada afeta as pessoas de maneiras diferentes, dependendo da etapa da vida em que elas se encontram” (Flores, 2006, p.197).

Não se limitando a uma discussão espacial, a geografia de oportunidades diz respeito à possibilidade de que os cidadãos tenham acesso a bens e serviços, proteção social, educação de qualidade, assistência e saúde, muitos dos direitos básicos que variam de uma área para outra dentro da cidade, e que dependem significativamente de sistemas sociais e institucionais para promovê-los (Flores, 2006, p.201). A afirmativa de que esses serviços e sistemas variam de uma área para outra de fato é verdadeira, mas Marta nos revela que em Campos as políticas desenvolvidas na região, principalmente as políticas habitacionais, primaram por centralizar polos da favela dentro de alguns territórios, facilitando a ação policial e ao mesmo tempo

segregando ainda mais os moradores que além de ficarem à mercê das ações policiais passaram a ficar mais ainda dependentes das ações impostas pelos traficantes.

*Diferente da política que eu costumo brincar de “Morar Infeliz”, diferente da política de Rosinha de hoje, os outros dois prefeitos, Arnaldo e o Caio, quando eles construíram as casinhas populares, ele (Arnaldo) não segregou ninguém, não tirou as pessoas das áreas que elas moravam. Então Arnaldo Viana, que começou com as casas populares, construiu a casa no local onde as pessoas moravam. Na Baleeira, você vai ver dois conjuntos habitacionais, um onde ficava a favela do Oriente, que hoje também é território da Baleeira. E depois construiu lá perto do 29 de Maio já Baleeira mesmo, nas duas favelas onde as casas eram todas de barraco, ele construiu tudo em alvenaria e no mesmo local onde a pessoa morava. **O programa hoje da Prefeitura não, ele centralizou as favelas.** Então ela criou 500 casas na Penha, 500 casas na Tapera, 500 casas em Custodópolis e mandou as pessoas independente se elas eram de lá ou não. Então assim, você tá inscrito no programa, tipo “Igor, deixa eu ver, Penha!” e não quer saber se você era da Pecuária, nem nada. Você vai pra onde tem. E aí o que ela criou com isso, ela segregou as pessoas e centralizou as favelas. Então agora a polícia, chamou a polícia, a polícia vai pra onde? Pras casinhas. Na Tapera, chamou a polícia, a polícia vai pra onde? Lá pras casinhas na Tapera. Então assim, onde fica a favela na Tapera? Nas casinhas. Onde fica a favela em Custodópolis? Nas casinhas. **Então você sabe onde estão os núcleos de favela hoje.** na época do Arnaldo, todo mundo queria as casas, porque a gente morava em condições precárias, só que a Prefeitura só deu casa pra quem morava em barraco, barraco mesmo. E aí pra gente na época, **quem foi contemplado era rico. Virou rico. Passou a ser de elite, de condições financeiras melhores.** E as condições do poder público hoje, que largou pra lá, fizeram voltar a ser favela de novo. E agora centralizando a favela né. Lá na Penha por exemplo, tem o CDD, que a gente chama de Cidade de Deus, o CDD era lá atrás do Brizolão, perto do Valão. Como o Valão era Valão, tiraram as pessoas de lá do CDD e colocaram nas casinhas. Todo mundo que era CDD foi pra lá. E aí tiraram o pessoal que era do Beco, do Jóquei, e de um monte de lugar e colocaram tudo lá, junto nas casinhas. Então o CDD que tinha 50 famílias, agora tem quinhentas. E aí você imagina, a vida totalmente muda. Você tinha 50 vizinhos, agora você tem quinhentos. E no primeiro dia morreram cinco pessoas. Cinco pessoas no dia em que entregaram as chaves, foram assassinadas. Justamente porque ali eram facções diferentes. E as pessoas que morreram não eram de facção, porque as pessoas de facção nem iam. Quem morreu eram parentes de pessoas que eram de facção. Então no primeiro dia, cinco pessoas morreram na Penha. Pra gente foi uma chacina, uma coisa surreal. E o que deixou a gente chateado foi que a Penha até então era um bairro tranquilo, de fácil acesso de ônibus. Hoje, é um inferno. Não é mais tranquilo e os ônibus não aumentaram, então foram 500 famílias pra lá, e não mudou nada. Não mudaram estruturas do bairro, os ônibus lotados, um inferno. Falta água, falta luz, som alto. Virou um inferno. Eu que moro numa vila na Penha com 12 casas, já tem 3 vendendo, porque as pessoas querem sair. Deixou de ser um bairro de periferia tranquilo. Cresceu em proporção de gente, mas não cresceu em proporção de serviço. E aí na favela, em específico a Baleeira mas mesmo outras, o que chega primeiro de serviços e políticas? Educação? Saneamento? Não, a polícia.*

Segundo Pinheiro e Pedlowski (2012), o Estado brasileiro formulou diversas soluções objetivando minimizar os problemas associados à falta de habitação. No entanto, tais soluções “tiveram um impacto limitado ou, ainda pior, serviram como agentes catalisadores do agravamento da escassez de moradias e contribuíram para o aumento da dificuldade de acesso a serviços públicos urbanos” (PINHEIRO; PEDLOWSKI, 2012, p.657). As primeiras tentativas de intervenção do poder público municipal na questão habitacional são datadas, segundo Pinheiro e Pedlowski (2012) de 1980 seguindo o processo de descentralização definido pela Constituição de 1988. As primeiras ações tiveram caráter pontual e emergencial sendo voltadas aqueles que viviam em condições de extrema vulnerabilidade. Na época, o município passava por uma forte escassez de recursos o que conseqüentemente acarretou uma atuação do governo municipal “limitada à construção de 300 unidades habitacionais, e a um número insignificante de intervenções de emergência para remover moradias localizadas em áreas de risco” (PINHEIRO; PEDLOWSKI, 2012, p.666).

Marta avalia que houve uma piora na gestão das políticas habitacionais de Campos dos Goytacazes, sobretudo a partir do governo de Rosinha Garotinho. Quando as primeiras casas populares foram construídas, Marta relata que: *“todo mundo queria as casas, porque a gente morava em condições precárias, só que a Prefeitura só deu casa pra quem morava em barraco”*, e de fato como Pinheiro e Pedlowski afirmam, as primeiras políticas habitacionais tiveram caráter pontual. Mas ao contrário da atual política do Morar Feliz, na infância Marta relata que as casas eram construídas no mesmo local onde as pessoas viviam, ou seja, as pessoas não precisavam mudar de território e abrir mão de seus laços e vínculos afetivos. Além do mais, a aquisição das casas possibilitava, segundo Marta, uma mudança ainda que mais propriamente simbólica do que material, da identidade e condição de vida das famílias contempladas: *“pra gente na época, quem foi contemplado era rico. Virou rico. Passou a ser de elite, de condições financeiras melhores”*.

Segundo Pinheiro e Pedlowski (2012) a entrada dos *royalties* na receita do município de Campos dos Goytacazes marcou uma transformação na capacidade do município em executar programas de assistência social. A Lei do Petróleo²⁴, segundo os autores, “deixou o governo municipal numa situação bastante confortável no que tange a investimentos em

²⁴ Lei ordinária n.º 9 478, de 6 de agosto de 1997, que pôs fim ao monopólio da Petrobrás na exploração de Petróleo no Brasil e estabeleceu o pagamento de compensações financeiras aos Estados e municípios produtores através das royalties do petróleo e também das participações especiais pelo aumento na produtividade dos poços. (Pinheiro; Pedlowski, 2012)

diversos setores econômicos e sociais do município” (PINHEIRO; PEDLOWSKI, 2012, p.666). No entanto, com a entrada dos *royalties*, as ações realizadas no município na área da habitação passaram a ser direcionadas a um suposto programa de desfavelização “focado na remoção de famílias pobres de áreas de risco” (PINHEIRO; PEDLOWSKI, 2012, p.667).

Para Marta, isso refletiu numa centralização das favelas e na formação de novos conflitos: “*E aí o que ela criou com isso, ela segregou as pessoas e centralizou as favelas. Então agora a polícia, chamou a polícia, a polícia vai pra onde? Pras casinhas*”. O cotidiano dos moradores com a nova política habitacional foi completamente alterado, como Marta relata a partir do bairro da Penha, onde vive desde que mudou-se da Baleeira e que também conta com casas do programa Morar Feliz. Marta relata que os moradores além de estarem segregados, tiveram que aprender a conviver com um quantitativo muito maior de pessoas no território, o que inclui moradores de localidades diferentes e eventualmente parentes de traficantes de facções rivais na cidade, aumentando no bairro a possibilidade de conflitos emergirem a partir das disputas entre criminosos.

*Então você sabe onde estão os núcleos de favela hoje. Lá na Penha por exemplo, tem o CDD, que a gente chama de Cidade de Deus, [...] tiraram as pessoas de lá do CDD e colocaram nas casinhas. Todo mundo que era CDD foi pra lá. E aí tiraram o pessoal que era do Beco, do Jóquei, e de um monte de lugar e colocaram tudo lá, junto nas casinhas. Então o CDD que tinha 50 famílias, agora tem quinhentas. E aí você imagina, a vida totalmente muda. Você tinha 50 vizinhos, agora você tem quinhentos. E no primeiro dia morreram cinco pessoas. Cinco pessoas no dia em que entregaram as chaves, foram assassinadas. Justamente porque ali eram facções diferentes.[...] **E aí na favela, em específico a Baleeira mas mesmo nas outras, o que chega primeiro de serviços e políticas? Educação? Saneamento? Não, a polícia.***

Se considerarmos a usual relação da polícia com moradores de favelas e comunidades somadas às propostas encetadas e/ou idealizadas pelo do governo do ex-presidente Bolsonaro, conseguimos compreender perfeitamente os impactos que a configuração proposta pelo programa habitacional Morar Feliz, que centralizou e criou “núcleos da favela”, produz nestes espaços.

De acordo com o relatório ‘Chacinas Policiais’, produzido pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF), só no período compreendido entre 2007 e 2021, 17.929 mil operações policiais foram realizadas em favelas do Rio de Janeiro, das quais 593 terminaram em chacinas (GENI, 2022). Segundo Godoi et al (2020), a letalidade policial tem sido uma das muitas expressões da violência no Brasil,

assumindo sobretudo na atual gestão do país, “o caráter de uma deliberada política de governo, como se torna evidente com a defesa aberta do extermínio por parte de representantes eleitos ou em projetos de lei” (GODOI et al, 2020, p.59). Misse (2019) já havia apontado que mais de 10 mil homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro haviam sido registrados como “autos de resistência”, categorizados pela polícia por se tratarem de mortes com exclusão de ilicitude.

Um dos pontos mais polêmicos do “Pacote Anticrime” enviado pelo MJSP na atual gestão do governo Bolsonaro, foi a chamada excludente de ilicitude (HIRATA et al,2021). De acordo com a legislação vigente, a caracterização de um homicídio legítimo praticado pela polícia decorreria “-ao menos formalmente- da presunção de que as ações letais foram praticadas para “revidar” ou “cessar” uma “injusta agressão” como requisito para aplicação da excludente de ilicitude” (HIRATA et al, 2021, p.14). A proposta apresentada então pelo ex-ministro Sérgio Moro, era alterar a legislação, de modo a prever anistia para as ações policiais que se utilizassem “da violência letal para “prevenir” a agressão e não mais “revidar”, incluindo na letra da Lei a ideia de “risco iminente de conflito armado” (HIRATA et al, 2021, p.14).

Apesar de não ter havido alteração legislativa sobre esse aspecto do pacote, o uso da violência letal por parte da polícia configura um grave problema na atualidade, sobretudo nos conflitos que diariamente estampam manchetes de jornais que envolvem as favelas brasileiras e a polícia, sob o nome de “guerra às drogas”. Algumas questões são cruciais para entendermos a ação da polícia e seus desdobramentos. Primeiro devemos considerar pelo que já foi apresentado que a política de aniquilamento da polícia é aceitável em certas situações, aliás como indica Leite “situações excepcionais — de guerra — exigiam medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática” (Leite, 2012, p. 379).

O saldo das operações policiais há muito soma aos traficantes mortos centenas de crianças, homens e mulheres, jovens e velhos, todos moradores de favelas, vítimas de balas perdidas. A polícia tem produzido mortes em larga escala dentro de parâmetros legais e nossa análise considera a conjuntura e todas as questões políticas que a envolvem, das redes construídas entre polícia, criminosos e Estado e os elementos legais que encobrem ações ilegais. Os aspectos legais e morais com todas as imbricações a que se sujeitam e submetem, a partir dos processos de sociabilidade aqui representados, persistem em não responder de forma justa à morte de milhares de pessoas despossuídas pelas mãos da polícia.

Dados da plataforma Fogo Cruzado²⁵ que mapeia tiroteios/disparos de arma de fogo contabilizaram em 2020, cerca de 4.589 tiroteios/disparos por armas de fogo na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 33% foi possível identificar, através da imprensa e registros policiais, as causas dos tiros. Destes, os três mais recorrentes foram ação/operação policial (62%), homicídios/tentativas de homicídio (15%) e assaltos (13%). A presença de agentes de segurança foi percebida em 1287 casos, (podendo os agentes estarem ou não em serviço no momento, incluindo quando são vítimas), contabilizando 896 mortos e 899 feridos, somando uma média de 13 tiroteios por dia.

Os morros e favelas se tornaram o principal alvo de investigação, controle e repressão policial por se fixarem como território do tráfico, uma vez que a rede de comércio ilegal de drogas estabelece pontos fixos de comercialização de drogas nesses territórios empobrecidos e, sobretudo por terem se tornado lócus e causa da violência urbana dentro do imaginário social, ao ponto de a soma das mortes contingenciais de traficantes resultantes das operações policiais normalmente ainda serem comemoradas.

A periculosidade vista como parte constitutiva tanto das favelas quanto de seus moradores tem enfraquecido ações de proteção do Estado e inserido em seu lugar ações de repressão desenfreada, como ocorrem com as chacinas e o encarceramento massivo das populações que habitam esses territórios. Segundo Leite (2012),

[...] favela e favelado constituíram-se em categorias de nomeação que identificavam uma forma de alteridade e um espaço heterotópico que não poderiam ser integrados à cidade, justificando o que ficou conhecido como a “era das remoções”. Dessa angulação, ressalta-se que tais modalidades de identificação desses territórios e de sua população orientaram e legitimaram um tratamento estatal específico para as favelas e seus moradores. [...] e ainda hoje os equipamentos e serviços públicos urbanos não foram universalizados nas favelas, sendo que sua qualidade é consideravelmente inferior à proporcionada nas áreas formais (bairros) do Rio de Janeiro. Não que o Estado esteja ausente das favelas, mas sua presença caracteriza-se pela prestação de serviços de baixa qualidade, clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e garantido seu estatuto de cidadania. (Leite, 2012, p.377)

²⁵ Ver :https://fogocruzado.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Fogo_Cruzado_RIO_RelatorioAnual2020.pdf

Marta avalia que os problemas relacionados às políticas sociais destinadas à favela, contribuíram para fortalecer a ação dos sistemas ilegais, sobretudo do tráfico de drogas. Pois mesmo diante dos conflitos que se desenvolvem nesses territórios por conta do crime organizado e das disputas entre facções, são os traficantes e os bicheiros que historicamente protegiam e proviam na comunidade as condições mínimas de existência dos moradores. As redes ilícitas suprem as ausências do Estado e do poder público como Marta relata abaixo:

*Parreira (atual chefe do tráfico) sempre foi muito inteligente, desde pequeno, ele é da família dos Prazeres, porque em Campos tudo é dividido pelo sobrenome. Então A.D.A (Amigos dos Amigos) é família dos Prazeres, já T.C.P (Terceiro Comando Puro) é Fiuza. Baleeira então é dos Prazeres, meus sobrinhos por exemplo, o sobrenome é Prazeres. Parreira então sempre controlou muito a mão de ferro as três favelas, e ele compra você, porque ele faz o que o Estado não faz, bem como aqueles filmes mesmo, se você não tem um gás ele compra e manda pra sua casa, essas coisas. E os bicheiros patrocinam o tráfico, porque eles também são ilegais. É uma troca. **L. P (bicheiro) era muito bom patrão**, ele dava presente no final do ano pra todas as pessoas que trabalhavam pra ele, dava assistência, ajudava. E assim olhando, a gente para pra analisar né, porque tem toda uma rede, o L.P financiava e investia muito no Juventude (escola de samba), e as pessoas não tem ideia, nem a gente que tava dentro tinha ideia de como funcionava essa teia. Porque assim, se você é ilegal alguém tem que te proteger, e aí isso que se dá pela lavagem de dinheiro. O L.P (bicheiro) que morava aqui na frente, todo mundo sabia que era ele o bicheiro, mas onde você acha que a polícia batia, na casa dele? Não, batia na casa de quem escrevia o jogo. Agora quem é o bandido, sou eu que escrevo? Então assim, é uma teia né, um sistema pesado e cruel. E pra gente lá é tudo natural. (Marta, Baleeira)*

Marta recorda que tanto os bicheiros quanto os traficantes contribuíam com os moradores da comunidade, ainda que de maneiras diferentes. As relações com os bicheiros eram atravessadas pelo comércio do jogo do bicho.

Porque assim também tem isso, tem uma forma como funciona essa rede, não sei se você já viu. Eles também tem uma facção criminosa que tem inimigos. Então era ele L.P e tinha outro que eram inimigos, um querendo pegar o território do outro. O cara vê e olha, pô aquela banca ali tá dando dinheiro, banca é como a gente chama o lugar que faz jogo do bicho, ele olha ali que uma banca tá dando lucro, o inimigo vai lá e promete repassar pra banca uma porcentagem maior que a do outro. Então tem umas negociações, e aí te coopta para trabalhar pra ele. E tem muita rivalidade no jogo do bicho, mas quem se ferra? é quem tá embaixo. (Marta, Baleeira)

Os bicheiros não eram moradores da comunidade e a proteção era exclusiva aos que tinham dentro da comunidade a banca do jogo do bicho, caso da família de Marta. No entanto,

com a troca da assistência prestada pelos bicheiros estabelecia-se a criminalização dos moradores que vendiam os jogos, tornando esse sistema, como Marta avalia, “pesado e cruel”. Já os traficantes em geral são moradores da própria comunidade e Marta percebe as ações do tráfico não como ajuda, mas como formas de comprar os moradores, especificamente o seu silêncio: *“ele compra você, porque ele faz o que o Estado não faz, [...], se você não tem um gás ele compra e manda pra sua casa, essas coisas”*.

Além disso, o tráfico e o jogo do bicho, como Marta revela, são dois empreendimentos que estabelecem entre si, uma rede de ajuda e proteção mútua. Ambas envolvem negócios ilícitos e dependem de um forte controle nos territórios em que desenvolvem suas atividades, por isso a contribuição dos traficantes com os bicheiros e vice-versa é essencial. São articulações necessárias para fortalecer seus negócios. Além do mais, são redes que trabalham com a lavagem de dinheiro, ou seja, práticas criminosas utilizadas para encobrir a origem do dinheiro ilegal.

Marta nos apresenta uma outra realidade a partir de sua vivência na favela da Baleeira. As políticas que poderiam contribuir com os moradores, ao contrário, trouxeram novos desafios e conseqüentemente novos conflitos. Chama atenção no relato, que desde a infância, o poder público se faz presente na localidade contraditoriamente pela ausência, um local em que atua plenamente a exceção, “como um lugar em que se deixa morrer” (MISSE, 2019, p.32-33). O que percebemos, no entanto, é que tal lugar tende a ser preenchido pela atuação dos traficantes e dos mercados ilegais, que passam a instaurar padrões e normas de conduta traduzidas na “lei da comunidade”, como nos relata Marta e Raquel.

Apresentaremos no próximo capítulo as narrativas de Marta e Raquel concomitantemente onde destacamos o que pensam as duas sobre a presença de uma “lei da comunidade” dentro de seus territórios. Centralizamos também os episódios de execução vivenciados por Marta dentro de seu território, imposto por traficantes contra aqueles que transgrediram regras. Evidenciamos ainda os desafios que elas nos relatam sobre lidar cotidianamente com as incertezas que envolvem o mundo do tráfico dentro das favelas, especialmente no luto experimentado pela perda de pessoas próximas.

Em suma, trazemos mais propriamente no próximo e último capítulo dessa dissertação, os episódios de violência explícita vivenciados por moradores de favelas e periferias, que não se restringem apenas a ação policial. São relatos que versam sobre as ações dos traficantes, e

tais narrativas incorporam as maneiras com as quais as mortes e violências perpetradas pelo tráfico, vão sendo ressignificadas dentro desta realidade.

CAPÍTULO 3

Experiências Espaciais de Condições Violentas: o poder, o prestígio e o punitivismo em duas favelas brasileiras

Zaluar (1994) destaca que a relação dos moradores de favela com os “bandidos” é permeada por muita ambiguidade pois, ainda que eles reconheçam as condições de vida do sujeito pobre, a criminalidade aparece como uma liberdade de escolha do criminoso. Zaluar (1994) aponta que o estereótipo e discriminação que percorrem a vida dos moradores de favelas afetam diretamente suas chances de alcançar bons postos de trabalho.

Para completar o quadro de dificuldades de acesso ao emprego, as barreiras sociais do preconceito e da imagem negativa dos moradores de tais locais, dos muito pobres e dos pretos, não são menos fortes. Os membros das classes populares desse modo deixam de tornar-se trabalhadores porque sua própria condição de pobres ameaça ou amedronta os que lhes poderiam fornecer emprego. Em outras palavras, eles são perigosos antes de efetivamente o serem, ao optar pela vida criminosa. E a própria consciência que têm dessa barreira, torna-se um fator a mais na sua inclinação para o crime. É um ciclo vicioso [...]. (ZALUAR, 1994, p.17)

No primeiro capítulo, apresentamos um fragmento do relato de Raquel que narra suas dificuldades em conseguir emprego quando pretensos empregadores percebem através de seu endereço ser Raquel, moradora de uma favela. Retomando suas considerações, o posicionamento de Raquel parece se enquadrar na perspectiva trazida por Zaluar, ela entende que existem diversos fatores como desemprego e a discriminação que atravessam a escolha do indivíduo que entra para o tráfico, pois existem muitas dificuldades de se conseguir emprego quando se vive em favelas, mas ainda assim reforça que há uma tendência destes sujeitos em escolherem o tráfico por desejarem uma “vida mais fácil”.

Raquel aponta as razões que, para ela, levam muitos jovens ao tráfico de drogas:

O tráfico pra mim, ele é um trabalho né, então eu acho que a pessoa que vai, ela vai porque ela quer um dinheiro mais fácil. Então eu acho que pela frequência de “nãos” que as pessoas recebem, principalmente os homens, os meninos né, acho que pela quantidade de não que os meninos devem ter ouvido, aí eles acabam entrando pro tráfico. Mas também pode ser um caso ou outro que um familiar incentivou, porque isso é muito relativo, vai muito do background da pessoa, de onde ela mora aqui, se tem alguém da família que já ingressou, porque assim, na época da escola por exemplo eu lembro de um dos meninos que ele nunca tirou notas boas, sempre arrumava briga e hoje ele tá no tráfico, então pode ser muito também da forma como essa

pessoa cresceu, da forma violenta, arrumando confusão com as pessoas, e ela acabou indo de repente porque no tráfico tem violência, e ela gosta, acho que vai muito de caso em caso. Mas acho que o status acaba sendo uma coisa importante como eu falei né, o dinheiro acaba sendo uma forma de comprar certas coisas evitar preocupação.(Raquel, Cidade de Deus)

Zaluar (1994) aponta que os jovens moradores de favelas tendem a associar trabalho muitas vezes a um regime de escravidão, o que faz com que o comércio de narcóticos aparente ser uma forma de ganhar dinheiro fácil em contraste ao esforço extremamente desgastante que vivem outros trabalhadores. Raquel parece concordar com essa perspectiva. Marta assim como Raquel sugere que o prestígio e *status* que podem surgir com a inserção no tráfico é um fator que mobiliza os jovens a entrarem para o mundo do crime²⁶.

3.1 “Naquela época era bom ter esse status de ser chefe de uma gangue”: sobre as possibilidades de experimentar o ‘poder’ e a sociabilidade violenta sendo moradora de favela

Marta narra que na infância teve a experiência de "chefiar" uma gangue e, apesar de não se tratar exatamente de uma gangue criminosa, foi nessa experiência que ela aprendeu a experienciar os benefícios de se conquistar *status* dentro da comunidade.

Na minha criação era assim, por mais que eu apanhasse na rua, eu nunca chegava em casa chorando porque senão eu ia apanhar de novo e foi aí eu comecei a me armar para a vida. Eu sempre fui muito brigona, eu me defendia e sempre batia nos outros porque eu achava que era a forma de eu me defender e como minha irmã tem 6 anos de diferença de mim, a gente lá na favela era muito feliz, tinha uma vida muito agitada, tinha muita festa, muito alvoroço e teve uma vez numa festa da primavera, gente eu tô vendo a cena aqui na minha frente, numa festa da primavera montaram um palanque, político fazia muito isso na época, montava palanque pra falar e pra fazer o show que eles pagavam, e aí nesse dia montaram o palanque cedo mas a festa seria a noite, aí estava eu, minha irmã, meus dois primos Fabiano e Ricardo e mais um brincando, acho que Julinho, todos estávamos brincando em cima do palanque, aí a favela nessa época era dividida, eu morava na rua Elói Ornelas que é a rua que vai até a 15 de Novembro no cemitério, o palanque foi montado na esquina entre a Elói e a Conselheiro Tomás Coelho, onde no centro, no miolo, ficavam bem entre aspas “os bandidos”. A gente tava brincando e o Tico, que morava na margem da linha, não sei o nome dele só o apelido, ele veio para o palanque e falou ‘agora é minha vez, desce daí, que

²⁶ Segundo Gabriel Feltran, a expressão "mundo do crime" diz respeito a um “conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos” (2008, p.93).

agora é minha vez’, eu falei ‘não, a gente acabou de chegar e tamo brincando’. e eu era a maior do grupo, minha irmã era pequena e meus primos também eram menores do que eu, eu me vi então na obrigação de proteger o meu grupinho. Minha irmã tava sentada no palanque e Tico pegou ela pra tirar do palanque a força, como era minha irmã eu nem pensei, dei uma voadora e joguei ele de cima do palanque, ele bateu a cabeça no paralelepípedo da esquina e foi parar no hospital de emergência. Na época, o hospital de emergência nem era o Ferreira Machado, era a Beneficência que era emergência de Campos, aí o menino desmaiou, foi parar no hospital, ficou internado. Eu catei as crianças e fui pra casa, fiquei quieta. Mas o circo já tava armado, ficaram naquela de ‘quem foi? quem foi?’, falaram foi Marta. E Tico era de um grupo que tinha traficante na família, ninguém sabia o que ia acontecer, mamãe apavorada já tinha fechado até o barzinho, aí papai chegou a noite em casa e a mãe do menino foi lá em casa cobrar papai o curativo do garoto. Foi uma confusão danada, papai disse que não ia pagar porque o menino atacou a filha dele, foi uma discussão ela veio atacou papai, papai bateu nela, deu um ‘merdeiro’ na favela por conta disso, mas no fim papai não pagou. E com isso, eu comecei a ganhar fama, eu virei a chefe da gangue, e minha gangue era meus priminhos e minha irmã, mas eu ganhei fama. (Marta, Baleeira)

Na sua casa, Marta era instruída a *se virar* e resolver seus problemas, aparentemente a violência era um elemento norteador das relações na favela, sobretudo nos seus relatos sobre a Baleeira. Segundo Zilli (2015) em meio ao ambiente de violência e escassez de recursos, a inserção de jovens em gangues²⁷ ou grupos delinquentes “parecem projetar uma imagem de poder que se estende a seus integrantes, dando a eles a oportunidade de obter, de maneira mais fácil e rápida, bens materiais e simbólicos muito valorizados entre os jovens” (2015, p.479).

Para Zilli (2015) estar em uma gangue significa desfrutar de um *status* local desejado por muitos jovens, sobretudo pela possibilidade de ascender socialmente de maneira rápida e desfrutar de bens não acessíveis a todos dentro do ambiente hostil de algumas favelas. A gangue confere, como pontua Zilli (2015), a possibilidade de o jovem construir sua identidade e ao mesmo tempo de acessar poder e defesa de retaliação contra inimigos, além de respeito comunitário. No entanto, a inserção na gangue e a fama que advém dela “também traz consigo um mundo de regras, normas de conduta e códigos morais próprios, quase todos invariavelmente pautados em práticas de extrema violência” (ZILLI, 2015, p.480). Marta não

²⁷ Segundo Zilli (2015) desde o início do século XX, existe na literatura sociológica uma acirrada discussão a respeito do próprio conceito de “gangue”. Assim como o autor, nosso texto “utiliza o termo “gangue” para se referir ao seguinte fenômeno: “grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”.

experienciou episódios de extrema violência exatamente sendo membro de uma “gangue”, mas relata que a fama trouxe consigo comportamentos que hoje arrepende-se de ter praticado:

E com a fama de que se mexesse comigo, ia apanhar, era assim, meu grupinho chegava todo mundo saía, as outras crianças iam embora, e naquela época eu não tinha a noção que tenho hoje, mas eu lembro que naquela época era bom, ter esse status de ser chefe de uma gangue, de ter poder por conta de um empurrão que eu tinha dado no garoto. E com isso eu fui crescendo e tendo essa fama de brigona, isso foi refletindo na escola também, porque eu estudei no José do Patrocínio, fui convidada a sair da escola, fui expulsa né (risos) na sétima série, fui pra outra escola, pro 29 de maio, justamente por ter essa fama de brigona, então eu acabei extrapolando os limites. Hoje, pensando, raciocinando, eu entendo isso. Naquela época não. Eu acabei extrapolando o limite, tipo assim ‘ei me dá a merenda, se você não me der, eu vou te bater’ aí a pessoa me dava a merenda, entendeu? eu não tinha dinheiro pra levar merenda pra escola, na época a gente andava de kichute, e aí eu comecei a usar essa fama, eu moro numa favela, eu sou chefe de uma gangue e eu vou usar os meus direitos. Todo mundo andava comigo e eu era a líder do grupo, sem ter a noção direito do que era isso. Eu chegava na escola, eu não tinha dinheiro pra merenda e chegava pra pessoa e falava ‘ei, me dá um pedacinho’, aí não me dava, eu pegava tudo, então era assim, deixava de me dar um pedacinho, pra me dar tudo. E isso é muito ruim né? e com isso, foi tomando uma proporção muito grande, eu andava só com meus primos, depois comecei a andar com muita gente. (Marta, Baleeira)

Segundo Zilli (2015) há indícios de que “especialmente dentro das gangues, a violência constitui um elemento estruturante das relações sociais, quase que um fim em si mesmo” (p.481). Apesar de não fazer parte de uma gangue criminosa, a violência serviu à Marta como um mecanismo para que alcançasse bens materiais aos quais não tinha acesso em sua casa. Simbolicamente, o episódio com o menino que empurrou do palanque acabou contribuindo igualmente para que conquistasse respeito no seu grupo.

Marta relata que foi na época da escola que seus lados terríveis apareceram. Desde criança, aprendeu a atirar com o pai e num determinado momento quando começou a namorar um traficante, um “vapor”, foi que ocorreu um episódio fundamental para que a família se mudasse em definitivo da favela da Baleeira.

Naquela época, todo mundo que morava em comunidade, não sei agora, mas naquela época todo mundo tinha arma em casa. Aí depois veio o Estatuto do Desarmamento que as pessoas tinham o direito de entregar a arma e receber uma indenização, e aí até meu pai fez isso, justamente por minha causa. Todo mundo tinha arma dentro de casa, e meu pai me levava pra atirar, matar

passarinho, essas coisas todas. E eu era boa de mira, ele treinava a gente. Então eu sabia onde ele guardava a arma, ele tinha essa espingarda de chumbinho, tinha um 38, uma pistola 765 (pistola sete meia cinco) e tinha um outro revólver, um Taurus que eu não lembro a numeração dele. O 38 e o 765 ficavam dentro de uma caixa de sapato em cima do guarda-roupa. Então eu sabia onde estavam as armas, eu tinha conhecimento daquilo tudo e papai deixava a gente manusear aquilo, claro sempre com a presença dele. Então, lá pelos 15 ou 16 anos, eu começo a namorar um cara chamado Fagner. Ele morava lá na Conselheiro Tomás Coelho, lá no final onde tem um beco. A Conselheiro Coelho termina em um beco, ele morava na última casa desse beco. Na época o chefe do tráfico, era cunhado dele, do Fagner, mas ele me disse que não era envolvido, nem nada. Quando meu pai ficou sabendo que eu tava namorando Fagner, ele foi me bateu, disse que eu não ia ficar com ele, que ele era bandido e eu muito rebelde adolescente, falei que ele não era, que eu ia sair de casa, fugir com ele e todo mundo me dizia pra sair dele que eu era muito inteligente, que eu era boa e ele era bandido. E aí eu briguei com o mundo, na minha concepção ele só morava na casa com o traficante, mas ele não era, ele era uma pessoa normal que vivia numa casa de traficante. Eu tava enganada, ele era traficante, traficante não que com 16 anos não se é traficante, é vapor como se chama lá. E aí essa loucura minha de ir pra escola de manhã e voltar só a noite, eu passo pela rua da Conselheiro e quem eu vejo vendendo droga? ele. Aí ou seja, a casa caiu pra mim, porque agora eu vi, não foi ninguém que disse. Até então era aquela velha máxima, até que prove o contrário todo mundo é inocente. Quando eu vi, acabou o namoro na hora, não queria mais papo. Ele não aceitou, naquela de como é até hoje né, de ‘se eu não for sua, eu não sou de mais ninguém’. Continuei indo pra escola normalmente, pegando o mesmo caminho, continuei fazendo a mesma coisa, e a vida foi seguindo. (Marta, Baleeira)

Zilli (2015) acrescenta que em ambientes intensamente permeados por dinâmicas de sociabilidade violenta e uma cultura que legitima a resolução privada e violenta de conflitos, “a capacidade de reação ou a disposição para matar um membro de gangue nunca pode ser colocada em dúvida ou ser ‘desacreditada’” (p.482).

Fazendo uma breve consideração sobre a questão das armas relatadas por Marta na juventude, Zaluar e Barcellos (2013) chamam atenção para o fato de que com as mudanças no padrão de criminalidade, uma característica que chamou atenção sobre as favelas foi o fato de que estas tornaram-se “parte das ‘áreas quentes’ da ecologia do perigo, socializando jovens vulneráveis no desejo e no manejo das armas de fogo, elementos-chave da nova ‘cultura de rua’” (p.21).

Marta destaca em sua fala que o pai à "treinava" e em sua casa tinham pelo menos 4 armas guardadas. Não entramos em muitos detalhes sobre quando e como essas armas foram sendo adquiridas e tampouco o porquê. Elas faziam parte da família desde que Marta se lembrava. O que Zaluar e Barcellos (2013) destacam é que uma via fácil para chegada das armas de fogo nas favelas é por meio da ação de policiais e militares corruptos, auxiliados por contrabandistas.

Dando prosseguimento Marta relata que

Eu comecei a flertar com outro rapaz chamado Rubens, que a gente chamava Rubinho. Aí na época, eu dançava num grupo de quadrilha na rua e tava tendo ensaio, aí estava eu, Cristiana e uma galerinha lá. Ia ser primeiro o ensaio das crianças, depois o nosso, e Rubinho disse que ia lá ver o ensaio, foi a primeira vez que ele foi na comunidade, ele não morava lá, morava na Pecuária. Eu namorava o Rubinho e Cristiana namorava Ciro, um outro rapaz que era um amigo. Aí foi Rubinho e Ciro de bicicleta da Pecuária pra favela pra ver o ensaio da quadrilha. Eles chegaram e ficaram lá com a gente enquanto o ensaio das crianças não terminava e aí, como a gente mora na favela, a gente acaba tendo o olhar apurado e a audição também, eu vejo o grupinho dele (Fagner) vindo na nossa direção, articulando alguma coisa. Ele (Fagner) e Lincoln tavam articulando alguma coisa, eu falei com a Cristiana 'Cristiana eles vão aprontar uma'. Eu tô observando, e o que eles fizeram? Eles simularam um assalto pra roubar a bicicleta dos meninos, pros meninos reagirem e eles atirarem nos meninos, esse seria o plano. Quando ele veio e eu vi que a arma tava na cintura dele, do Fagner, eu vi que o problema dele era comigo, ele tava fazendo isso por minha causa. Aí eu entrei na frente, eu me antecipei, falei pra Cristiana fazer os meninos saírem dali e fui de encontro a eles e coleí com ele e perguntei 'qual é o seu problema?', ele disse 'sai da minha frente', aí eu falei 'você não vai fazer nada com eles não', foi na hora que Cristiana começou a gritar 'vai embora, vai embora, vai embora' e eles sem entenderem (Rubinho e Ciro) pegaram a bicicleta e foram. Aí vendo que eles tavam indo embora, Fagner puxou a arma e já começou aquele alvoroço, as crianças gritando, correndo, Fagner foi apontou e atirou em mim. Ele atirou em mim. Ele deu três tiros. Não saiu nem uma bala. E eu estática. Foram lá chamar mamãe, mamãe desmaiou, minha tia foi socorrer, aquela coisa toda. Aí ele atirou três vezes, não saiu bala, ele foi e saiu correndo. Na linha de trem, na São Fidélis, ele levantou a arma e descarregou, saiu tudo, ou seja, foi Deus mesmo porque em mim não saiu uma bala. Como eu sabia onde papai guardava a arma, e nessa época ele tava no Rio pintando uma casa, eu entrei cega em casa fui em cima do guarda-roupa e peguei duas armas, peguei uma pistola e a 38, enchi elas de bala e fui atrás dele, queria nem saber, peguei a reta. Eu sabia onde ele morava, já cheguei lá chutando o portão, com duas armas na mão, a irmã dele Aparecida, que já até morreu, veio perguntando o que aconteceu, perguntei onde ele tava, ela falou 'calma Marta.' eu disse 'calma o caralho',

nisso minha tia Eliete chamou a polícia, a favela toda em polvorosa, eu com duas armas na mão, invadi a casa, ele não estava, fui atrás dele nos becos, aí tinha um outro traficante Denis, que era sócio do cunhado dele, ele me empurrou quando viu o carro da polícia e disse ‘calma aí, fica quieta’ ficou mandando eu calar a boca, nisso a polícia passou assim por nós, ele pegou as minhas armas e falou ‘pode deixar comigo, o que Fagner fez foi sacanagem, pode deixar comigo. Se a polícia te pegar quem vai preso é seu pai, porque é de menor com duas armas’, eu comecei a gritar ‘me dá a arma do meu pai’, ele disse ‘calma, mais tarde eu vou lá entregar pra sua mãe a arma’, nisso quando cheguei em casa, mamãe já tinha ligado pra papai, no outro dia ele já tava em casa. Papai chega, briga comigo e eu falei com ele ‘ué você que me ensinou a ser assim, eu não podia apanhar na rua e agora que eu quero resolver, você quer me bater ainda?’ e você acredita que ele me deu razão, falou que eu tava certa e ainda me deixou por questão de segurança, eu ir com arma pra escola. E aí eu fiquei um ano inteiro indo pra escola armada, era uma pistolinha pequena, a 465. Eu tinha arma na mochila, poucos colegas sabiam que eu tava armada ali, com medo dele (Fagner) aparecer. (Marta, Baleeira)

Segundo Zilli (2015), imersos em uma cultura que valoriza a capacidade de exercer a violência, “a decisão de matar parece mais atrelada às regras do “mundo do crime” (onde não ser “desacreditado” representa quase uma condição de sobrevivência) do que a uma motivação associada a uma lógica utilitária, inerente ao negócio criminoso”. Marta não era uma criminosa, mas tinha na violência um parâmetro para resolução de seus conflitos. Zilli (2015) pontua que nas favelas, muitas vezes, deixar claro sua “disposição” para matar torna-se quase uma questão de sobrevivência além de fortalecer posições dentro dos grupos ao qual o indivíduo pertence.

Marta não apenas encarou como um desafio a tentativa de assassinato do ex, como deixou claro sua “disposição” para o revide, as ações tiveram consequências, sobretudo para o ex-namorado que segundo Marta relata, o jovem foi retirado da favela tendo voltado tempos depois, mas já convertido. A conversão aparece nos relatos de Marta, assim como nos de Joaquim e Dedé, que apresentamos na introdução desta pesquisa, e revelam um aspecto bem interessante sobre os conflitos na favela.

Nessa época do incidente, a favela não era uma favela só. A linha de trem (São Fidelis) dividia outra favela, a favela do Oriente e a favela Ilha do Cunha. Então eram três favelas, três facções rivais que disputavam entre eles. O cunhado de Fagner, Cajú, era chefe da Baleeira, e as outras duas tinham outros traficantes, o que dividiam eles, era a linha de trem. Então depois, quando uma foi pegando o poder da outra, elas acabaram se fundindo, então apesar de ainda manterem seus nomes, hoje tudo é Baleeira, B1, B2 e B3. Quando Cajú (cunhado de Fagner e chefe do tráfico da Baleeira) morre, quando matam ele, a família deixa de ter poder, que é a família do Fagner. Quando Fagner volta do Rio, já não tinha mais poder na favela, volta irmão.

Parece que lá é assim, a conversão vira uma forma de defesa. (Marta, Baleeira)

Abrindo aqui um parêntese, Marta sugere que a conversão possui íntima relação com a perda do status dos criminosos dentro da favela. Segundo Moraes e Siqueira (2019), as mortes que acontecem nas favelas, agem reconfigurando simbolicamente os espaços. “Nos casos específicos das mortes de “envolvidos”, essas se apresentam de modo ritualizado, pois emergem as proibições e liminaridades entre dominantes, sacrificados e sobreviventes” (MORAES; SIQUEIRA, 2019, p.156). A morte do ex-chefe do tráfico, segundo Marta, reverberou em mudanças no território, sobretudo para os sobreviventes. O ex-namorado e muitos outros converteram-se e perderam o status na favela.

A conversão surge como uma forma de reconstrução da pessoa social que desloca estigmas e permite aos indivíduos serem tratados realmente como “novas pessoas” dentro de vários contextos sociais, seja dentro ou fora da favela. No entanto, segundo Marta perder sua posição de prestígio na favela implica em abdicar junto à família dos “imóveis do tráfico”, que são as casas onde vivem os traficantes. Além disso, esses sujeitos perdem igualmente a oportunidade de gerenciar os comércios dentro da favela.

Marta relata que os melhores imóveis da favela são dos traficantes, possuem área de lazer, churrasqueira, piscina sendo completamente diferentes e contrastantes com as demais casas da comunidade. São consideradas “casas do tráfico”, porque apenas quem atua no mercado adquire direito de se instalar nelas, evidentemente a depender da posição do indivíduo na hierarquia do tráfico. Marta relata que um familiar é membro da ADA, e este, esposa e filhos vivem em uma dessas casas, mas apesar de todo o luxo que possuem em comparação ao resto da favela, constantemente a casa é alvo de batida policial. As casas do tráfico não possuem um dono fixo, os moradores são tão voláteis quanto o mercado, os traidores e apoiadores de um antigo chefe quando perdem status, como foi o caso do ex-namorado de Marta, são expulsos dos imóveis sem direito a qualquer reivindicação.

A conversão acaba servindo como mecanismo de defesa mas não exime os riscos de assassinato por antigos inimigos. A proteção fica resguardada apenas no território e a depender do grau de envolvimento do “antigo traficante” com o chefe do tráfico. São elementos como este que garantem a perpetuação e mantimento das regras da favela, ponto este que discutiremos mais profundamente no próximo tópico.

3.2 “Não é uma lei imposta, é natural. Existem regras, mas é difícil explicar” : quando as relações cotidianas são atravessadas por conflitos e/ou violências

Zaluar (1996) já havia indicado em seus estudos que dentro de grupos envolvidos com o narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro, valores atrelados à violência eram transmitidos aos jovens que entravam para o mundo da criminalidade por meio de uma estrutura simbólica e normativa que estabelecia padrões de conduta. Segundo Zilli (2015, p.468), “a posse de armas de fogo, a predisposição para usar a violência enquanto modo preferencial de resolução de conflitos e a disposição para matar marcariam a saída definitiva da infância e a aceitação [...] no mundo dos homens”. Zilli (2015) aponta que o uso da violência acabou se transformando em uma espécie de orientação, representação e modos de relação que imperam no universo e nas práticas impostas na rede do tráfico de drogas, de modo que nas mais corriqueiras situações de interação entre os atores, a violência demarca um espaço significativo nas relações como modo de resolução de conflitos.

Segundo Manso (2005) os atores, mesmo quando movidos por uma discussão banal, tendem a tomar medidas que são aceitas apenas no universo criminal, quando por exemplo sacam suas armas e matam terceiros. Não se tratam de ações que acontecem por estes jovens residirem em periferias ou por serem jovens e pobres, mas antes porque essas formas de resolução de conflitos se inscrevem nos códigos de relacionamento que permeiam suas vidas e que admitem o homicídio como uma resposta possível e legítima (MANSO, 2005). Segundo Manso:

Este indivíduo não deve ser visto como alguém inserido numa organização criminosa, mas como alguém que vive em um ambiente em que é forte a cultura da justiça privada. [...] A pessoa deve mostrar que não admite desaforos e, quando se sente ameaçada ou desafiada, deve se antecipar à própria morte, tentando matar para não ser morto. Em virtude dessa situação, os homicídios que parecem banais para os que observam de fora são considerados ‘necessários’ pelos seus autores. Até mesmo mortes decorrentes de brigas em bares acontecem por conta desses valores” (MANSO, 2005, p.105)

Tal panorama, como supracitado acima, foi o propiciador de um dos maiores conflitos em Campos dos Goytacazes. Siqueira (2016) aponta que a entrada da cocaína produziu um novo padrão de criminalidade em Campos, atravessado sobretudo por práticas explícitas de violência relacionadas ao varejo das drogas. As favelas da Baleeira e do Oriente, que

antigamente compunham duas favelas diferentes e vizinhas, foram os primeiros territórios a “ter bocas de fumo e expandir seus negócios com a cocaína” na cidade de Campos dos Goytacazes (Siqueira, 2016, p.72). Ainda em meados da década de 1980, a Baleeira estabeleceu acordo com outra favela da região para estabelecer uma rede de fornecimento de drogas, a favela em questão era a Tira Gosto, que se encontra no lado oposto da cidade. Logo após o acordo, as favelas da Baleeira e Tira Gosto construíram relações comerciais formando um único grupo, mas cujo comando era pertencente à favela da Baleeira (SIQUEIRA, 2016).

Segundo Siqueira (2016) com o movimento crescente das três bocas, a cidade de Campos dos Goytacazes passou a dispor de três polos centrais de venda de cocaína na cidade: o Oriente, a Baleeira e a Tira Gosto. E com a crescente comercialização das drogas passaram a surgir conflitos entre os três territórios, fazendo-se assim romper a relação de mercado e amizade entre as duas favelas. Segundo Siqueira (2016) foi entre os anos de 1990 e 1991, que ocorreu o conflito que levou à ruptura entre a favela da Baleeira e Tira Gosto, conflito este que perdura até a atualidade propiciando uma grande guerra entre suas respectivas facções: ADA e TCP.

O motivo que gerou o rompimento e a quebra de relações comerciais nas duas favelas de modo resumido foi “um comentário feito pelo gerente do tráfico da Baleeira que foi considerado desrespeitoso, até mesmo como uma afronta, em relação à mulher do gerente do tráfico da Tira Gosto” (SIQUEIRA, 2016, p.75). Segundo Siqueira,

Assim, que o gerente da Tira Gosto ficou sabendo do ocorrido chamou um amigo e foi na Baleeira “tirar a situação a limpo” [...]. Ao chegar à favela buscou o pivô da situação para saber sobre o ocorrido, mas ninguém apareceu ou o atendeu. Ele retornou para casa insatisfeito com os acontecimentos. O chefe da Baleeira percebendo que o desfecho acabaria sendo prejudicial para os negócios foi no dia seguinte a Tira Gosto para resolver a questão. Enquanto aguardavam para serem atendidos o chefe e outro gerente da Baleeira resolveram “apertar um baseado” [...], o que naquela época era considerado uma ofensa, um desrespeito às leis do tráfico, pois, não era permitido fumar “a luz do dia” na frente dos moradores e das crianças. Esse foi estopim para que em seguida ocorresse o assassinato dos dois. (SIQUEIRA, 2016, p.75)

Segundo ainda Siqueira (2016, p.76), após o assassinato, houve uma tentativa malsucedida dos traficantes da Tira Gosto em invadir a Baleeira o que então propiciou uma grande rivalidade entre as duas favelas que perdura até os dias atuais, “os traficantes da Baleeira prometem se vingar pela traição cometida e encontrar o corpo que até hoje eles não sabem onde

foi descartado” do antigo chefe do tráfico. Segundo Zilli (2015), as dinâmicas de violência, conflitos e mortes protagonizados pelas facções e comandos dentro das favelas, quase sempre se encontram associadas “a uma complexa trama de valores, códigos morais e estruturas normativas particulares que, no linguajar dos próprios atores, materializa-se sob duas expressões: ‘lei da favela’ e ‘mundo do crime” (p. 474).

Para Marta e Raquel, as leis da comunidade foram desde cedo internalizadas, mesmo porque são leis que atravessavam as próprias relações familiares como Marta nos revela abaixo, retomando aqui sua narrativa já apresentada no capítulo anterior, quando nos relata sobre o jogo do bicho:

*Na comunidade, já falei isso muitas vezes, **a gente aprende a viver**, então ou você apanha ou você bate, é a lei da vida. É a lei da comunidade. Eu lembro que a gente brincava muito na rua e papai falava assim: se você apanhar na rua você vai apanhar em casa, então não adianta chegar em casa chorando que você vai apanhar de novo. Então, desde pequena eu aprendi que por mais que eu apanhasse na rua, eu nunca ia chegar em casa chorando porque senão eu ia apanhar de novo e **foi aí que eu comecei a me armar para a vida**. Por que ali na comunidade era assim.*

*E aí nesse barzinho a gente vendia as coisas, bebida, pão e ainda tinha o jogo do bicho. Na época eu não tinha ideia da contravenção, porque como eu te disse, **na comunidade a lei funciona de forma diferente**. Totalmente de forma diferente. Então o que a gente acha daqui de fora, sociedade fora da favela, acha que é ilícito, lá dentro não necessariamente é. **Tanto que o jogo do bicho na favela não é ilícito**. Se você chegar na venda, até hoje, de Amaro por exemplo, você vai fazer o jogo do bicho normal. Não tem essa coisa de que é ilícito. É um processo **natural**, tanto que eu escrevia o jogo de bicho e eu era uma criança. Eu só vou perceber a questão das ilegalidades da vida depois, muito depois da faculdade. Porque até então, o **processo é natural**, e vem da minha formação de vida né, então assim o que que é ilegal? (Marta, Baleeira)*

Raquel igualmente nos relata suas percepções sobre as leis da favela vigentes na Cidade de Deus, mas diferente de Marta sua visão é fortemente entrelaçada às formas como o tráfico produz a resolução dos conflitos dentro do seu território.

Olha, aqui na Cidade de Deus a gente tem leis que precisam ser respeitadas, então é algo que existe sim, mas a gente aprende vendo o outro. Não é uma lei imposta, é natural. Existem regras, mas é difícil explicar. Por exemplo, aqui eu não vejo muita violência ou pessoas sendo assassinadas e tudo mais. Eu já vi casos, por exemplo, de violência doméstica, que não chamavam a polícia, mas conversavam com o traficante para resolver. Lá na parte da Treze, lá teve muito relato nesse jornal da comunidade de tipo assim,

crackudo entrou dentro da casa dos outros pra roubar coisa, aqui é mais difícil de acontecer isso, mas quando acontece a pessoa ao invés de chamar a polícia, ela vai falar lá com os nossos ‘amigos’, vamos dizer assim. Eu até brinco com minha mãe que eles são os advogados. Mais assim, recorrer a eles depende muito do problema também, porque por exemplo, aqui onde eu moro tem uma síndica que ela é ‘uó’, o cão chupando manga, e assim, eu já discuti com ela recentemente. Cara, e eu fiquei pensando pô por acaso se eu levantasse a mão e desse nela, ela provavelmente iria recorrer a eles (traficante), porque ela é marrenta. Ela tem uma lojinha que é de frente pra boca, e aí só porque ela troca gentilezas com eles, só porque tem um contato próximo com eles, ela se acha a rainha da cocada preta. E aí quando eu tive essa discussão com ela, por causa de portão, cara eu me tremi toda de raiva e me deu vontade de descer o cassete nela, porque não foi a primeira vez que ela já me causou raiva, ela inclusive já discutiu com minha mãe uma vez e pegou um pedaço de madeira e ficou ali na rua, ameaçando minha mãe com um pedaço de madeira, afrontando minha mãe. Ela é muito escrota, não sei nem explicar, é uma pessoa intragável. Só que se eu descesse o cassete nela, provavelmente ela ia falar com eles, e eu não sei o que aconteceria comigo. Então assim, depende do que acontecer que talvez eu recorresse a eles ou não. Mas a maioria das coisas é tudo com eles mesmo. Quando acontece algum problema, ninguém menciona a polícia como forma de resolver, menciona os caras né porque é mais certo que o problema vai ser resolvido, eles que de certa forma dão, assim, um corretivo. (Raquel, Cidade de Deus)

Segundo Zilli (2015), a “lei da favela” parece referir-se a um conjunto de crenças, normas, valores e condutas que regulam as relações desenvolvidas entre os membros do tráfico de drogas e suas comunidades locais, baseando-se fortemente em uma série de valores tradicionalistas que por vezes justificam e legitimam práticas violentas como meios de lidar com situações de conflito. Dentro da complexa teia de valores e normas que permeiam as “leis da favela”, o autor destaca a importância e a centralidade que são atribuídos à lealdade, fidelidade, honestidade, hombridade e respeito nas relações desenvolvidas e estabelecidas nestes territórios.

Marta relata em diferentes momentos episódios que corroboram a ideia de que a “lei da favela” não constitui um fator estruturante apenas das relações, mas também da própria organização da favela. A lei determina a divisão do trabalho naquele espaço e dentro das ilegalidades, determinam as relações de poder e as formas de controle e punição aplicadas, desempenham importante contribuição na forma como os moradores podem e devem comportar-se, afetando não apenas a esfera pública das relações, mas também a privada. A própria ideia de transgressão não envolve necessariamente relação com o que está prescrito

dentro das normas do sistema jurídico formal. Exemplo que é explicitado quando Marta discute a respeito do jogo do bicho.

Agora se as “leis da favela” regulam as relações estabelecidas entre o tráfico de drogas e a comunidade, o respeito às leis não deve, no entanto, ser confundido com uma pactuação dos moradores com as atividades do tráfico. Leite (2005) em seu estudo aponta que as teses de convivência dos moradores de favela com a criminalidade violenta devem ser revisitadas. Segundo a autora:

[...] muitas pessoas entrevistadas, especialmente dirigentes das associações de moradores e líderes comunitários, revelam sua fragilidade diante do poder dos traficantes de drogas em seus locais de moradia e ponderam que, diante dos confrontos entre narcotraficantes e polícia ou das guerras entre narcotraficantes entre os primeiros, sua única alternativa é a neutralidade. (LEITE, 2005, p.68)

Leite (2005) destaca que o poder exercido pelo tráfico dentro destes territórios está intimamente relacionado à forma como o Estado se faz presente nestes espaços, em geral mais pelas ausências, onde não há qualquer institucionalidade confiável para regular as relações cotidianas da comunidade (Leite, 2005, p.68). Raquel por exemplo, contribui para pensarmos como as “leis da favela” atuam como mecanismos mobilizados por moradores para resolução de diferentes conflitos. Ela relata pelo menos três situações em que normalmente o tráfico é requerido como mecanismo de resolução de conflitos: episódios de violência doméstica, roubos e problemas na vizinhança como o fatídico dia em que ela própria desejou “descer o cassete na vizinha”.

Não é uma lei imposta, é natural[...] eu já vi casos, por exemplo, de violência doméstica, que não chamavam a polícia mas conversavam com o traficante para resolver. Lá na parte da Treze, lá teve muito relato nesse jornal da comunidade de tipo assim, crackudo entrou dentro da casa dos outros pra roubar coisa, aqui é mais difícil de acontecer isso, mas quando acontece a pessoa ao invés de chamar a polícia, ela vai falar lá com os nossos ‘amigos’. [...] aqui onde eu moro tem uma síndica que ela é ‘uó’, o cão chupando manga, e assim, eu já discuti com ela recentemente [...] Só que se eu descesse o cassete nela, provavelmente ela ia falar com eles, e eu não sei o que aconteceria comigo. Então assim, depende do que acontecer que talvez eu recorresse a eles ou não. (Raquel, Cidade de Deus)

Em geral as formas de correção impostas pelo tráfico variam entre intervenções verbais a surras e espancamentos para os transgressores, ponto que voltaremos a debater ao longo da discussão, mas aqui cabe frisar um aspecto que nos pareceu sobressaltar: uma espécie de caráter pedagógico que há nas formas de resolução dos conflitos na favela. Para adentrarmos nessa discussão, evoco os trabalhos de Luís Roberto Cardoso Oliveira (2008) e Daniel Schroeter Simião (2005).

Simião (2005) nos apresenta o seguinte panorama em seu estudo: culturalmente, o uso da força torna-se uma ferramenta legítima dotada de uma intenção pedagógica, quando é socialmente reconhecida dentro das relações de comunidade como mecanismo de reposição da ordem no domínio das relações interpessoais (2005, p.85). Segundo Simião (2005), a ideia de que a violência e a força possam ser empreendidas como mecanismos pedagógicos por mais que possam causar estranheza, se considerarmos o histórico de relações que se desenvolvem dentro das comunidades locais e as formas como elas próprias concebem justiça, seu uso pode ser facilmente entendido como resultado da maneira “que os grupos dão sentido às experiências de uso da força” (2005, p.86).

Simião e Oliveira discutem e exemplificam em seus trabalhos, a possibilidade de que o uso da força possa servir como instrumento pedagógico, tendo como norte as maneiras pelas quais homens e mulheres do Timor Leste resolviam seus conflitos conjugais

Tradicionalmente, os timorenses concebiam várias situações em que bater nas mulheres e nos filhos, ou eventualmente apanhar da mulher nas mesmas circunstâncias, tinha um aspecto pedagógico. Bater para corrigir problemas de comportamento seria uma atitude legítima entre marido e mulher ou entre pais e filhos, desde que fosse feito com moderação. [...] Entretanto, a forte atuação de ONGs e organismos internacionais no combate a essas práticas, [...] têm mudado esse quadro. [...] Com a criminalização das agressões (físicas) à mulher em sentido amplo, foram inviabilizados, em grande medida, os procedimentos tradicionalmente acionados para o equacionamento desse tipo de conflito [...]. (OLIVEIRA, 2008, p.143)

Segundo Oliveira (2008), a agressão física, no passado, constituía para os timorenses prática socialmente reconhecida de resolução de conflitos familiares, no entanto, quando tal agressão perde o seu sentido pedagógico e sua legitimidade é que a sociedade passa a caracterizar práticas até então rotineiras e cotidianas dentro de suas relações como um ato de violência a ser socialmente recriminado. Segundo Oliveira (2008), quando se assume o caráter

violento do ato, este deixa de ser concebido apenas como uma *agressão física*, mas passa a ser antes, uma *agressão moral* à vítima.

Não obstante, quando o bater se constitui numa nova forma de agressão, dirigida à pessoa da vítima e representada como um desrespeito ou negação de sua identidade como pessoa moral, a agressão ganha ares de “violência doméstica” e passa a ser intolerável. Essa mudança aparece claramente na descrição que Simião faz do caso da timorense que durante onze anos apanhara do marido sem que isto fosse um problema na relação, até o momento em que ela passou a conviver com estrangeiros no escritório local da Cruz Vermelha onde trabalhava; para surpresa do marido, decidiu pedir divórcio. Segundo Simião, “a dor física que ela sentiu durante anos agora se somava a uma dor moral. O sentido do ato da agressão mudara, mudando com isso, as suas consequências”. (OLIVEIRA, 2008, p.144)

Não iremos adentrar nas nuances que percorrem a rede e as relações familiares desenvolvidas pelos timorenses, mesmo porque não é nem esse nosso objetivo, mas é importante destacar como pontua Simião (2005), que o uso da força nas relações familiares sempre foi prática comum em praticamente todos os grupos étnicos do Timor Leste e até o momento em que a agressão não era carregada de uma dimensão moral que lhe conferia sentido de insulto, certas ações não eram percebidas como violência. Nosso interesse nesse ponto consiste em discutir exatamente a dimensão moral que norteiam as relações sociais.

Simião (2005) e Oliveira (2008) não contrariam a ideia de que o uso de força seja considerado uma agressão, mas indicam que no plano moral, tal ação pode não ser interpretada como insulto por quem a sofre, a depender dos valores e regras morais sancionados socialmente em determinada comunidade. Segundo Simião (2005), frequentemente atos que não necessariamente envolviam formas de agressão física podiam ser lidos pelos timorenses como graves insultos e, portanto, eram caracterizados como violências.

A “lei da favela” nos parece aqui apontar para um instrumento pedagógico socialmente reconhecido e legitimado por moradores de comunidades e favelas. Não me aparenta, pelo menos a partir das colocações de Marta e Raquel, que as possibilidades de castigo que partem do tráfico representam a elas, formas de desrespeito ou negação da identidade das pessoas vítimas da ação violenta. Mesmo porque a realidade que elas me narram é fortemente marcada por valores e condicionalidades que são antes percebidas como naturais, como elemento constituinte da experiência de quem vive nas favelas.

Olha, aqui na Cidade de Deus a gente tem leis que precisam ser respeitadas, então é algo que existe sim, mas a gente aprende vendo o outro. Não é uma lei imposta, é natural.[...] (Raquel, Cidade de Deus)

Simião indica sobre esse aspecto, que “o que é visto como justo motivo para a agressão costuma estar associado, em geral, a um comportamento indevido, para a correção do qual a agressão física com o sentido de castigo é o caminho mais adequado” (2005, p.235). Raquel nos parece não só reconhecer a legitimidade da “lei de sua favela”, mas as possibilidades e o direito de acionar, ela própria, tais recursos como formas de resolução de conflitos.

Quando acontece algum problema, ninguém menciona a polícia como forma de resolver, menciona os caras né [...] Então assim, depende do que acontecer que talvez eu recorresse a eles ou não. (Raquel, Cidade de Deus)

Não se trata de afirmar aqui, que Marta e Raquel concordem necessariamente com tais práticas de violência como formas de equacionar conflitos nos seus respectivos território ou mesmo que elas próprias não os enxerguem como violentos, mas ressaltar que tais ações mesmo que carreguem uma natureza violenta constituem códigos e normas que perpassam as relações dentro da comunidade, fazendo sentido para quem ali vive. São como indicou Zilli (2015), códigos supervalorizados e legítimos enquanto mantenedores de ordem e respeito no espaço e que por um outro espectro sustenta igualmente a manutenção e a força das facções e do tráfico nesses espaços. Segundo Zilli (2015), a conquista e a manutenção do respeito junto ao restante da comunidade pode não só trazer vantagens materiais e simbólicas ao comando local, como também “em última instância, preservá-la de ameaças e agressões externas, ou conferir vantagens competitivas na eventual resolução de conflitos locais” (p. 476).

Zilli acrescenta que o poder dos grupos organizados a nível local se orienta em geral por dois caminhos, defender e proteger a comunidade, e ao mesmo tempo resguardar a proteção das redes ilegais presentes na favela, determinando inclusive quais comportamentos dos moradores devem ser acionados e os que devem ser evitados como, por exemplo, “acionar a polícia para registrar ocorrências, denunciar às autoridades a práticas de delitos na comunidade, prestar depoimentos sobre crimes já ocorridos” (ZILLI, 2015, p.476). Perspectiva esta que vai de encontro ao que Marta me relata:

Olha tem uma hierarquia na favela né, você não pode fazer bagunça, você não pode roubar dentro da favela, não pode acontecer nada que faça a polícia chegar ali, porque a polícia atrapalha o tráfico e todo o movimento

deles, então se você quebrar essas regras, vai ter problemas. Tanto que papai e mamãe conversavam muito com a gente, a polícia chegava e você tinha que esconder as drogas em casa. Você não é traficante, mas a polícia tá vindo, o traficante vem e manda você guardar a droga em casa, você guarda, e aí ele (pai) sempre tinha que guardar lá no bar, e ele falava com a gente 'ei, cuidado, não pega nada de ninguém' e tal, então ele tinha medo da gente ser preso por uma coisa que a gente não fez. E assim, papai não bebia, só fumava cigarro, mas ele não deixava a gente fumar. Ele fumava Hollywood, lembro até hoje. Até uma vez eu peguei um cigarro, ele viu e meu deu um tapa na boca que chegou até inchar, ele falava 'não é porque eu fumo que vocês vão fumar também', então era assim, a gente tinha um bar mas não entrava bebida alcoólica em casa e nem nada. Mas quando o tráfico vinha, a gente tinha que esconder. (Marta, Baleeira)

Segundo Machado da Silva e Leite (2007) o fato de os traficantes compartilharem o mesmo território com os moradores das favelas em que atuam, acaba possibilitando que se desenvolva nestes espaços um controle muito mais rígido do tráfico sobre a população local em comparação a atuação da polícia nessas localidades. Os autores pontuam que muitas vezes, “o silêncio e a submissão diante da violência do tráfico constituem as respostas possíveis à opressão dos traficantes, diante do que vivenciam como isolamento e desamparo” do poder público (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007, p.569). Tal silêncio não pode ser traduzido, no entanto, como passividade ou conivência, mesmo porque aos moradores da favela a “lei do silêncio” lhes serve pelo menos com relação ao tráfico, como dispositivo de defesa.

Segundo Machado e Leite (2007), silêncio e omissão além de dispositivos de defesa da população local, configuram-se também como formas de “ajustamento dos moradores aos dilemas postos pela atual configuração da violência policial e criminal, com vistas a prosseguir em suas atividades regulares” (p.570). Nesse ponto, achamos conveniente discutirmos no próximo tópico do capítulo, as percepções de Marta e Raquel sobre segurança e insegurança e a relação de ambas com o tráfico de drogas e com a polícia.

3.3 “Nunca quis ser delegada pra prender pobre, eu sempre quis ser delegada pra prender rico” : a corrupção policial e os impactos da criminalização de condutas pelo olhar de moradoras de favelas

Segundo Lima e Miranda (2019) a popularização do uso de drogas ao longo da década de 1960 somada a “efervescência política e cultural da época, deflagrou uma intensa produção legislativa em matéria penal nos Estados Unidos da América e em diversos países latinos” (p.450). Tal cenário abriu espaço para a construção das políticas antidrogas, fortemente

marcadas desde seu surgimento pelo proibicionismo e controle penal. Segundo Rosa Del Olmo (1990) desde o momento em que passam a atrair atenção pública, começam a reverberar sobre as drogas, produções em livros, artigos e entrevistas repletos de preconceitos morais, dados falsos e sensacionalistas que apenas contribuiu para que a sociedade temesse e quisesse a todo custo criminalizar as drogas.

Lima e Miranda (2019) indicam que tal sistemática foi então introduzida nos ordenamentos jurídicos, por meio das Convenções Internacionais das Nações Unidas, posteriormente sendo adotadas pelos países latino-americanos. Sistematizou-se nessa época medidas de controle não só ao uso mas também a distribuição das drogas, sendo, no entanto, asseguradas sua disponibilidade para uso terapêutico. Tal cenário contribuiu para que se desenvolvesse o que Vargas (2000) denominou como partilha moral entre drogas e fármacos, onde a licitude e ilicitude das drogas tornaram-se os critérios balizadores para determinar condutas desviantes na sociedade. Segundo o autor:

[...] é preciso se precaver contra a naturalização da distinção entre drogas lícitas e ilícitas e reconhecer um fato aparentemente óbvio, mas cujo impacto na discussão do problema das drogas não tem sido muito considerado pelos especialistas, a saber, que drogas não são apenas aquelas substâncias químicas, naturais ou sintetizadas, que produzem algum tipo de alteração psíquica ou corporal e cujo uso, em nossa sociedade, é objeto de controle (caso do álcool e do tabaco) ou repressão (caso das drogas ilícitas) por parte do Estado. Mesmo que trivial, é preciso não esquecer que drogas são ainda todos os fármacos. Daí o problema das drogas não implicar apenas considerações de ordem econômica, política, sociológica ou jurídico-criminal, tendo sido considerado um problema “ eminentemente médico ” desde que se tornou em nossa sociedade, o que não faz assim tanto tempo, um problema de drogas. E as implicações desse vínculo entre drogas e medicina não são absolutamente desprezíveis, já que os saberes e as práticas médicas foram historicamente investidos, entre nós, na posição de principais instrumentos de legitimação da partilha moral entre drogas lícitas e ilícitas por fornecerem, para a sociedade em geral e com a força da autoridade científica que costumamos emprestar-lhes, os critérios para tal partilha. (VARGAS, 2000, p.2)

Apesar da partilha moral que há entre drogas lícitas e ilícitas, Lima e Miranda (2019) destacam que houve desde o momento em que foi elevado ao patamar de “problema”, uma tendência corrente entre as nações de aderir ao enfrentamento das drogas por meio de políticas repressivas. Na América Latina primou-se por adotar assim como nos Estados Unidos, a abordagem da “guerra às drogas”, em que a premissa consistiria, conforme indica Marcos Rolim (2006), em livrar a sociedade das drogas por meio de medidas repressivas.

Segundo Salo de Carvalho (2016) sobre a política proibicionista vigente na sociedade:

O balanço apresentado possibilita verificar que a estratégia internacional de guerra às drogas sustentada pela criminalização (a) não logrou os efeitos anunciados (idealistas) de eliminação do comércio de ou de diminuição do consumo, (b) provocou a densificação no ciclo de violência com a produção de criminalidade subsidiária (comércio de armas, corrupção de agentes estatais, conflitos entre grupos, por ex.) e (c) gerou a vitimização dos grupos vulneráveis (custo social da criminalização), dentre eles consumidores, dependentes e moradores de áreas de risco. (CARVALHO, 2016, p.121)

Segundo Carvalho (2016) a atual política sobre drogas é atualmente usada como técnica de colonização cultural “cujos danos aos usuários e à sociedade superam os problemas decorrentes do abuso de entorpecentes - incremento da violência, encarceramento em massa e corrupção dos agentes estatais” (p.125). O custo social da guerra às drogas é agravada na atualidade pelas muitas controvérsias que envolvem o tratamento dado às drogas na sociedade, de um lado há como Vargas (2000) indica uma situação paradoxal em que ao mesmo tempo em que se reprime o uso de certas drogas (ilegais) estimulam-se o consumo de outras (legais), como no caso dos remédios prescritos que tem em vistas a produção de corpos saudáveis, e de outro lado temos também práticas contraditórias dos próprios agentes estatais que reprimem e ao mesmo tempo facilitam a comercialização das drogas, através de práticas corruptivas e suborno.

Raquel acredita que a principal diferença entre a violência policial e as batidas que acontecem na área onde ela vive (Boca dos Apês) e a Treze, estão atreladas à relação estabelecida entre os policiais e traficantes.

Então, a facção predominante aqui é o Comando Vermelho. Mas assim, onde eu moro (Boca dos Apês) tem um chefe específico do tráfico, e na outra parte lá na Treze e tudo mais, é um outro comando. Eles não têm conflitos entre si, só que assim, um é mais na dele, que é o daqui onde eu moro. O de lá de fora, vou dizer assim pra ficar mais claro, ele é mais marrento, porque a gente até chega a dizer que os bandidos daqui onde eu moro nessa parte da Cidade de Deus, eles são meio bananas e porque a gente diz isso, porque o chefe daqui ele tenta comprar a polícia. Quando tem operação, os meninos sabem, a polícia chega e a boca não tá montada e tudo mais, eles sabem da operação antes dela acontecer. E aí a polícia sempre vai de forma mais violenta pro outro lado, lá pra Treze. E aí já teve vez do Caveirão vim, passar no posto que fica aqui em frente de casa, que é o momento que todo mundo fala que eles passam para pegar a propina, a gente até brinca 'hoje o baile vai acontecer' (risos). (Raquel, Cidade de Deus)

Nos utilizaremos aqui do conceito de economia moral de Didier Fassin para pensar o mercado das drogas e o mundo do crime, mesmo porque não estamos aqui tratando como pontua o autor de “uma economia política em que o mercado impõe sua dura lei: também estamos lidando com uma economia moral que nos faz lembrar que outra forma de troca é possível” (FASSIN, 2019, p.32). Segundo Fassin (2019) a economia moral refere-se a dois níveis distintos de configuração, primeiro reflete um sistema de comércio de bens e serviços, sendo uma extensão dentro da sociedade do “compromisso de seus membros uns com os outros através da troca de bens e serviços dentro da família e em redes de dependência” (2019, p.33); e ao mesmo tempo a economia moral é também um sistema de normas e obrigações.

Segundo Fassin (2019), a economia moral envolve o campo da avaliação e da ação que naturalmente pode se relacionar à economia, mas pode igualmente relacionar-se a outros tipos de atividades sociais. Segundo o autor,

Pensar em termos de economias morais é dar a si mesmo os meios para apreender o “lado” dos desordeiros [...], restabelecendo a coerência e o significado dos sistemas de valores e normas, emoções e sentimentos, sem os constituir, correndo o risco de encerrá-los em subculturas.(FASSIN, 2019, p.47)

Quando estamos aqui problematizando as relações entre policiais e traficantes em termos de uma economia moral, objetivamos destacar a complexa teia de relações possíveis entre esses “diferentes atores” que não se limitam a episódios de violência e conflitos armados. As interações entre policiais e traficantes envolvem possibilidades potenciais de trocas e negociações entre esses agentes, cujo objetivo e resultado final das interações são atravessadas pelos interesses de manutenção das atividades ilegais. Misse (2007) ao apresentar as principais redes de mercados ilegais no Rio de Janeiro, argumenta que a compra e venda de mercadorias políticas como a “(extorsão e corrupção, venda de proteção, acesso a informações sobre operações policiais etc.) constitui uma das principais chaves para a compreensão da acumulação social da violência no Rio de Janeiro”, todas provocando diferentes reações morais dentro da sociedade (2007, p.157).

Segundo Zaluar e Barcellos (2013) o crime organizado é, de fato, aquele que melhor se entende “pela teoria da escolha racional [...], visto que tem o objetivo claro de manter aquelas atividades que negociam bens e serviços maximizando os ganhos e minimizando as perdas” (p.20). Segundo os autores, a necessária organização de ações que objetivam obstar a acusação judicial, seguindo suas atividades fora e contra a lei, só poderiam ser montadas “onde se conta

com a cumplicidade de encarregados do combate ao crime” (ZALUAR; BARCELLOS, 2013, p.20). Consideramos nesse ponto pertinente destacar o relato de Marta:

O direito entrou na minha vida justamente querendo fazer justiça contra esse povo (policiais). Meu sonho era ser delegada federal, nunca quis ser delegada civil. Nunca quis ser delegada pra prender pobre, eu sempre quis ser delegada pra prender rico. Porque eu sei que quem para na favela é o rico pra comprar droga, não é o pobre. Eu via muito a corrupção da polícia lá na favela, é latente, muito latente. Eu não dou conta de policial. Gente, por que eu fui entrar numa área de segurança? [risos] Lá na favela você vê como a polícia funciona, tem uns carros da polícia que chegam só pra pegar dinheiro, combinado. É uma milícia, conversam com os traficantes, dão tapinhas no ombro, pegam um bolo de dinheiro e vão embora pra casa. É até engraçado, tem um usuário de droga que só vivia na favela pra comprar droga, era dentista, vivia lá e parava o carro em frente à minha casa. Aí lá você vê quem é essa população que é usuária de droga, e do outro lado você vê quem é a população que tá presa. Então são dois pontos totalmente diferentes. Quando eu fiz direito, eu fiz pra ser delegada federal, porque eu queria pegar esses grandões de cima. Porque assim, se formos pensar o tráfico, ninguém na favela planta maconha, ninguém na favela faz refinaria de cocaína, como essa droga chega? quem é que vai preso? então o meu desejo no Direito era justamente começar de cima pra baixo. Vamos deixar os de cima solto? E aí eu fiz a junção. Fiz o Serviço Social pra juntar as leis que preciso pra minha profissão. O direito me ajudou muito no Serviço Social, porque eu fui pro Caps, de novo me remetendo a quem? aos usuários que eu sempre defendi, o preto e pobre. E o que me deixa triste, é que se você for olhar quem é a PM, quem é a guarda, quem é o pessoal da segurança pública, a maioria é quem? os oprimidos, a maioria dos seguranças são negros, favelados, mas que quando estão em uma determinada posição, oprimem o negro, o pobre favelado que tá ali. Olha no shopping, quem são os seguranças? e aí quando entra um negro e pobre, quem ele olha? e se você olhar na guarda, que é a minha casa, quem são os guardas? a maioria é negra, pobre, fez um concurso pra ganhar 2 mil reais na época. Você acha que um rico faz concurso pra ganhar 2 mil reais pra ficar acordado, vigiando coisa dos outros? E aí quando chega na hora dele ajudar, ele bate na cara de alguém que tá fumando maconha no jardim. Então não dá pra entender. E aí eu bato muito de frente com a instituição por causa disso. Eu e meu colega daqui, a gente denuncia muito isso, a gente denuncia o comandante que tá recebendo propina, a gente denuncia o guarda que pega dinheiro na ponte. Então são coisas que incomodam. Eu tenho mais empatia pelo sujeito que tá pagando sua pena, mesmo que seja bandido, envolvido no tráfico, mas que tá cumprindo pena, do que por esses grandes que não são responsabilizados. E assim, pra mim todos tem que pagar, independentemente de ser rico ou pobre. (Marta, Baleeira).

Tendo como norte os apontamentos trazidos por Marta e Raquel fica evidente que as relações desenvolvidas entre traficantes e policiais podem ser, de fato, complexas e conflituosas, mas não se encerram necessariamente na tentativa de assassinato uns dos outros.

[...] o chefe daqui ele tenta comprar a polícia. Quando tem operação, os meninos sabem, a polícia chega e a boca não tá montada e tudo mais, eles sabem da operação antes dela acontecer. E aí a polícia sempre vai de forma mais violenta pro outro lado, lá pra Treze. (Raquel, Cidade de Deus)

Depreende-se a partir do relato de Raquel que existem divergências nas formas pelas quais a polícia circula nas áreas que compreendem a favela Cidade de Deus. As possíveis relações comerciais desenvolvidas entre policiais e traficantes contribuem, segundo a narrativa de Raquel, para que a polícia não só faça “vistas grossas” para a realização dos bailes funks como também contribui para que o comércio das drogas na região não seja interrompido. Uma das consequências aparentes é que, ao que Raquel indica, reverberam sobre a área da Treze, os impactos mais violentos da ação policial.

Marta em contrapartida reflete sobre os impactos da criminalização que se adensam nos conflitos e relações desenvolvidas entre policiais, traficantes e com a própria comunidade local. Apesar dos policiais participarem da cadeia produtiva do tráfico, o que fica explícito no seu relato, é um incômodo para ela o fato das medidas de contenção da criminalidade e os julgamentos morais incidirem apenas sobre um dos segmentos que atuam nessa atividade, aqueles mais carentes e que se encontram na ponta do tráfico de drogas.

Segundo Adorno, a violência policial teve uma escalada ímpar ao longo dos últimos anos, mas paradoxalmente, “ampliaram-se as oportunidades de envolvimento de policiais (civis e militares) com essa delinquência violenta, dados os atrativos financeiros oferecidos pelo tráfico de drogas, sequestros e outras modalidades de ilícitos penais” (1995, p.319). A percepção de Marta quanto à criminalização e sujeição de determinados segmentos é latente, como nos apresentam Misse e Vargas em seus respectivos trabalhos. Vargas aponta que o tráfico de drogas pode ser visto como uma indústria altamente lucrativa, cuja participação não fica restrita aos sujeitos vulnerabilizados. Na economia do tráfico, estão presentes uma série de indivíduos de classe e origem completamente diferentes, mas que operam na mesma lógica para manutenção do mercado vendendo suas expertises:

[...] camponeses empobrecidos, traficantes sem escrúpulos, banqueiros e executivos gananciosos, milícias clandestinas, policiais e políticos corruptos, olheiros e soldados mirins, “mulas” jovens ou idosas, químicos e pilotos,

médicos, advogados e outros profissionais dispostos a vender suas expertises a quem pagar melhor - oriundas de diferentes estratos sociais, de diversas formações culturais, de distintas partes do mundo. (Vargas, 2001, p.23)

No entanto, como indica Feffermann (2007) as contínuas ações de repressão postas na “luta contra as drogas” não afetam igualmente todos os grupos sociais, o que é prática proposital dessa indústria. As ações policiais em morros e favelas do Rio de Janeiro para cumprir mandados de prisão e busca e apreensão de drogas quase sempre são de caráter violento e causam pânico nos moradores que ficam expostos e sob o fogo cerrado entre as facções criminosas, que gerenciam o varejo do tráfico nos morros, e os agentes do Estado responsáveis por essas operações. Silva & Leite (2008) chamam a atenção para o caráter arbitrário da conduta dos policiais durante essas operações que são geralmente violentas e imprevisíveis, deixando assim os moradores totalmente desprotegidos e submetidos à guerra que se estabelece entre agentes e traficantes.

As chacinas, expressões máximas desse conflito, não são eventos recentes, mas rotineiros na realidade brasileira, de acordo com Hirata et al (2022), desde os anos 1990, o Rio de Janeiro testemunhou uma sucessão de chacinas, dentre elas destaca:

[...] 11 jovens (dos quais 7 menores) foram assassinados na favela de Acari (1990), 8 moradores de rua (dos quais 6 crianças e adolescentes) foram assassinados enquanto dormiam em frente à Igreja da Candelária (1993) no Centro do Rio, 22 pessoas (incluindo uma família inteira) foram assassinadas dentro de suas casas na favela de Vigário Geral (1993) e 13 pessoas foram mortas por policiais na Chacina de Nova Brasília (1994). A recorrência desses eventos seria posteriormente reiterada com as chacinas do Maracanã (1998), do Borel (2003) e do Via Show (2003), que resultaram, cada uma, na morte de quatro jovens, a Chacina da Baixada Fluminense (2005) deixou 29 mortos e a chamada “Chacina do Pan” (2007) resultou na morte de 19 pessoas durante uma operação policial no Complexo do Alemão. Mais recentemente, 15 pessoas foram assassinadas pela polícia no Morro do Fallet-Fogueteiro (2019) e, finalmente, a Chacina do Jacarezinho (2021) resultaria em 28 mortes. Lembramos aqui algumas das chacinas mais emblemáticas que ocorreram na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas em outras partes do país uma série de eventos semelhantes – como os massacres do Carandiru (1992) e de Eldorado dos Carajás (1996) - deixariam evidente que as chacinas são parte constitutiva da democracia brasileira. (HIRATA et al, 2022, p.4)

Em todas elas, Hirata et al (2022) destaca que houve participação dos policiais, seja de modo velado com participação dentro de grupos de extermínio, ora de forma explícita como ficou claro no caso do Jacarezinho. Em sentido expreso, chacina pode ser entendida como

uma ação cujo resultado é o assassinato de muitas pessoas ao mesmo tempo, um assassinato coletivo.

Silva, Santos e Ramos (2019) apontam que apesar do termo ter se tornado comum ou mesmo rotineiro, chacina não é um conceito jurídico, aparecendo nos inquéritos policiais ou no processo judicial como “homicídios múltiplos” (p.12). Os autores indicam que se pelo ponto de vista jurídico, a palavra não possui conotação crítica sobre seu conteúdo, do ponto de vista antropológico ela determina uma categoria nativa, onde “opera no mundo prático e seu significado tem um valor histórico para determinadas sociedades ou grupos sociais” (Silva, Santos & Ramos, 2019, p.12).

Desse modo, a execução seriada de várias pessoas como forma de intimidação ou retaliação é um recurso tão comumente utilizado entre nós que até temos um nome específico para designar esse tipo de morte: chacina. Como quase sempre acontece, a escolha da palavra não é aleatória, pelo contrário, é uma chave preciosa para o entendimento do próprio fenômeno. (Silva, Santos & Ramos, 2019, p.13)

Um fenômeno interessante para pensarmos as chacinas é que ao contrário do seu sentido hoje expresso de assassinato em massa, o termo era usualmente utilizado para designar o abate e esquarteramento de animais, principalmente porcos e gado. Silva, Santos e Ramos (2019) propõem em sua obra, que as chacinas tanto no sentido do abate de animais quanto nos homicídios em série, possuem elos que merecem ser destacados. Um desses elos evidenciados é que em ambos os sentidos, o termo combina de forma tensa ritualização e visibilidade, o que possibilita pensarmos as reais razões pelas quais essas práticas já fazem parte de nossa realidade.

Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinatos mais ou menos anônimos. Neste sentido, as chacinas podem ser interpretadas como mensagens públicas, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circulam publicamente na forma de rumores. (Silva, Santos e Ramos, 2019, p.13)

As cenas de crime dessas chacinas mereceriam um trabalho à parte, no Jacarezinho por exemplo, destarte ao aspecto levantado pelos autores sobre os vestígios deixados na cena do crime e veiculação de identidades, uma destacou-se. Uma das 29 vítimas, um homem baleado logo após o crime, teve sua foto veiculada na internet onde aparecia sentado em uma cadeira já morto, com uma das mãos na boca. De acordo com moradores, a imagem havia sido montada e fotografada por um policial antes da remoção do corpo da vítima do local. Não raro, fotos vexatórias ou desmoralizantes surgem quando confrontos entre polícia e facções criminosas acontecem e o que supostamente seria uma “operação policial séria” termina em piada e espetacularização.

A lógica por trás desses eventos é a mesma, reforçar como fez Felipe Curi, então diretor do Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), após a chacina do Jacarezinho que afirmou em coletiva de imprensa, que todos os mortos (com exceção do policial) eram criminosos. Aos criminosos, João Dória já havia alertado na rádio Bandeirantes em 2018: “Bandido que enfrentar a polícia vai para o chão. É ordem do governador. Vai para o chão! Ou então não enfrente, levante o braço, deite e se renda. Porque, se não se render, vai pro chão ou vai para o cemitério” (Godoi et al, 2020, p.59).

O mais trágico é que discursos como esse ganham fácil aceitação social, não provocam choque (em uma grande parcela da sociedade), e em muitos casos são até inspiradores. Lendo a matéria “CENAS FORTES: Moradores registram momentos da operação no morro do Jacarezinho”²⁸ do jornal online *bahianoar.com*, me chamou atenção que diante tantas fotos de corpos mortos e violados na chacina do Jacarezinho, quase a totalidade dos comentários foram aplaudindo tamanha barbárie e violência.

- precisamos aumentar a punibilidade das nossas leis visando priorizar a vida e banir o banditismo e o armamento dentro das nossas comunidades, que encontram-se refém de toda essa estrutura de poder paralelo. (cândido santana moreira)
- Que trágico, tem mais fotos? kkkkkk (Roberto)
- 27 bandidos a menos no rio que notícia boa sextouuu!!!! (Paulo)
- Parabéns às forças de Segurança do Brasil!!!! A polícia do RJ se destaca como uma das mais preparadas do Mundo. Força e Honra! (Ivan)
- Bandido bom é bandido morto. Tem dó leva pra casa e cuida!!! (Aline)
- Caveiraaa, menos bandidos no Brasil, bela operação (Roberto)
- Tinha que ter matado mais kkkk (Atirador do Bope)

²⁸ In: <https://bahianoar.com/cenas-fortes-moradores-registram-momentos-da-operacao-no-morro-do-jacarezinho/>

- Tinham que fazer isso em todas as favelas, botando exército e a porra toda. Fazendo brotar militar até do chão, para matar esses vermes imundos. Não sei oq essas "Vítimas" andam fazendo com 16 pistolas, 12 granadas, 6 fuzis, e 1 Escopeta [...]. (Um usuário anônimo)
- 27 a 1 para polícia. Como eu gostaria que fosse 27x0. Parabéns para polícia (Flávio)
- Tão confundindo faxina com chacina. Jacarezinho = faxina (Murilo Facio Bicalho)

(Jornal bahianoar.com)

O quadro de falas acima destacado evidencia que para uma parcela numerosa da população a chacina não só não é percebida como um grave problema de violência na sociedade (ao contrário é vista como solução da violência produzida pelo tráfico e pelas favelas): se deseja que ações como essas sejam feitas pela polícia mais vezes e que possam gerar ainda mais extermínios de “bandidos da sociedade”. A ideia de que foram poucas as vítimas vai na contramão dos dados apresentados no relatório Chacinas Policiais (GENI/UFF, 2022). De acordo com Relatório, as chacinas policiais devem ser entendidas como um fenômeno “de alta concentração de mortes em eventos regulares específicos, ou seja, as chacinas ocorrem em uma pequena parte do imenso volume de operações policiais realizadas todos os dias no Rio de Janeiro” (GENI/UFF, 2022, p.8).

Para se ter uma dimensão, no período entre 2007-2021, foram realizadas 17.929 operações policiais no Rio de Janeiro. Deste total, 593 operações policiais resultaram em chacinas, totalizando 2374 mortos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro as chacinas ocorreram em 3,3% das operações policiais, mas são responsáveis por 41,1% das mortes em operações policiais, de forma próxima, na capital ocorreram chacinas em 4,0% das operações policiais, com participação em 43,5% das mortes nessas ações. (GENI/UFF, 2022, p.8)

Ainda de acordo com os dados do relatório, só a capital do Rio de Janeiro é responsável por 64% dos registros de chacinas policiais, seguida pela Baixada Fluminense com 21,4% e por fim 14% no Leste Fluminense (GENI/UFF, 2022). Discriminando por Bairros, no Rio de Janeiro que possui as maiores taxas de chacina do Estado, é bem expressiva a quantidade de ocorrência desse evento e das mortes que ele provoca na capital, como a tabela retirada do relatório revela:

Tabela 1- Chacinas Policiais e Mortos em Chacinas Policiais

CHACINAS POLICIAIS E MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS

(Números absolutos e porcentagens, 2007-2021, Bairros do Rio de Janeiro)

Bairro	Chacinas (Números absolutos)	Chacinas (Porcentagem)	Mortos em Chacinas (Números absolutos)	Mortos em Chacinas (Porcentagem)
1. Costa Barros	25	6,5%	97	6,1%
2. Complexo da Maré	21	5,5%	92	5,8%
3. Penha	20	5,2%	86	5,4%
4. Jacarezinho	19	5,0%	112	7,0%
5. Santa Cruz	19	5,0%	75	4,7%
6. Senador Camará	18	4,7%	73	4,6%
7. Vicente de Carvalho	18	4,7%	82	5,1%
8. Bangu	16	4,2%	59	3,7%
9. Complexo do Alemão	13	3,4%	75	4,7%
10. Cidade de Deus	11	2,9%	47	2,9%

Fonte: (GENI/UFF 2022)

Conforme demonstra a tabela, os episódios que culminaram em chacinas não são um evento à parte no Rio de Janeiro, são práticas habituais e rotineiras. Segundo o relatório, o Jacarezinho apesar de ser o quarto bairro com maior quantidade de chacinas, é o primeiro em número de mortos em chacinas policiais. Isso se explica pela “grande frequência de operações policiais no Jacarezinho (302 operações) e pela alta letalidade dessas ações no lugar (206 mortos)” (GENI/UFF, 2022, p.12).

Chama atenção, como destacou Daniel Lozoya, defensor público do Núcleo de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, que hoje estamos vivenciando cada vez mais chacinas em operações oficiais da polícia, ao contrário de chacinas anteriores que eram praticadas por grupos de extermínio. Apesar de não estar restrita apenas a atos de retaliação das forças policiais, as chacinas em grande parte do país ocorrem como respostas de vingança policial contra policiais mortos em operações nas favelas, numa espécie de corporativismo “olho por olho, dente por dente”. Não é à toa que dentre as instituições que realizam chacinas policiais, a Polícia Militar seja a que apresenta “maior participação em chacinas quando comparada com a Polícia Civil” (GENI/UFF, 2022, p.16).

No entanto, apesar de em números absolutos, a Polícia Militar se destacar pela sua maior participação em chacinas quando comparada à Polícia Civil, proporcionalmente é a Civil que ocasiona mais mortes, sendo, portanto, a mais letal.

Entre 2007-2021, a Polícia Militar tomou parte em 525 chacinas, sendo partícipe de 88,5% dessas ocorrências, enquanto a Polícia Civil esteve presente em 95 chacinas, totalizando 16% do total. Ainda que este volume seja inaceitável para padrões democráticos de policiamento, pelo caráter ostensivo e repressivo da Polícia Militar não chega a ser surpreendente que a imensa maioria das chacinas tenha a presença desta instituição. Isso porque fica sobretudo a encargo da Polícia Militar realizar operações policiais em favelas, que são as principais situações em que ocorrem chacinas policiais. Por outro lado, a participação relativa de cada instituição é próxima, pois encontramos notificação de chacinas em 3,7 % das operações da Polícia Militar e em 2,5 % das operações da Polícia Civil. Ainda mais surpreendente é o fato que as chacinas tenham em média 4 mortos quando realizadas pela Polícia Militar e 4,8 mortos pela Polícia Civil. Como é possível que uma instituição que deveria atuar sob prerrogativas de funções eminentemente judiciárias, ocasione mais mortes que aquela cuja atribuição é de policiamento ostensivo? (GENI/UFF, 2022, p.16)

O relatório conclui que há um predomínio das chacinas policiais na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo em territórios mais periféricos, cujos bairros possuem pouca visibilidade pública. A atuação das polícias Militar e Civil são igualmente problemáticas, seja pela maior participação no total de chacinas como no primeiro caso, ou na proporção de letalidade que a instituição incorpora nas ações como no segundo, e quanto às motivações das operações que resultam em chacinas “clivagens estereotipadas e operações emergenciais tendem a ser um fator de incremento de chacinas e de sua letalidade” (GENI/UFF, 2022, p.21).

A chacina poderia ser compreendida neste sentido, como a faceta pública da violência letal que pretende regular os modos de vida, é a personificação do Estado que deixa viver ou faz morrer. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (Foucault, 2016, p. 215). Segundo Silva, Santos e Ramos

As chacinas têm como um dos principais objetivos a desumanização das vítimas. As narrativas sobre as chacinas, principalmente aquelas elaboradas pelos meios de comunicação de massa, tendem a separar as vítimas entre aquelas que têm antecedentes criminais e as que não tem, entre as pessoas envolvidas com o mundo do crime e os trabalhadores e, em última instância, entre as mortes legítimas e as ilegítimas. Nesse discurso está presente uma ideia bastante recorrente no país: para determinada parcela da sociedade, o Estado de Exceção é a regra e a violência letal é um expediente legítimo de resolução de conflitos. (Silva, Santos e Ramos, 2019, p.18)

Nesse sentido, ações como da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro que terminou com a morte de 29 pessoas ou discursos que ganham forma na sociedade que legitimam práticas como essa, contribuem para ressignificar o discurso da guerra às drogas, quando se cria um estado de legitimidade para que uma operação desse tipo se faça. Temos ainda de considerar como salienta Moreira (2012) que apesar de numa eventual legalização, a violência diretamente associada ao tráfico ilegal das drogas tendesse a desaparecer, “uma vez que deixariam de existir disputas entre traficantes, traficantes e consumidores, bem como traficantes e polícia” (p.624), no entanto, as próprias ações proibicionistas encetadas pelo Estado na contramão da legalização, integram ao mercado das drogas um alto valor para o produto final. Segundo o autor:

[...] as políticas e técnicas adotadas pelo governo brasileiro resultam em escassez, o que eleva o preço das drogas e afeta adversamente a qualidade; isso faz com que mais pessoas desejem suportar o risco da atividade ilegal, em todos os níveis, por conta da possibilidade de lucros crescentes organizando assim as suas atividades de modo a minimizar os riscos e maximizar os lucros. O potencial de lucros do mercado das drogas também elevaria o nível de corrupção das instituições estatais; uma vez que o crime organizado perpassa todas as camadas sociais e tem ramificações com negócios legais e formais, ele não poderia existir sem o suporte institucional das agências estatais (MOREIRA, 2012, p. 644).

Fefferman (2007) acrescenta que mesmo atendendo às elites e às classes médias em todos os países, os efeitos mais perversos das políticas de drogas não têm recaído aos membros de camadas mais abastadas como acontece com as classes mais pobres. Como consequência, o que se percebe, segundo a autora, é que enquanto uma parte da população desfruta das vantagens e rendimentos provenientes do mercado das drogas, outra parcela sofre as consequências impostas nas ações de repressão às drogas. Sobre esse aspecto, Marta acrescenta que:

Antes de criminalizar a gente tem que entender toda uma história cultural, todo um processo natural que antecede e que alguns agentes e a polícia não querem entender. Então quando a gente escuta aquela frase “bandido bom é bandido morto”, quem é o bandido morto? É o político que traz a droga pra favela? É o cara que comete genocídio social em deixar a saúde sem remédio? Esse é o bandido que merece morrer? (Marta, Baleeira)

A percepção de Marta vai de encontro ao que Misse indica em seus estudos. Segundo o autor, a construção do sujeito criminal, produzida pela interpelação da polícia e da moralidade

pública, tem sido fundamental para a construção do sujeito visto como “bandido” dentro da sociedade brasileira (Misse, 2010). Diferente de outros sujeitos incriminados, o autor destaca que ao bandido muitas vezes é desejado o seu desaparecimento ou morte, uma vez que a ele “são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos” (Misse, 2010, p.17).

Leite (2005) aponta que por essas razões, moradores de favela andam em uma corda bamba: “não confiam em policiais, mas também não podem se opor frontalmente a traficantes, nem denunciá-los à polícia” (p.69). As possibilidades de sofrerem espancamentos, humilhações, castigos ou mesmo de serem assassinados revelam as fronteiras entre o real e o possível na vida desses sujeitos, mas são, como pontua Leite (2005), aspectos traduzidos pela sociedade em geral e pelo próprio poder público apenas como convivência destes habitantes com a criminalidade violenta.

No próximo tópico retomaremos alguns pontos que envolvem também penalidades aos transgressores, mais especificamente episódios de violência e técnicas de extermínio que partem do tráfico de drogas. Tais relatos expressam de forma mais contundente o que nos propomos como nosso problema de pesquisa, ou seja, o papel que ocupam as experiências espaciais de condições violentas como parte da vida dos moradores de favelas, sobretudo expressas pelo papel dos traficantes dentro da comunidade.

3.4 “Mataram ele assim, furado mesmo” : valores do mundo do crime e os episódios de violência vivenciados na favela

Olha, eu já perdi muitos amigos. Assim, lá na favela, até hoje é assim, até dois tiros, saiu dois tiros [tac, tac] ninguém morreu, acima disso, você pode ir lá fora que tem um corpo. Mas eles sempre respeitaram as crianças e os idosos. Se eles iam matar alguém, eles falavam “criança, entra”. Então a gente quando tava brincando de amarelinha, pique esconde, eles sempre avisavam “ó, entra, entra”, aí a gente já sabia que alguém ia dançar. E aí a gente ficava triste quando era alguém do nosso grupinho de escola ou de andar que tava envolvido no meio. Teve um que era do nosso grupinho de escola, que mataram ele, esse foi tenso, pegaram cabos de vassoura cortaram umas pontas e mataram ele assim, furado mesmo. A gente tava brincando nesse dia, eu, Richarlison, Pedro, Cristiana, Julinha, a galera de sempre, brincando ali de amarelinha e aí eles vieram e falaram “entra”. Julinha, falou que a gente tava brincando, eles repetiram “entra”, aí cada um pegou a reta da casa e entrou. E aí ouvimos os gritos. Mamãe não deixou a gente sair de casa e falou pra gente deixar quieto. E aí quando ela foi pra rua, ela voltou e falou comigo e Julinha “ô criança, não vai lá não”. A gente era abusada, fomos lá ver, chegou lá ele tava todo furado. Ele brincava com a gente, então são essas coisas que marcam. São essas coisas que a gente via. Tinha Denis também, que foi o rapaz que me segurou e pegou as armas do meu pai, no dia que fui atrás de Fagner. O falecido Denis não foi morto na favela, mas foi morto pela facção rival. O que aconteceu foi que Denis tentou

se juntar a facção rival para matar o chefe do tráfico que até então era seu amigo, numa tentativa de tomar o poder, só que a facção rival não acreditou, achou que era um golpe e mataram ele. Muitas coisas podem levar à morte na comunidade. Como eu disse, desrespeito às regras, atrapalhar o fluxo do tráfico, principalmente trazendo a polícia até a favela, traição. Até hoje é assim. (Marta, Baleeira)

O relato em questão discorre sobre a mortes de dois ‘envolvidos’ com o tráfico de drogas que viviam na favela da Baleeira. Antes devemos reforçar como pontua Zilli (2015), que apesar da entrada para gangues e para o ‘mundo do crime’ conferir status e poder, tópico inclusive discutido no capítulo anterior, ao mesmo tempo traz consigo “um mundo de regras, normas de conduta e códigos morais próprios” que não obstante, produz sobre os membros dos próprios grupos “uma versão muito mais rígida e brutal das formas de sociabilidade violenta já difundidas” (ZILLI, 2015, p.480). Zilli (2015) aponta que enquanto um morador que denunciou criminosos para a polícia pode ser punido com espancamento ou expulsão da favela, o membro da gangue que comete o mesmo ato certamente será executado pelos próprios companheiros. Um exemplo foi o próprio caso na introdução desta pesquisa quando apresentamos Dedé que havia recebido do tráfico ordem para matar o companheiro que batizava as drogas da boca.

Zilli (2015) destaca que as práticas de desvio dentro da comunidade apesar de já constituírem uma ampla possibilidade de que punições físicas e morais sejam aplicadas entre violadores, quando estes são membros da gangue, a prática é quase sempre punida com a morte (p.480). A traição é imperdoável e constitui conduta intolerável ao tráfico, uma vez que a traição confere sentido oposto à confiança, elemento essencial nessas relações comerciais.

Segundo o autor:

Um indicador de que as leis e valores do “mundo do crime” se institucionalizaram e ganharam legitimidade entre os jovens membros de gangues está na percepção de que, apesar de duras, as regras devem valer para todos, inclusive para amigos próximos. Daí os relatos de vários jovens sobre assassinatos cometidos dentro da própria gangue, quando algum integrante quebra uma regra importante do grupo, ou é reincidente em transgressões leves. (ZILLI, 2015, p.481)

Moraes e Siqueira (2019) apontam que as mortes agem reconfigurando simbolicamente os espaços, tornando-os por um lado estigmatizados e ao mesmo tempo ressignificando as mortes dos “envolvidos”. As mortes envolvem rituais de amplo conhecimento por parte dos moradores da comunidade, a quantidade de tiros, a não execução na frente de idosos e crianças,

processos que marcam e simbolizam todo o ‘preparo’ da execução da vítima, como Marta revela:

Assim, lá na favela, até hoje é assim, até dois tiros, saiu dois tiros [tac, tac] ninguém morreu, acima disso, você pode ir lá fora que tem um corpo. Mas eles sempre respeitaram as crianças e os idosos. Se eles iam matar alguém, eles falavam “criança, entra”. (Marta, Baleeira)

E apesar de serem rituais conhecidos, não deixam de causar impactos. Segundo Moraes e Siqueira (2019): “O drama social de familiares, parentes e sobreviventes, pode ser substancialmente agravado com a morte violenta e morte social do ente querido, sobretudo àqueles que são acusados de ‘envolvidos’, portanto, corpos “impuros” e indignos. Tal perspectiva nos lembra as contribuições de Foucault em *Vigiar e Punir* quando discorre sobre práticas de suplício. Segundo Foucault:

O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação - que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero de suplício - até o esartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em ‘mil mortes’ (...). O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. (FOUCAULT, 1977, p.34)

O suplício faz correlacionar, segundo Foucault (1977), o tipo de sofrimento infligido, a quantidade e intensidade, dimensões que atravessam um código jurídico da dor (p.34). O suplício surge também como mais uma expressão da violência pedagógica, sendo muitas vezes expresso não só nas execuções, mas nos avisos e lições promovidas pelos traficantes, como Marta nos relata com a casa do “paiol”:

*Um outro parênteses, é que em um dos becos na Baleeira, tinha **uma casa do tráfico que eles chamavam de “paiol”**. Era uma casa onde guardavam armas, drogas e as coisas deles, mas **era também uma casa de castigo**. Então todo mundo que aprontava, tipo você roubou uma bicicleta, eles não iam te matar por uma bicicleta, então eles levavam a pessoa pra essa casa do castigo, amarravam a pessoa e arrebentavam ela, depois diziam ‘olha, isso foi só um aviso, a próxima a gente vai matar’. Então era assim, pegou fulano*

e levou pro paiol, você pode saber que a pessoa ia aparecer relepado, a gente sabia que o negócio não ia ficar bom. Mas por um lado era bom, porque a gente sabia que pelo menos a pessoa não ia morrer, ela ia apanhar mas ficar viva. A pessoa ficava na casa dois, três dias, e nesse período todo mundo batia, era um primeiro aviso. Mas a pessoa estava viva. (Marta, Baleeira)

Entendemos que tal código, ao menos no caso das favelas, se inscreve na própria jurisdição que aparenta pairar sobre estes espaços, traduzidas na “lei da comunidade”. Marta por exemplo, ao longo de seu relato, acrescenta ao repertório de castigos e punições do tráfico, o “*modus operandi*” aplicado por duas facções de Campos dos Goytacazes, ADA e TCP, no que diz respeito à execução dos inimigos. Raquel também reconhece que na Cidade de Deus existem espaços, como o “sítio”, onde ocorrem assassinatos dentro da comunidade.

Campos agora tem mais uma facção, porque tinha a A.D.A e o T.C.P, agora tem também o Comando Vermelho. Todas elas têm um modus operandi diferente para executar as pessoas e isso é o que preocupa, vem novos problemas. [...]. A Tira Gosto tem um modus operandi, como a gente chama no direito, de matar diferente, toda facção tem seu modo de executar. Ela mata, abre o corpo e joga no Paraíba, por que a pessoa demora a boiar e a subir. Então quando mataram o Dengo, jogaram no Paraíba e aí 6 dias depois é que ele foi achado. Já a Baleeira tem duas ou três formas diferentes de matar, antigamente matavam e enterravam no cemitério, então a pessoa não aparecia porque já estava enterrada no cemitério que era um lugar que não desconfiavam, ou a pessoa só aparecia quando iam enterrar uma outra. Outra forma é matar e jogar nos canaviais próximos, que é no Santa Cruz por aqueles lados. Achar o corpo no canavial, com certeza foi a facção que matou. Só que agora a gente vai ter que lidar com o Comando Vermelho (Marta, Baleeira)

Eu sei que acontece, mas nunca vi sangue vivo. Aqui quando é para executar, eles levam pro mato. Não é pra todo mundo ver, a gente fica sabendo. O máximo que acontece é troca de tiro entre polícia e traficante. A gente ouve. Agora a execução acontece lá no sítio, que é assim que eles chamam lá. É uma mata abandonada, tem uma casinha, uma piscina lá, tudo abandonado. Tem até rumores aqui, que a piscina de lá só tem ossos, mas eu não sei nunca nem fui lá. O que eu sei é que o que acontece lá no sítio, fica lá. (Raquel, Cidade de Deus)

Como podemos perceber a partir dos relatos, as táticas de extermínio e punição são conhecidas por Marta e Raquel. Devemos considerar que o suplício, numa leitura foucaultiana, não consiste apenas em uma prática regulamentada, mas é antes baseada em uma ampla teia de formalidades, onde o que está em jogo é dar continuidade “tanto na cicatriz do mutilado, quanto

na memória dos que assistem às cerimônias. Seu objetivo é o de punir, não o de conciliar o problema possibilitando um confortável esquecimento” (DIAS, 2007, p.3).

Moraes e Siqueira (2019) apontam que as execuções atreladas às disputas territoriais ou ao envolvimento das vítimas com o tráfico de drogas em geral aparecem como uma justificativa, “morto não fala, não se defende, não diz seu ponto de vista, é apenas o ‘envolvido’ que ‘recebeu o que merecia” (MORAES; SIQUEIRA, 2019, p.155). E o sujeito merecedor do castigo, a depender de sua transgressão precisa experienciar um processo de desumanização do corpo e de sua identidade.

Teve um que era do nosso grupinho de escola, que mataram ele, esse foi tenso, pegaram cabos de vassoura cortaram umas pontas e mataram ele assim, furado mesmo.[...] . E aí ouvimos os gritos. [...] Mamãe não deixou a gente sair de casa e falou pra gente deixar quieto. E aí quando ela foi pra rua, ela voltou e falou comigo e Julinha “ô criança, não vai lá não”. A gente era abusada, fomos lá ver, chegou lá ele tava todo furado. Ele brincava com a gente, então são essas coisas que marcam. São essas coisas que a gente via.(Marta, Baleeira)

É difícil sequer imaginar a dor que esse jovem passou e se haveria algum discurso capaz de justificar tal ação quando ela aparentemente expressa barbárie, tortura e crueldade. Mas difícil ainda é imaginar ser esta não ‘uma’ experiência, mas ações que acontecem rotineiramente no cotidiano de alguém. Marta era jovem e deixa bem claro o quanto a cena foi marcante. Ela não se lembra apenas do episódio, mas também dos gritos. É imperativo frisar que segundo Foucault (1977, p.42) um suplício bem sucedido justifica a justiça, “na medida em que publiciza a verdade do crime no próprio corpo do condenado”.

A verdade nos casos que se somam as execuções nas favelas são perpetradas pela ‘lei do tráfico’ que não só determina ações e normas legítimas no território, como produz o próprio sentido do que vem a ser justiça. Toda essa dinâmica precisa ainda ser assimilada pelos moradores. Um relato que deixa isso evidente é quando Marta narra a história de seu afilhado, que inclusive está no seu plano funerário:

E sobre as perdas de amigos, a dor nunca passa. Eu tenho um afilhado Cristian. Cristian é do tráfico, filho de uma amiga. Ele tá no meu plano de boa viagem, porque eu sei que a qualquer momento pode acontecer sua morte. Então assim, nós nunca naturalizamos isso, mas eles vão embora muito cedo. Ele tem a mesma idade do meu filho, eu tava até falando com meu filho, que ele (Cristian) tá durando muito. Ele tem 25 anos. Hoje ele tá durando muito, porque a vida hoje é muito mais corrida do que naquela

época. Naquela época bandido durava mais, hoje bandido não dura trinta anos. Agora o medo com relação a Cristian é a chegada do Comando Vermelho. Antes era A.D.A e T.C.P, agora tem o Comando Vermelho, tem uma outra facção, e Cristian é do Comando Vermelho. Ele era da A.D.A, mas agora que o Comando Vermelho assumiu a Baleeira, ele é do Comando Vermelho. E começou outras brigas por território né. (Marta, Baleeira)

Segundo Moraes e Siqueira (2019) o processo de faccionalização tem levado a uma disputa ainda maior dentro dos territórios de favelas e Marta entende os riscos que se inscrevem com a chegada do Comando Vermelho na cidade. A faccionalização consiste na formação de alianças entre diferentes facções, no entanto essa nova configuração de crime, levou segundo Moraes e Siqueira (2019) “a uma disputa ainda maior no local pelo controle dos territórios de comercialização da droga e a consequência disso foram alianças, amizades e laços familiares desfeitos quando cada qual escolheu, ou foi obrigado a escolher, um lado na guerra” (151). Caso do afilhado de Marta que antes era da ADA e agora é membro do Comando Vermelho.

Com relações conflituosas e ao mesmo tempo mais próximas, Marta me relata preocupações com o aumento da violência na Baleeira. As disputas territoriais entre as facções não só aumentam as chances de que a violência se amplie, como também tal crescimento influencia diretamente na longevidade dos traficantes, que automaticamente pelos constantes conflitos territoriais tendem a viver menos. Segundo Marta, “*Naquela época bandido durava mais, hoje bandido não dura trinta anos*”, Marta aparenta reconhecer que o fato do afilhado ser “bandido” e somado a sua troca de alianças, automaticamente existem condições que favorecem a redução de suas chances de ter uma vida longa, mesmo porque no seu relato fica explícito que de fato houve mudanças no padrão da criminalidade.

Anteriormente os "bandidos" tinham uma expectativa de vida maior, na atualidade o quadro se inverteu e a própria manutenção da vida do afilhado, expressa à Marta uma condição 'extraordinária' por ele ainda estar vivo. Essa discussão se volta ao que temos discutido ao longo deste tópico e do próprio capítulo. Não estamos tentando aqui evidenciar que há uma naturalização da violência no plano discursivo, mas inverter a lógica do discurso à uma dimensão de análise das regras e normas que condensam e embasam tal realidade contida na própria 'lei' da favela. Veja:

E sobre as perdas de amigos, a dor nunca passa. (...) Ele tá no meu plano de boa viagem, porque eu sei que a qualquer momento pode acontecer sua morte.(...) Então assim, nós nunca naturalizamos isso, mas eles vão embora muito cedo. (Marta, Baleeira)

Machado da Silva e Leite (2007) advertem que os moradores de favelas tendem a criar estratégias, como meios de diminuir a imprevisibilidade de atuação dos traficantes por intermédio de um cálculo de riscos, visto que a complexidade desses contatos é enorme. No entanto, o fato de jovens ligados ao tráfico de drogas possuírem uma vida curta faz com que a única estratégia possível a ser adotada nesse caso, seja a antecipação da morte. Aos ‘envolvidos’ com o tráfico de drogas, a diminuição da imprevisibilidade por parte dos familiares e amigos consiste em reconhecer a priori, a quase certeza de sua partida prematura, o que ao menos garante pelo menos, a possibilidade de um funeral ao ente, como indica Marta ao dizer que o afilhado “*tá no seu plano de boa viagem*”.

Em geral cabe aos moradores da favela ficarem atentos ao “movimento” do comércio. Segundo Moraes e Siqueira (2019) as execuções no varejo do mercado das drogas sempre aparecem ou como formas de resolução de conflitos ou como mudança na engrenagem da firma local do tráfico. Com as mudanças, mas imprevisibilidade circunda os moradores que ficam aflitos com a possibilidade de novos conflitos. Machado da Silva e Leite (2007) apontam que certos obstáculos que perpassam a vida dos moradores de favela contribuem para que o silêncio e a omissão reapareçam como dispositivos de defesa para a população local.

3.5 Algumas considerações preliminares: o carnaval e o “Juventude da Baleeira”

Um último aspecto que consideramos essencial de ser destacado no trabalho é o relato de Marta sobre a história da formação do bloco da "Juventude da Baleeira", sendo a narrativa selecionada para encerrar as contribuições de nossas interlocutoras.

A linha do trem é um fator muito importante porque ela sempre foi um divisor de águas. Começamos a fazer um carnaval de rua, a gente juntava caixote e fazia carrinho de rolimã, tinha os destaques em cima, e a gente subia eu, Cristina, Aninha, e os meninos iam empurrando a gente e a comunidade começou a premiar, a melhor fantasia e tudo mais, então a gente começou a disputar. Era uma farra. A gente foi em um ano se juntou e resolvemos montar um boi para desfilarmos e Campos tinha um carnavalesco muito conhecido chamado Sidinho Ramos, ele fazia roupa para noiva, ele era estilista, e Luizinho um amigo nosso, falou que conhecia Sidinho e disse pra gente pedir pra ele para desenhar algumas coisas pro nosso boi e pro carnaval da comunidade. Sidinho morava na Lapa, aí saiu aquele bando de adolescente de bicicleta e veio até a Lapa pra casa de Sidinho, pra pedir pra ele pra ajudar a gente a comprar um boi pra desfilarmos em Campos. A gente conversou com ele, explicamos a nossa ideia, ele falou que ia ajudar sim. Mas ele perguntou pra gente o porquê de quisermos montar um boi, e a gente explicou que desde pequenos a gente brincava de boi na rua, que era uma

*brincadeira típica lá na favela. Sidinho sugeriu a gente fazer um bloco, chamado **Juventude**, já que éramos umas 16 cabeças lá na casa dele pedindo ajuda pra construir o boi. **Aí ficou Juventude da Baleeira**, existe o bloco até hoje e nasceu da gente com essa interação com o Sidinho. A gente não tinha nada, não tinha quadra nem nada, a gente ensaiava na rua. Como a gente conhecia algumas pessoas, pra ensaiar a gente pedia emprestado a bateria da escola de samba de um bloco lá no Nova Brasília. Então três vezes na semana a gente ia de bicicleta lá no Nova Brasília pegava emprestado, ensaiava e depois tínhamos que ir lá devolver. E com isso, a gente começou a fazer coisa pra vender pra juntar dinheiro e comprar uma bateria de escola de samba pra gente. A gente fazia rifa, festa disso e daquilo, mocotó, um monte de coisa pra vender e juntar o dinheiro. E bombava. E a **Baleeira virou um point**. O Juventude começou a receber investimentos, um dono de uma clínica famosa de Campos deu uma bateria pra gente, a gente começou a ensaiar na rua e a favela bombava, vinha gente de fora, tanto que no nosso primeiro ano a gente ganhou de lavada, o Juventude ganhou, porque a gente tinha muita gente. E eu lembro até hoje do primeiro samba, foi sobre o Papai Noel e a música era muito legal, é mais ou menos assim **‘Papai Noel, ô Papai Noel, tenho o direito de sonhar. Nós somos sofridos, meu povo desnutrido. Porque o senhor não passa lá? Assim não dá, deixa eu viver. Do jeito que está, pra que nascer?’** O carnaval foi lindo, lindo. A comunidade toda desfilou e foi tudo de graça, as crianças pegando fantasias emprestadas, **foi um carnaval em que o Papai Noel não ia na favela, então a gente montou barracos caindo, crianças com roupas rasgadas, então foi assim um carnaval muito realista**. E aí eu fiquei lá dos 14 até mais ou menos os 18, que foi quando eu fui embora. Nessa época, Sidinho Ramos, ele é gay né, muito detalhista, ele não aceitava que a comissão de frente fosse de pessoas feias. Então ele escolhia a dedo, ele não era nada delicado na hora de falar [risos] e falava ‘ei, você não, sai! você é feio’ eu lembro que o papai noel da comissão de frente e os outros eram todos sarados, papai noéis negros, todos sarados, com a barriga de fora, ficava todo mundo babando [risos] e foi muito bom nosso primeiro carnaval como profissional. E os três anos seguintes também foram muito bons, e aí depois que ele ficou conhecido em Campos ele foi chamado pra ser o carnavalesco de uma escola de samba em São Paulo, acho que dá Rosa de Ouro, e aí quando ele foi o carnavalesco de lá, ele ganhou, e daí ele despontou, virou uma sumidade. (Marta, Baleeira)*

Segundo Rachel Soihet (1998) o carnaval se constrói “num momento de aparente desequilíbrio, válvula de escape, visando garantir a manutenção da ordem” (p.9). Já a antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2006) aponta que o carnaval assume ritualmente em seu interior elementos contraditórios da vida social, suas teias “abraçam brincantes populares e das camadas médias, a mídia e seus profissionais, poderes públicos, artistas muito diferenciados, intelectuais os mais diversos, o mecenato e, com ele, a máfia e a obscura bandidagem do jogo do bicho” (CAVALCANTI, 2006, p.16). De acordo com Cavalcanti, o carnaval traz consigo lições fundamentais, dentre elas destaca:

[...] a natureza ambivalente e tensa de toda troca social, sempre a um só tempo, embora em graus muitos diversos, permeada de acordo e conflito. Com isso, o carnaval revela também, com especial clareza, a importância das passagens e mediações na vida social, iluminando o papel dos mediadores na tessitura de redes de relações extremamente complexas. São esses atores sociais que, com abertura e criatividade, agenciam múltiplos códigos e articulam o conjunto vivo que desemboca anualmente num desfile. (CAVALCANTI, 2006, p.16)

Roberto DaMatta (1986) evidencia a importância dos aspectos culturais do carnaval brasileiro, vale ressaltar que para o autor a cultura em seu sentido antropológico, diz respeito a “um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado”. O trecho do samba-enredo e a percepção de que o Papai Noel não vai à favela foi de fato muito representativo. Segundo DaMatta (1986) o traço mais fundamental do carnaval é o processo de inversão da realidade, o carnaval possibilita segundo o autor, a reprodução de um ritual e ao mesmo tempo expressa as diferenças da sociedade, sejam elas sociais, econômicas e até mesmo raciais. Esse aspecto fica sobressaltado no trecho:

Papai Noel, ô Papai Noel, tenho o direito de sonhar. Nós somos sofridos, meu povo desnutrido. Porque o senhor não passa lá? Assim não dá, deixa eu viver. Do jeito que está, pra que nascer? [...] foi um carnaval em que o Papai Noel não ia na favela, então a gente montou barracos caindo, crianças com roupas rasgadas, então foi assim um carnaval muito realista (Marta, Baleeira)

É pertinente destacarmos que se o carnaval configura e expressa um ritual típico de nossa sociedade, ao mesmo tempo, “ele surge como uma área crítica para se penetrar na ideologia e valores de uma determinada formação social” (DAMATTA, 1997, p. 30). O bloco do Juventude como Marta nos relata, surge da mobilização de jovens moradores da comunidade da Baleeira, e nos chama atenção como a questão da pobreza e da desigualdade são percebidas e ressignificadas simbolicamente dentro do samba enredo e do desfile.

Não podemos deixar de evidenciar que as favelas concentram como indicou Flauzina (2006, p.101), a população negra desde o período pós-abolição, o que “dá uma boa dimensão da precariedade e dos instrumentos de aniquilação física e simbólica que diuturnamente trabalham para extinguir o contingente negro brasileiro”, no entanto, frente aos desafios e ausências deste espaço, o Juventude da Baleeira primou por produzir um carnaval onde a figura emblemática do carnaval, o Papai Noel fosse representada por pessoas pretas, como Marta nos

relata: “*eu lembro que o papai Noel da comissão de frente e os outros eram todos sarados, papai Noeis negros, todos sarados, com a barriga de fora*”.

A subversão da figura do papai Noel ao mesmo tempo em que são expressos nas fantasias e nos detalhes da festividade a realidade dos moradores, “*então a gente montou barracos caindo, crianças com roupas rasgadas, então foi assim um carnaval muito realista*”, representam ao nosso ver, uma ressignificação da realidade muito significativa para entendermos até mesmo a visão de mundo dessas pessoas que vivem na Baleeira, inclusive a de nossa interlocutora que desde o primeiro contato, apresentava um olhar bem problematizador para a realidade social das favelas.

Marta inclusive nos relata que apesar de ainda existir o bloco do Juventude, há algum tempo ele é gerenciado pelos traficantes e seus familiares na Baleeira, o que impactou no fim da inocência que existia no carnaval da favela.

Algum tempo depois eu me mudei pra Penha. Aí eu me mudei pra Penha, Branquinho mudou pro Jóquei, e aí começa a se desfazer o nosso grupinho. E aí voltando a questão do dinheiro, nessa época do carnaval começa a chegar um monte de gente patrocinando a gente, só que eu, Rogério, Branquinho, Neto, Adilson, a Marli, Beбето, que éramos os cabeças, a gente não tava preocupado com dinheiro, a gente nunca viveu de dinheiro de boi, de carnaval, a gente tava ali pra se divertir. E aí quando começa a entrar subvenção, quando a Prefeitura dá dinheiro pros blocos, a gente quando passa do grupo de acesso para o grupo B, a gente começa a receber dinheiro e a gente usava pra fazer os carros alegóricos. Depois quando a gente sai, todo mundo muda né de lá, fica só Neto, Marli vai morar em Guarus, Branquinho vai morar no Manhães, eu moro na Penha, Adilson que soltando fogos nessa comemoração perdeu os quatro dedos, com isso ficou desgostoso, entrou em depressão, aliás nem sei mais por onde anda ele, vou tentar saber onde ele tá, Adilson vai e sai também. Fica só Neto, e quando Neto fica sozinho enfraqueceu, e aí quem assume agora o Juventude? a família Prazeres. E aí quando entra o tráfico no Juventude, acabou a graça. Porque as pessoas de fora não vão mais no Juventude, as pessoas de fora agora tem medo, o Juventude agora virou outra coisa. A prefeitura acabou doando um terreno pro Juventude, e hoje tem uma quadra de samba pro Juventude e em frente tem uma igreja, e atrás um atêlie. Com isso, o Juventude começa a cair de novo, o desfile agora é feio, horroroso. Até hoje eu vou no Cepop assistir o desfile, eu fico lá pensando, meu Deus que vergonha [risos]. A empolgação que a gente tinha deixou de existir. Marli até tentou voltar, porque ela era a presidente, era a única maior de idade na época que a gente montou o Juventude, então ela tentou voltar ainda pra tentar dar uma levantada, mas viu que o negócio é mais embaixo. A presidente atual é a mãe de Parreira (chefe do tráfico), deixou de ter então aquela inocência de carnaval, assim acabou o Juventude. Quer dizer acabou não, tá lá, mas... (Marta, Baleeira)

O que pudemos perceber a partir da fala de Marta é que quando o carnaval passou a ser gerenciado pelo tráfico, ele incorporou e expandiu seu controle, para atividades que antes pareciam livres e inocentes de sua atuação. Ela ressalta que: “*Marli até tentou voltar, [...], mas viu que o negócio é mais embaixo*”, o carnaval antes abria possibilidades de que pessoas de fora da comunidade fossem à favela, me parece que Marta senti falta da integração que o festejo possibilitava na época do carnaval, pois como relata “*as pessoas de fora não vão mais no Juventude, as pessoas de fora agora tem medo, o Juventude agora virou outra coisa*”.

“Pertencer a um território favelado, conviver com os (as) moradores (as), submeter-se às mesmas condições de vida e moradia, participar das lutas e projetos, enfim, das experiências do cotidiano de uma determinada territorialidade é a base para a condição de representação” (LEITE,2005, p.70). Marta nos relata momentos em que junto aos amigos conseguiu produzir na favela, condições de representação, singulares, mas também coletivas, das demandas e da realidade com a qual viviam os moradores da Baleeira.

[...] tenho o direito de sonhar. Nós somos sofridos, meu povo desnutrido. Porque o senhor não passa lá? Assim não dá, deixa eu viver. Do jeito que está, pra que nascer?[...]. (Marta, Baleeira)

A escola de samba e o bloco do Juventude criou a possibilidade de que a voz dos moradores ecoasse para além dos muros das casas em que moravam, o samba enredo não expressava àquela altura, apenas a vida de Marta, mas de toda a comunidade: as tristeza e precariedades e os seus desejos e anseios. O que entendemos a partir do relato de Marta é que o tráfico e o gerenciamento da escola de samba por este grupo, rompe a possibilidade de que os moradores pudessem produzir autonomamente suas atividades políticas.

Segundo Leite,

É verdade que o silêncio em relação à violência policial e de traficantes de drogas ainda é amplamente dominante nesses territórios, mas já parece ser possível, em certas circunstâncias, decerto ainda muito restritas e protegidas, enunciar e denunciar a criminalidade violenta. (LEITE,2005,p.70)

Acreditamos a partir do relato de Marta que anteriormente o bloco Juventude representava um canal para denunciar as precariedades a que estavam expostos os moradores da comunidade. O carnaval não era visto como um comércio, mas na atualidade sob direção do

tráfico pelo menos o que nos aparenta é que o bloco do Juventude foi perdendo a identidade que propiciou sua construção, já não possui mais credibilidade ou legitimidade, especialmente porque sob seu comando estão um dos grupos que também propiciam insegurança e violência sob os moradores da favela da Baleeira, *“o Juventude agora virou outra coisa. [...] A empolgação que a gente tinha deixou de existir. A presidente atual é a mãe de Parreira (chefe do tráfico), deixou de ter então aquela inocência de carnaval, assim acabou o Juventude”*.

Considerações Finais

Conforme expresso no “Atlas da Violência 2021” (Cerqueira et al 2021), no Brasil a violência constitui a principal causa de morte de homens adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos. Segundo relatório realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, 2019) contribui para essa situação a nível global o contexto do continente americano, em que “os fatores estruturais que causam mortalidade violenta são os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo” (Cerqueira et al, 2021, p.27). Apenas nos últimos doze anos, foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil, cabe lembrarmos que esse número expressa as “centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de constituir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem” (Cerqueira et al, 2021, p.27).

Além deste fator, os dados trazidos pelo “Atlas da Violência 2021” indicam que o risco de ser vítima de um homicídio não está igualmente distribuído no país, “há um consenso entre aqueles que estudam violência urbana de que são os homens tanto as principais vítimas como os principais autores de violência letal no mundo” (Cerqueira et al, 2021, p.30). A raça aparece como uma outra variável presente nos índices, apenas no ano de 2019 homens e mulheres negras (soma de pretos e pardos da classificação do IBGE) representavam respectivamente 77% e 66% das vítimas de homicídio, “o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra” (Cerqueira et al, 2021, p.49).

De acordo com o levantamento apresentado,

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constitui novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão, nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda. (CERQUEIRA et al, 2021, p.49)

Entendemos aqui, assim como Cerqueira et al (2021) indicam, que há razões para que os índices de violência e as taxas de homicídio se concentrem em maioria sobre a população

negra: em que pese, são grupos populacionais que em geral vivenciam um lugar mais vulnerável na hierarquia social, o que conseqüentemente afeta o seu acesso à condições de vida melhores²⁹, são alvos prioritários das instituições do sistema de justiça criminal³⁰, “sobretudo policiais, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos sociais, tornando a população negra o alvo preferencial de suas ações”, além da ausência de políticas públicas específicas e focalizadas ao combate das desigualdades experimentadas por esse segmento populacional (CERQUEIRA et al, 2021, p.50).

Ao longo da pesquisa e a partir dos relatos apresentados por nossas duas interlocutoras, nosso intento foi compreender o que pensam os moradores de favela a respeito do cenário em que estão inseridos, ou seja, entender o papel que as experiências espaciais de condições violentas ocupam dentro de suas trajetórias de vida e a partir disso, entender os papéis que essas experiências desempenharam nos diferentes momentos destas trajetórias, influenciando não apenas nas sociabilidades e laços produzidos dentro e fora da comunidade, mas igualmente nas percepções de mundo que foram construídas, que versam inclusive sobre as políticas produzidas pelo estado brasileiro.

Percebemos que as duas interlocutoras possuem visões bem distintas sobre uma série de questões que atravessam a vida na comunidade, mas sobretudo as diferenças manifestam-se nas discussões que envolvem a temática das drogas. Antes de adentrarmos aqui nas diferenças, apontamos as similitudes: Marta e Raquel refletem sobre as condições de vida na favela e as adversidades presentes na realidade dos moradores e em suas próprias vidas, a informalidade é uma característica presente. O tráfico de drogas aparece como uma possibilidade de alcançar *status*, prestígio e bens materiais, o que no olhar delas contribui para a inserção de jovens nesse mercado ilegal.

Segundo Feffermann (2018), na contemporaneidade, o desenvolvimento econômico convive e se realimenta de desigualdades sociais, de modo que fenômenos como a violência e criminalidade passam a compor parte considerável da vida de uma grande parcela da população, ora como vítimas ora como sujeitos propiciadores da violência. O tráfico de drogas segundo a autora, emprega um contingente considerável de pessoas e “a juventude e a adolescência constituem a parte mais vulnerabilizada desse tipo de mercado, que a adentra

²⁹ Ver: Cerqueira e Moura (2014)

³⁰ Ver: Sinhoretto, Batitutti e Mota (2014).

como uma forma de trabalho, de acesso a bens econômicos e de consumo, assim como de reconhecimento por fama”(FEFFERMANN, 2018, p. 139). Segundo a autora:

A utilização, pelo narcotráfico, de jovens como plantadores de maconha e coca no campo, como “mulas” de rotas de transporte, como vendedores de drogas no meio urbano referenda, entre outros elementos, paradoxalmente, a extrema legitimidade que o âmbito do trabalho sempre teve como variável de controle social e, concomitante, da necessidade que crianças, adolescentes de jovens pobres sempre tiveram em trabalhar para complementar a renda familiar. Desta forma, o trabalho, que sempre foi utilizado como elemento formador e de prevenção ao crime, é um dos elementos mais importantes que justifica o jovem para a atividade do narcotráfico. Os jovens trabalhadores do tráfico de drogas são considerados, com o empenho da indústria cultural, os responsáveis pela violência, embora sejam, a um só tempo, as principais vítimas das mortes violentas nas estatísticas policiais. Esses jovens são um apêndice, ora indispensáveis, ora descartáveis, nas conexões internacionais da “indústria” do tráfico de drogas e ocultam os reais beneficiados com esse, que é um dos setores mais lucrativos da economia mundial. (FEFFERMANN, 2018, p.139)

Outro aspecto semelhante apresentado por Marta e Raquel, diz respeito aos pontos de venda de drogas na comunidade, elemento presente não só no cotidiano da favela, mas na própria paisagem vislumbrada pelas interlocutoras em qualquer deslocamento dentro do território. Assim como foi apresentado nos relatos, Cruz e Scherer (2019) indicam que os pontos de venda de drogas costumam constituir um local de lazer para certos grupos moradores da comunidade, é um espaço de sociabilidade “de encontro e distração, onde é possível namorar, trocar ideias, falar do dia a dia, mostrar novas aquisições, etc” (p.11). São espaços reconhecidos pelos moradores como Marta e Raquel revelam, independente do sujeito estar ligados ou não às atividades do tráfico. Os pontos de venda de drogas expressam o braço mais visível desta atividade ilegal e são os espaços onde concentram-se os trabalhadores mais vulnerabilizados desta hierarquia. Outro ponto que devemos retomar aqui, é que para além da possibilidade de inserção no mundo do consumo, segundo Cruz e Scherer

[...] a identificação dos jovens com o tráfico de drogas perpassa pelo simbolismo de importância moral, de forma que, participar do tráfico pode ser visto como um “modelo inclusivo” para o acesso a uma carreira e [...] status simbólico. (CRUZ; SCHERER, 2019, p.11)

Sobre o aspecto da inclusão, Schabbach (2008, p.68) aponta que o recrutamento de novos membros “pelas organizações criminosas surgidas dentro de um contexto de exclusão

(como na América Latina) representa uma oportunidade de ganho monetário e de prestígio para a população socialmente destituída”. O tráfico de drogas como um dos expoentes da criminalidade organizada, expressa segundo Schabbach (2008), uma organização que opera em uma lógica própria em torno do enriquecimento ilícito e, como tal, estrutura-se através de unidades e processos de comunicação que se interpenetram entre sua própria rede de atuação e com redes e conexões com outros sistemas sociais e organizações, produzindo um entrelaçamento entre o mundo lícito e ilícito. Marta e Raquel apresentam um amplo conhecimento sobre as formas de relações e interações desenvolvidas com os policiais pelo tráfico nas comunidades em que vivem. A comunicação entre esses dois sistemas sociais são um dos exemplos das *linkages* necessárias, como pontuado por Schabbach (2008), para o desenvolvimento e manutenção das “redes de proteção ou favores” do comércio das drogas. Ficam explícitas que as interações entre policiais e tráfico não se resumem aos conflitos armados, mas há uma série de trocas e negociações que atravessam essas relações e que sob o olhar dos moradores propicia uma maior insegurança.

Segundo ainda Schabbach (2008, p.68), nem todas as decisões tomadas pelas organizações criminais tendem a ser racionais³¹, mesmo porque muitas decisões tomadas “envolvem valores, afetos e desafetos, costumes e atitudes típicas”. Marta e Raquel relatam a aplicação de castigos aplicados pelo tráfico aos transgressores, que vão desde castigos físicos à execução cruel. É importante neste ponto reforçar assim como indica Biondi (2014) que a concepção de “lei da favela” mesmo que se apresente como prática discursiva e envolva uma série de ações que ditam formas de organização do território, é importante evidenciar que tais leis não surgem para suprir eventuais lacunas deixadas pelo Estado ou mesmo substituir as leis estatais. Segundo a autora,

O uso do termo lei [...] só poderia confirmar a reprodução do modelo jurídico estatal [...] quando descolado de todas as bases que o sustentam. Do contrário, ele só pode ser encarado como metáfora, cujo uso evidencia a necessidade de aproximar diferenças muito patentes. [...] Ao encarar seu uso metafórico e levar a descrição adiante, encontramos um arranjo social que não opera na chave jurídica, onde não existe um código ou leis e punições prescritas àqueles que não a obedecem, onde para cada transgressão haveria uma punição. Nem sequer existe, como num regime disciplinar, um conjunto de normas cuja observância conduzisse a práticas de correção apropriadas e fixas. O que existe é um debate incessante sobre o que é certo e sobre como conduzir suas existências pelo certo. (BIONDI, 2014, p.291).

³¹ A autora salienta essa perspectiva tomando a própria conotação empregada pela racionalidade weberiana de adequação entre meios e fins.

Marta e Raquel parecem conceber a “lei da favela” como um conjunto de normas, valores e limites a serem respeitados dentro do território. O que nos chamou atenção é que esse conjunto de regras parece ser elástico e permeável, prontos a sofrerem mutações ou modificações a qualquer tempo, sobretudo por tais “leis” dependerem da constância de um determinado comando no comércio varejista. A medida em que mudam os “patrões” ou “donos”, a lei é reformulada ou readaptada, e conseqüentemente a violência pode passar a designar novas possibilidades e perfazer novas vítimas, uma vez que nas eventuais mudanças de comando, alianças são desfeitas e construídas, e antigos laços fortalecidos ou enfraquecidos.

Não objetivamos com a discussão aqui proposta, minimizar os efeitos concretos dessas “leis” da favela, mesmo porque como os relatos evidenciam, existem resultados práticos aos desobedientes e transgressores. O que queremos aqui problematizar é que essas leis, mesmo que apresentem limites pouco definidos, constitui um código que em grande medida parece ser levado em consideração pelos moradores de favela. Segundo Feffermann (2013),

As regras no tráfico são estabelecidas para que o comércio ilegal de drogas possa ocorrer de modo satisfatório e lucrativo. Há regras comuns no tráfico, mas as formas de aplicá-las são diferentes. As relações são assimétricas, o poder do dinheiro e do lugar ocupado determinam a situação, mas os elementos que garantem esta relação são, de um lado, o medo de ser morto, ou excluído da comunidade, e de outro, a necessidade de ser aceito no grupo. A manutenção do poder reside na condição de ser respeitado, seja por medo, ou dívida de gratidão. Este poder é mantido não somente à custa de armas, mas por lealdade, confiança, que estes jovens têm para com os donos de pontos-de-venda. (FEFFERMANN, 2013, p.60)

Schabbach aponta que “organizações criminosas são obrigadas a inovar para se adequarem ao ambiente cambiante e se reproduzirem”, mantendo inclusive, conforme indica a autora, sua relação com as outras organizações e sistemas (SCHABBACH, 2008, p.68). Com relação aos moradores subjugados, o que parece claro na lei é manter-se leal e não trair, ainda que sejam estes, valores difíceis de serem mensurados.

Um outro aspecto que merece destaque envolve as percepções de Marta e Raquel quanto aos processos de criminalização que tendem a recair sobre moradores de favela. Raquel reflete sobre os impactos da criminalização em diferentes perspectivas, quando ela própria produz e criminaliza certos grupos por apresentarem uma “atitude suspeita” e ao mesmo tempo

quando enfrenta desafios no cotidiano por ser moradora de favela, que se revelam especialmente nas dificuldades em conseguir emprego e deslocar-se dentro da cidade. A reflexividade que produz sobre o estigma e suas possibilidades de erro quanto ao estereótipo produzido, revelam estratégias para lidar com risco e manter-se dentro de certos limites em segurança. Em contrapartida, outra estratégia traçada nesse caso para evitar que seja ela própria alvo da criminalização, é não preencher quando inscreve-se em vagas de emprego o nome da favela em que vive.

A criminalização do corpo negro, aspecto trazido por Raquel ao longo de sua fala, possui muitas potencialidades na discussão, mas aqui iremos nos circunscrever a pensar a percepção por ela produzida, como um elemento presente e legitimado na própria política de drogas (lei nº 11.343/2006). Quando relata sobre o homem no mercado, o que chama sua atenção além do traje e da cor do homem, é a postura do sujeito que aparenta comportar-se como um “*viciado*”. De fato, como apresentamos ao longo do primeiro capítulo, furtos e roubos são práticas comuns realizadas por usuários de crack como forma de conseguir sanar a dependência da droga, mas o que consideramos interessante no relato de Raquel, é que seu olhar é fortemente atravessado por um discurso moral.

Bomfim e Borges (2019, p.264) apontam que “apesar do uso de drogas atravessar diversas camadas sociais, os estratos mais periféricos são tipificados como traficantes e criminalizados, alimentando o encarceramento de massa da população negra, sustentado pelo discurso moral”. Raquel reconhece as possibilidades de erro em pré-julgar determinados grupos, mas salientamos aqui que a noção de risco é por ela produzida antes em termos raciais. Ela deixa claro que a insegurança de viver na favela (território) está atrelada aos usuários de drogas, mas o perfil típico provedor de desconfiança e medo (pessoal) são os negros.

Segundo Filho (2011, p.60): “Entre muitos que praticam as condutas definidas como crime, apenas os mais vulneráveis estarão sujeitos a serem observados e detidos, recaindo sobre eles toda a carga agressiva da sociedade, reduzindo-se assim as tensões sociais”. Marta por outro lado, nos apresenta as dificuldades de inclusão dos moradores da Baleeira no mercado formal de trabalho, as estratégias adotadas para conseguir dinheiro, nos revela os percalços da comunidade com as enchentes provenientes de chuvas fortes na região, e produz uma avaliação e panorama importante sobre os efeitos da política habitacional no município de Campos dos Goytacazes, que primou por centralizar os núcleos da favela, o que reforça a presença do Estado nesses espaços sobretudo pela presença de seu braço armado.

Assim como Feffermann indica, a presença do Estado nas periferias da cidade persiste em manter-se direcionado a repressão, “em outros setores, como saúde, educação, saneamento básico, lazer, cultura, por exemplo, o Estado tem se mostrado pouco eficiente e, às vezes, omissos diante da magnitude desses aspectos” (2013, p.58). Segundo Marta, seriam estes os fatores a contribuir com que os moradores fossem de certo modo leais as atividades ilegais presentes na favela, como o próprio tráfico de drogas ou o jogo do bicho. Mas ao mesmo tempo em que essas organizações criminosas contribuem com bens e serviços para os que vivem na comunidade (e mesmo os que vivem fora dela), Marta também nos revela um desencantamento com a presença do tráfico nos festejos da comunidade, como na fala sobre a escola de samba. Faz perceber pelo seu relato, que a presença do tráfico contamina a escola de samba e a inocência que existia quando o Juventude da Baleeira foi criado.

Encerramos nossas considerações destacando uma citação de Feffermann:

A um só tempo, adolescentes e jovens aparecem como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias, medos, assim como esperanças em relação às tendências sociais percebidas no presente e nos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. A sociabilidade do jovem passa a ser totalmente relacionada à contemporaneidade. A violência pode corresponder sob formas variadas a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório. Mas a violência é uma, mas não a única faceta da sociedade contemporânea, no que concerne a inseguranças e riscos. Todavia é o quadro da grande desigualdade existente na sociedade brasileira, um dos principais fatores que vem inviabilizando a realização do potencial de adolescentes e jovens. (FEFFERMANN, 2018, p.141)

Objetivamos ao longo da pesquisa apresentar o que pensam os moradores de favela a respeito do cenário em que estão inseridos, especificamente entender o papel que ocupam as experiências espaciais de condições violentas como parte da vida cotidiana dos moradores de favelas e a partir disso, entender os papéis que essas experiências desempenharam nos diferentes momentos de suas trajetórias de vida. Marta e Raquel nos relatam suas histórias, a violência aparece sob as mais diversas roupagens: às vezes explícitas como nos relatos sobre castigos e execuções ocorridas no território, outra ora implícitas como no relato sobre o plano funerário pago ao afilhado. Tais experiências levaram Marta a adotar uma postura crítica, principalmente por atuar hoje na área da segurança pública tendo de enfrentar os preconceitos provenientes dos colegas de profissão sobre moradores de favelas. Raquel, por sua vez, estabelece como mecanismo de defesa, estereótipos e padrões de comportamento e transforma certos sujeitos em alvo de atenção, como forma de reduzir as inseguranças no território em que vive.

Um outro aspecto que tivemos como objetivo alcançar com a pesquisa foi entender o quanto as experiências de violência haviam influenciado nas sociabilidades e laços produzidos, percebemos que Raquel evita estabelecer contatos na comunidade e reduz suas relações a um grupo pequeno de moradores da comunidade. Não mantém contato com amigos de infância, sobretudo quando estes estão “envolvidos” com o mundo das drogas, seja como traficante ou usuário.

Marta, por sua vez, apesar de não morar na comunidade, mantém laços com os moradores e inclusive com os membros do tráfico, apesar de não compactuar com essa atividade. Marta tem uma memória que consideramos aqui nostálgica, o que impacta na forma como ela percebe os membros do tráfico que eram seus amigos de infância. Reconhece precariedades na vida desses sujeitos e tende a retratá-los sempre como boas pessoas, com características positivas. Tanto que para ela, mesmo relatando episódios de extrema violência praticadas pela ADA, tende a perceber a violência na favela como um processo recente trazido pela chegada do Comando Vermelho.

Por fim, salientamos que o trabalho com a memória foi um importante recurso mobilizado na pesquisa com a história de vida de nossas interlocutoras. Como apontamos na introdução desta pesquisa, o recurso da memória é potente na medida em que é capaz de (re)ativar sentimentos de pertencimento, dor, tristeza, alegria, e apatia, mesmo que nem sempre estes sentimentos se apresentem tão bem definidos pelas próprias interlocutoras. A memória contribuiu aqui, para a (re)construção e (re)significação de experiências trazidas por Marta e Raquel, fornecendo os repertórios e estratégias que dizem respeito às formas com as quais elas habitam o mundo, apesar de todo o contexto de violência que porventura possam rodeá-las.

Referências

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, v. 21, p. 7-29, 2007.

ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. 1959. **Primeira versão. Ano IV, Nº191 AGOSTO-Porto Velho**, v. 13, 2005.

ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **CS**, n. 21, p. 97-120, 2017.

ALVES, Ygor Diego Delgado. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. EdUFBA, 2017.

ALVES, Ygor. A Cracolândia como “Communitas” e o frade craqueiro. **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**, v. 1, p. 83-98, 2014.

ARENHART, Deise; DA SILVA, Mauricio Roberto. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 1, p. 59-82, 2014.

BANDEIRA, Antônio Rangel. **Armas para quê?: O uso de armas de fogo por civis no Brasil e no mundo, e o que isso tem a ver com a sua segurança**. LeYa, 2019.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2016

BARROS, V. A. (2000) De la représentation au pouvoir: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil. Tese de doutorado. Presses de Septentrion, Lille.

BARROS, V. A. & Silva, L. R. (2002). A pesquisa em História de Vida. In: I. B. Goulart (org.) Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos.(pp. 134-158). São Paulo: Casa do Psicólogo

BATISTA, L. E. MONTEIRO, R. B., & MEDEIROS, R. A. (2013). Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. *Saúde em Debate*, 37(99), 681-690.

BATISTA, L. E., ESCUDER, M. M. L., & PEREIRA, J. C. R. (2004). A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. *Revista de Saúde Pública*, 38(5), 630-636.

- BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFRJ, 1998.
- BIONDI, Karina. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014.
- BOMFIM, Amanda Barros; BORGES, Silier Andrade Cardoso. O USO DE DROGAS E O ENCARCERAMENTO DE CORPOS NEGROS A PARTIR DA OBRA “O SOL NA CABEÇA”. **Revista Encantar**, v. 1, n. 2, p. 263-271, 2019.
- BONALUME, Bruna Carolina; JACINTO, Adriana Giaqueto. Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 22, p. 160-170, 2019.
- BRASIL. (2006), Lei n. 11.343, de 26 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen*. Brasília: MJ, 2021.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- CAMPOS, Carla Leila Oliveira. *O processo de construção das narrativas midiáticas como marca da ideologia no discurso: análise de histórias sobre a criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. 2012. Tese.
- CARDOSO, Marcus. Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, v. 6, n. 6, p. 115-128, 2002.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

CHAVES, Tharcila V. et al. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 1168-1175, 2011.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto internacional**, v. 33, p. 375-405, 2011.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. Atlas da violência. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2021. Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2021>.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. Vidas perdidas e racismo no Brasil. Publicatio UEPG – Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320/4137>.

CHAVES, Tharcila V. et al. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 1168-1175, 2011.

CHAUÍ, Marilena. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

CHAUÍ, M. Histórico do Termo. O que é Ideologia. São Paulo: **Brasiliense**, 2008.

COELHO, Glauci; DUARTE, Cristiane Rose; DE VASCONCELOS, Vera MR. A criança e o espaço vivido favela: a complexidade do espaço nas interações da infância. **Oculum Ensaios**, n. 6, p. 74-87, 2006.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio - O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Oficina do Autor, 2001

CORRÊA, Diogo Silva et al. Anjos de Fuzil: uma etnografia das relações entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus. 2015.

CRUZ, Fernanda Novaes; COSTA, Perla Alves Bento de Oliveira. É tudo ganso? A (in) distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 14, p. 243-261, 2021.

CRUZ, Jessica Wait; SCHERER, Giovane Antonio. O tráfico de drogas como trabalho infantil: contradições em movimento.

DA MATTA, R. A casa e a rua . 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura. **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco**, p. 121-128, 1986.

DOS ANJOS, Maylta Brandão. Educação Informal, Museu Histórico Nacional E Zoológico: O Relato De Uma Professora Da Formação Profissional. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 1, p. 106-130, 2018.

DELEUZE Gilles; Felix GUATTARI, Qu'est-ce que la philosophie? Paris: Ed. de Minuit, 1991

FEFFERMANN, Marisa. Reflexões sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas: uma malha que os enreda [Reflections on young people entered in drug trafficking: a mesh that entangles]. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 4, n. 2, p. 55-65, 2013.

FEFFERMANN, Marisa. O jovem/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, p. 137, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.

FERRAZ, Joana D.'Arc Fernandes. Do “Mal Necessário” à “Metáfora Bélica”: a lógica dual do Estado Autoritário. **Revista Maracanan**, v. 4, n. 4, p. 195-207, 2008.

FILHO, Ciro Marcondes. Violência Fundadora E Violência Reativa Na Cultura Brasileira. São Paulo em Perspectiva [online]. 2001, v. 15, n. 2

FILHO, Orlando Zaccone D'elia. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. 3 ed. Rio de Janeiro, 2011.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 9-21, 2012.

FLAUZINA, A. L. P. (2006). *Corpo Negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, dissertação de mestrado.

FLORES, C. (2006). Consequências da segregação residencial: Teoria e métodos. JM Cunha (Comp.), *Metrópoles de São Paulo: População, vulnerabilidade e segregação*, 197-230.

FREITAS, F. S. (2021) Chacina do Jacarezinho: o Ministério Público do Rio precisa falar o que pensa. Rede de observatórios da Segurança. <http://observatorioseguranca.com.br/chacina-do-jacarezinho-o-ministerio-publico-do-rio-precisa-falar-o-que-pensa/>

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France (1970). Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo. Edições Loyola. 24 ed. 2014.

GARRIDA ZUCAL, José; NOEL, Gabriel. 2010. “Notas para una definición antropológica de la violencia: un debate en curso”. In: *PUBLICAR En Antropología y Ciencias Sociales*, Año VIII, nº IX, Junio.

GENOVESE, C. L. C. R.; CARVALHO, W. L. P.; GENOVESE, L. G. R. Os conceitos de formação e semiformação de Adorno na análise de trabalhos de conclusão de curso sobre questões sociocientíficas na graduação em Pedagogia. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 25, p. 873-891, 2019.

GENOVESE, L. G.; CARVALHO, W. L. A construção dos campos escolar e da escola e do capital docente de uma professora de ciências: contribuições do corpus teórico de P. Bourdieu. **Formação de professores e questões sócio-científicas no ensino de ciências**. São Paulo: **Escrituras**, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GONÇALVES, Clarissa Mendes. **Olhares sobre o outro: construções sociais do medo da violência urbana**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62-92, 2019.

GUARESCHI, Neuza. Mulher e as angústias do cotidiano: a versão de meninas e meninos na favela. **CADERNOS DE EDUCAÇÃO**, p. 35, 1999.

HIRATA, D. et al. Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro: Os impactos da ADPF 635 na defesa da vida [Police operations and lethal violence in Rio de Janeiro: The impacts of ADPF 635 in defense of life]. **Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos–GENI, Universidade Federal Fluminense**, 2021.

JESUS, Maria Gorete Marques. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.35, 2019.

KARAM, Maria Lúcia. Proibição às drogas e violação a direitos fundamentais. **Law Enforcement Against Prohibition - LEAP Brasil**, 2013.

KARAM, Maria Lúcia. *Legalização das drogas*. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

LEITE, M. P. (2012) “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, ago./set. 2012, pp. 374-89

LEITE, Márcia Pereira. Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Observatório da Cidadania**, p. 66-70, 2005.

LIMA, Fernanda; MIRANDA, Carlos. AMERICA, FEMALE JUDGMENT IN LATIN. ENCARCERAMENTO FEMININO NA AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS: SELETIVIDADE, DISCRIMINAÇÃO E OUTROS RÓTULOS. 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, M. Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, vol. 22, núm. 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 545-591 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Mórula Editorial, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas-o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. " Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno crh**, v. 23, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. (Des) continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 529-551, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. **Sociedade e estado**, v. 22, p. 545-591, 2007.

MAÍLLO, Alfonso Serrano. Curso de Criminologia. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MANSO, Bruno Paes. Ação e discurso – sugestão para o debate da violência. In OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 20-27, 2001.

MARINO, Juan M. F. Os ciclos da violência na América Latina e a Sociologia do Crime. Trabalho apresentado no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto/Portugal, agosto 2000. Mimeo.

MEDEIROS, Débora; TÓFOLI, Luís Fernando. Mitos e evidências na construção das políticas sobre drogas. 2018.

MEIRELLES, Zilah Vieira; MINAYO GOMEZ, Carlos. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1797-1805, 2009.

MENEZES, Palloma; MOURA, Julia. “Medida socioeducativa é cadeia”: percepções de jovens em semiliberdade sobre violência, sociabilidade, mobilidade e educação em Campos dos Goytacazes. **ILUMINURAS**, v. 22, n. 57, 2021.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior; DE FREITAS BERTOLI, Naiana. JOVENS EVANGÉLICOS MORADORES DE FAVELAS: ALGUMAS EXPRESSÕES DE SUA SOCIABILIDADE NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES–RJ. (SYN) **THESIS**, v. 7, n. 1, p. 63-74, 2014.

MILLS, C. Wright. Situated actions and vocabularies of motive. **American sociological review**, v. 5, n. 6, p. 904-913, 1940.

MINGARDI, Guaracy. O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais. Revista do Instituto Latino- Americano das Nações Unidas para a prevenção do delito e o tratamento do delinqüente, São Paulo, n. 8, p. 7-27, 1998.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. *Horizontes antropológicos*, v. 13, p. 231-262, 2007.

MISSE, M. (2019). Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, 33(96), 23-38. Epub August 12, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0003>

MISSE, M. (2011). Relatório final da Pesquisa:“Autos de Resistência”: Uma Análise dos Homicídios Cometidos por Policiais na Cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MISSE, M. (2008). Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 8(3), 371-385. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4865>

MISSE, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (79), 15- 38.

MORAES, Suiany Silva de; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. As margens como centro no bairro Benfica: falas da violência e do matar na cidade de Fortaleza The margins as the center of the Benfica neighborhood: talk of violence and killing in the city of Fortaleza.2019.

MOREIRA, Luís Fernando. Drogas, economia, tributação e a ética liberal. **Análise social**, v. 47, n. 204, 2012.

NAPPO, Solange A. et al. Changes in Cocaine Use as Viewed by Key Informants: A Qualitative Study Carried Out in 1994 and 1999 in São Paulo, Brazil. **Journal of psychoactive drugs**, v. 33, n. 3, p. 241-253, 2001.

NETTO, Arlindo. CULTURA É O QUE É FALADO? RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE QUASE-MORTE COMO NARRATIVAS DE SENTIDO. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 19, p. 325-338, 2019.

NOVAES, Sylvia Caiuby. A construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia. **Illuminuras**, v. 13, n. 31, 2012.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 135-146, 2008.

PAIVA, Luiz Fábio S.; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 33 jan. jun, p. 73-98, 2019.

PAIM KESSLER, Felix Henrique et al. Crack users show high rates of antisocial personality disorder, engagement in illegal activities and other psychosocial problems. **The American Journal on Addictions**, v. 21, n. 4, p. 370-380, 2012.

PALERMO, Luis Claudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas-Revista de ciências sociais**, v.18, p.212-236, 2018.

PEIRANO, Mariza GS. **Rituais ontem e hoje**. Zahar, 2003.

PÉREZ, Beatriz Corsino; JARDIM, Marina Dantas. Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 494-504, 2015

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Tiro cruzado: as dinâmicas de violência armada letal envolvendo a juventude brasileira. **Revista USP**, v. 1, n. 129, p. 15-28, 2021.

PINHEIRO DE OLIVEIRA, JULIO CEZAR; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). **Análise social**, v. 47, n. 204, 2012.

PIRES, Juliana Torres; Matos, Regina Célia. Espaço e interseccionalidade: apropriação e objetificação dos corpos das mulheres negras. Rio de Janeiro, 2021. 85 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIBEIRO, António Sousa; SANTOS, Cecília MacDowell; MAESO, Silvia Rodríguez. Violência, memória e representação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 88, p. 5-7, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 225-236, 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. **POLÍTICAS PÚBLICAS**, p. 43, 2016.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 28-41, 1999.

ROCHA, Daniella Guedes. Imagens cristalizadas: a construção dos estereótipos sobre as favelas. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 3, p. 6-24, 2017.

RODRIGUES, Pedro de Oliveira. O TRÁFICO DE DROGAS NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. *São Leopoldo: Estudos Teológicos*, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo social**, v. 18, p. 329-350, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, p. 16-32, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. **Educação e Pesquisa**, v.27, p. 105-122, 2001.

SANTOS, Marlene Souza dos. Incriminação e racismo de estado: o pêndulo moral na construção do sujeito criminal. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 22998-23007, 2022.

SCHABBACH, Leticia Maria. Exclusão, ilegalidades e organizações criminosas no Brasil. **Sociologias**, p. 48-71, 2008.

SILVA, Claudia Ciribielli Rodrigues da. “A aliança entre Justiça e psiquiatria no controle do uso de droga: Medicalização e criminalização na berlinda”. In: BATISTA, Vera Malaguti (org). *A violência na berlinda*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2014, pp. 13-36

SILVA, Aline Pacheco et al. " Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Rodrigo Torquato. Escola-favela, conhecimentos, transgressão e poder: esses meninos não têm jeito?. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 27, p. 87-96, 2009.

SILVA, James Hermínio Porto da et al. Política de drogas como barreira à efetividade dos direitos dos negros no Brasil. 2020.

SINHORETTO, J.; BATITUCCI, E.; MOTA, F. R. (Coords.). A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, C. do S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S. de (Orgs.) et al. *Segurança Pública e Direitos Humanos: Temas Transversais*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014.

SIMIÃO, D. (2005), *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. *Territórios Proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais dos jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2017.

SOIHET, Rachel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia: algumas abordagens. **Academia do samba. Publicado em**, 1998.

SOUZA, J. (2018). *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.288 p.

STEINBERGER, Margareth Born. *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp: Cortez, 2005.

TAVARES, Mariana Machado. Metodologia em Geografia Histórica, a partir da pesquisa sobre a formação geohistórica da favela Baleeira em Campos dos Goytacazes/RJ/Methodology in Historical Geography, from the research about geohistorical formation of favela Baleeira in Campos dos Goytacazes-RJ. **Geografia em Atos (Online)**, v. 4, n. 11, p. 27-52, 2019.

VALLADARES, L. P. (1978). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Zahar Editores.

VARGAS, E. V. (2008) *Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, v. 17, p. 161-185, 2011.

VIEIRA, Alexandre Augusto Rodrigues. A concessão indiscriminada de posse e porte de arma de fogo pelo decreto n. 9.846/19. 2021.

VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. **Mana**, v. 26, 2020.

VIANNA, Luiz Werneck. 1999. “A judicialização das relações sociais”. In: Luiz Werneck Vianna et al. (orgs.). *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan. pp. 149-156.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raull. *Do# vidas nas favelas importam ao# nós por nós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas*. 2018.

TOLEDO, Lidiane; GÓNGORA, Andrés; BASTOS, Francisco Inácio PM. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social—uma revisão narrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 31-42, 2017.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, p. 267-278, 2002.

WERNER, Guilherme Cunha. **O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. FGV Editora, 2004.

ZALUAR, Alba. O utilitarismo sociológico e as políticas públicas. In: **O utilitarismo sociológico e as políticas públicas**. 1996. p. 36-36.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 19, n. 3), p. 463-487, 2015.

